

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



Agostinho Toneca Djata

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais

XXVIII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**Da Intervenção das Forças Armadas na Segurança Interna
Guineense**

Orientador:

Professor Doutor José J. A. Fernandes

Lisboa, 22 abril de 2016



Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



Agostinho Toneca Djata

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais

XXVIII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**Da Intervenção das Forças Armadas na Segurança Interna
Guineense**

Orientador:

Professor Doutor José J. A. Fernandes

Lisboa, 22 abril de 2016





Estabelecimento de Ensino: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

Curso: XXVIII CFOP

Orientador: José Joaquim Antunes Fernandes

Título: Da Intervenção das Forças Armadas na Segurança Interna Guineense

Autor: Agostinho Toneca Djata

Local de Edição: Lisboa

Data de Edição: 22 abril de 2016

Dissertação apresentada ao Instituto de Ciências Policiais e Segurança Interna com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais, elaborada sob a orientação do Professor Doutor José Joaquim Antunes Fernandes.

EPIGRAFE

“Que o Estado de direito democrático mantenha inquebrável a arquitectura dos pilares biogénéticos: a dignidade da pessoa humana e a vontade do povo como pilares essenciais à efectividade dos direitos e liberdades fundamentais do ser humano.”

Guedes Valente (2012)

In memoriam

do meu pai

AGRADECIMENTOS

Ao ultrapassar esta etapa da minha vida surgiu-me o dever de manifestar os meus profundos agradecimentos aos que foram o meu baluarte neste desafio:

Ao Onnipotente, Onnipresente e Omnisciente Deus, pela forma como tem conduzido o meu percurso até aqui. E, sobretudo, pela proteção que dá à minha família.

Ao meu orientador, Professor Doutor José Fernandes, pela disponibilidade, pelo apoio e pelo interesse demonstrado durante o desenvolvimento deste trabalho. O meu muito obrigado por ter acreditado em mim.

Aos meus pais, Tonecas Djata e Sábado Sábú, pelo carinho, amor e por me terem preparado para chegar a este patamar da vida.

À minha sacrificada família, Cesaltina, minha mulher, Badora e Melquisedeque, meus filhos, perdoem-me! Esse triunfo deve-se ao vosso apoio, carinho e espírito de abnegação. Muito obrigado.

Aos meus irmãos, pelo vosso apoio, carinho e amizade, inclusive, os meus irmãos em Cristo; destaco nestes o casal Carlos e Delmira e Pastor Augusto Fernandes. Obrigado.

Aos meus primos Quintino Djata e Augusto Djata. Ao meu irmão, amigo e colega Pascoal Malú. Ao General Malam Turé e ao Coronel Salvador Soares. O meu muito obrigado pelo vosso apoio durante estes 5 anos.

Aos meus irmãos de arma, Baldé e Sampa, fico grato em saber que, aquele valor que o ISCPSI procura incutir nas nossas cabeças, vocês já o têm, naturalmente; o “espírito de camaradagem”. Destaco aqui o Mário Samanango, o meu verdadeiro baluarte. Grato.

Aos meus Camaradas e amigos de XXVIII CFOP, para vocês, faltam-me palavras! Sinto-me orgulhoso e muito agradecido de ter-vos ao meu lado. O vosso carinho e espírito de camaradagem fizeram de mim, hoje, um vitorioso. Obrigado a todos.

À PSP e em especial ao ISCPSI pelo acolhimento especial durante estes 5 anos. Sobretudo, pelo apoio recebido, no momento mais triste da minha vida, aquando do falecimento do meu pai. Os meus sinceros agradecimentos a todos os que direta e indiretamente, prestaram esse apoio. Destaco aqui, a Doutora Maria Isaura, o Comissário Nuno Santos e a Associação Académica do ISCPSI. O meu muito obrigado.

Ao Diretor do ISCPSI, Superintendente-Chefe Pedro Clemente, pela particularidade da sua personalidade. Aos Docentes, Oficiais do Corpo de Alunos e a todos os funcionários do ISCPSI, o meu obrigado pelo contributo que deram na minha formação. O meu muito obrigado aos Senhores da messe, pela atenção especial dispensada, em virtude do meu regime alimentar. Obrigado pela vossa singela compreensão.

Finalmente, aos Generais e Coronéis que aceitaram colaborar nas entrevistas. Sem essa colaboração, estaria em falta esta obra. Grato por esse apoio indispensável.

SIGLAS E ABREVIATURAS

| | |
|-----------------|---|
| Al. | Alínea |
| AMN | Autoridade Marítima Nacional |
| ANAC | Autoridade Nacional de Aviação Civil |
| ANP | Assembleia Nacional Popular |
| Art.º | Artigo |
| CESDN | Conceito Estratégico de Segurança e Defesa Nacional |
| CEMGFA | Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas |
| CNE | Comissão Nacional de Eleições |
| CRCV | Constituição da República de Cabo-Verde |
| CRGB | Constituição da República da Guiné-Bissau |
| CRP | Constituição da República Portuguesa |
| CSN | Conselho de Segurança Nacional |
| CSDN | Conselho Superior de Defesa Nacional |
| Dec. Lei | Decreto-lei |
| DERMSDS | Documento de Estratégias para a Reestruturação e Modernização do Sector da Defesa e Segurança |
| DN | Defesa Nacional |
| DUDH | Declaração Universal dos Direitos do Homem |
| FA | Forças Armadas |
| FARP | Forças Armadas Revolucionárias do Povo |
| Fiscamar | Fiscais do Mar |
| FS | Forças de Segurança |
| FSS | Forças e Serviços de Segurança |
| GF | Guarda Fronteiras |
| GN | Guarda Nacional |
| GNR | Guarda Nacional Republicana |
| IDN | Instituto de Defesa Nacional |

| | |
|----------------|--|
| LOBOFA | Lei Orgânica de Base da Organização das Forças Armadas |
| LOGN | Lei Orgânica de Guarda Nacional |
| LOIC | Lei Orgânica de Investigação Criminal |
| LOPOP | Lei orgânica da Policia de Ordem Pública |
| LSI | Lei de Segurança Interna |
| MAI | Ministério de Administração Interna |
| MDN | Ministério de Defesa Nacional |
| NRBQ | Nuclear, Radiológico, Biológico e Químico |
| OPC | Órgão de Polícia Criminal |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PCCCFSS | Plano Coordenador do Comando e Controlo das Forças e Serviços de Segurança |
| PIR | Polícia da Intervenção Rápida |
| PJ | Polícia Judiciaria |
| PM | Policia Marítima |
| POP | Polícia de Ordem Pública |
| PSP | Polícia de Segurança Pública |
| RCM | Resolução do Conselho dos Ministros |
| SAA | Sistema da Autoridade Aeronáutica |
| SAM | Sistema da Autoridade Marítima |
| SEF | Serviço de Estrangeiros e Fronteiras |
| SI | Segurança Interna |
| SIS | Serviços de Informação e Segurança |
| SN | Segurança Nacional |
| SNPC | Sistema Nacional de Proteção Civil |
| SSN | Sistema de Segurança Nacional |
| Vd. | Vide |

RESUMO

Da Intervenção das Forças Armadas na Segurança Interna Guineense

AGOSTINHO TONECA DJATA

A desterritorialização e a disseminação dos riscos e ameaças associados à vulnerabilidade instigada pelo fenómeno de globalização dificultam a aptidão para enfrentar os cenários que aparecem em termos da segurança. Por isso, muitas vezes, recorre-se às capacidades das Forças Armadas para fazer face a certas situações de criminalidade transnacional. Os militares não são preparados para intervirem na Segurança Interna, deste modo, só agem legitimamente a título subsidiário. O presente trabalho de investigação consiste numa recolha de Informações sobre a Intervenção das Forças Armadas na Segurança Interna Guineense. Foram estabelecidas as possíveis áreas de Segurança Interna onde podem intervir as Forças Armadas, num contexto de normalidade democrática. Para melhor explorar o tema, foram pensados o modelo, os níveis, as formas e os princípios de colaboração que devem ser considerados para que essa intervenção seja salutar. Revela-se uma inexistência de legislação que tutele o empenhamento conjunto das Forças Armadas nas tarefas da Segurança Interna.

Palavras-Chave: Segurança Interna; Defesa Nacional; Forças Armadas; Forças e Serviços de Segurança.

ABSTRACT

THE MILITARY INTERVENTION IN GUINEA-BISSAU'S HOMELAND SECURITY

AGOSTINHO TONECA DJATA

The regionalization and dissemination of risks and threats associated with the vulnerability instigated by the globalization phenomenon difficult the aptitude to face the scenarios that emerge in what security is concerned. Therefore, it is often needed to rely on the capacities of the military to face certain situations of transnational crime. The military are not trained to intervene in homeland security and are only capable of legitimately act as a subsidiary force. This research project consists in data collection about The Military Intervention in Guinea-Bissau's Homeland Security. We establish the possible areas of homeland security in which the military can intervene in the context of democratic normality. To better explore this subject, we thought about the model, the levels, the forms and the principles which must be taken into consideration for the military intervention to be good. It is revealed the inexistence of legislation which regulate the joint deployment of the military in homeland security's domains.

Keywords: Homeland Security; National Defense; Armed Forces; Law Enforcement Forces and Services.

ÍNDICE

| | |
|---|----|
| AGRADECIMENTOS | I |
| SIGLAS E ABREVIATURAS | II |
| RESUMO..... | IV |
| ABSTRACT | V |
| ÍNDICE..... | VI |
| INTRODUÇÃO | 1 |
| | |
| CAPÍTULO I: SEGURANÇA INTERNA E DEFESA NACIONAL NUM ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO: REALIDADE GUINEENSE | 5 |
| I.1. Segurança Interna | 5 |
| I.1.1. Organização da Segurança Interna | 10 |
| I.1.2. Forças e Serviços de Segurança | 14 |
| I.2. Defesa Nacional | 17 |
| I.2.1. Estrutura e Competências das Forças Armadas | 19 |
| I.2.2. Missões das Forças Armadas | 23 |
| | |
| CAPÍTULO II: A INTERVENÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NO QUADRO DA SEGURANÇA INTERNA | 25 |
| II.1. Quadro Legal da Intervenção das Forças Armadas na Segurança Interna... | 25 |
| II.2. Modelo de Colaboração | 28 |
| II.3. Níveis e Formas de Colaboração | 32 |
| II.4. Princípios de Colaboração..... | 35 |
| II.5. As Áreas de Intervenção em Estudo | 37 |
| II.5.1. Ordem, Segurança e Tranquilidade Pública em Geral | 37 |
| II.5.2. Proteção das Pessoas e Bens | 39 |

| | |
|--|--------|
| II.5.3. Prevenção e Investigação Criminal | 40 |
| II.5.4. Incidentes Tático-Policiais | 42 |
| II.5.5. Segurança a Grandes Eventos | 44 |
| II.5.6. Vigilância do Espaço Marítimo e Aéreo | 45 |
| CAPÍTULO III: MÉTODO | 49 |
| III.1. Corpus..... | 49 |
| III.2. Instrumentos | 50 |
| III.2.1. Entrevista | 50 |
| III.2.2. Os Participantes | 51 |
| III.3. Análise de Conteúdo..... | 51 |
| III.4. Procedimentos..... | 52 |
| CAPÍTULO IV: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS | 55 |
| CAPÍTULO V: CONCLUSÃO | 60 |
| REFERÊNCIAS | 65 |
| Anexos | 74 |

Índice de anexos:

| | |
|---|----|
| Anexos..... | 74 |
| Anexo 1- Componentes de ameaça..... | 74 |
| Anexo 2- Escala oficial de grau de ameaça..... | 75 |
| Anexo 3- Simulação de matriz auxiliar de avaliação qualitativa de cenários de ameaça...76 | |
| Anexo 4- Classificação dos serviços e das operações de manutenção da ordem pública...77 | |
| Anexo 5- Tabela auxiliar de seleção dos ativos críticos..... | 78 |
| Anexo 6: Níveis e formas de colaboração..... | 80 |
| Anexo 7- Pedidos de autorização formal de entrevista..... | 81 |
| Anexo 8- Exemplos de perguntas do guião de entrevista..... | 83 |
| Anexo 9- Quadro categorial..... | 84 |
| Anexo 10- Exemplo das respostas dadas às perguntas do guião de entrevista..... | 87 |
| Anexo 11- Codificação..... | 89 |

INTRODUÇÃO

No âmbito da dissertação final de mestrado integrado no Curso de Formação dos Oficiais de Polícia (CFOP), ministrado no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), pretendemos desenvolver um estudo cujo objetivo vai centrar-se numa abordagem que nos leva a compreender o assombro envolvente na Intervenção das Forças Armadas na Segurança Interna da Guiné-Bissau.

Na perspetiva de Sarmiento (2013), para um investigador, a definição dos objetivos de estudo é primordial e constitui o alicerce para a escolha precisa e adequada da literatura a ser indagada pelo mesmo. Nesta ótica, a partir do objetivo principal supra estabelecido, vamos, especificamente e ao longo do trabalho, enfatizar a necessidade de estabelecer mecanismos de cooperação e de colaboração entre as Forças Armadas (FA) e as Forças e Serviços de Segurança (FSS); contribuir para melhorar a eficiência na colaboração entre as FA e FSS; incrementar a necessidade de estabelecer competências básicas necessárias para delimitar a intervenção das FA na Segurança Interna (SI); promover os níveis, as formas e os princípios basilares capazes de justificar esta intervenção.

Indiscutivelmente, “uma investigação envolve sempre um problema” (Coutinho, 2011, p. 45). A Guiné-Bissau faz parte dos concertos das nações democráticas e de um mundo globalizado cuja sociedade está em constante evolução. Os diversos acontecimentos que condicionam estas mudanças, também contribuíram para a densificação do conceito de segurança. Pois, “vivemos na desfronteiras de terror” (Pires, 2016). Pelo que, recai sobre este país o dever de cumprir com os requisitos e pressupostos aceites internacionalmente para uma nação democrática, no domínio da segurança. Daí a responsabilidade da Reforma do Sector de Segurança conter uma “transformação do sistema de segurança que inclui todos os actores, os seus papéis, responsabilidades e acções de modo a que seja gerido e operado de uma forma que seja mais consistente com normas democráticas e princípios sólidos de *Good Governance*, assim contribuindo para um bom funcionamento da estrutura de segurança existente.” (OCDE, 2001, p. 38).

Apesar da distinção que a Constituição da República da Guiné-Bissau (CRGB) faz entre a SI e a Defesa Nacional (DN), os trágicos acontecimentos de 11 de Setembro de 2001, nos EUA, bem como outros atentados de grande aparato ocorridos anos depois em Madrid e em Londres, fizeram surgir, de forma mais ou menos incipiente e *acalorada*, uma nova vaga opinativa apontando para a necessidade de rever alguns conceitos há muito

assumidos, como o de separação entre SI e DN, a distinção entre operações militares e civis e até de ameaça interna e externa (Torres, 2012). Neste prisma, um país onde as Forças Armadas funcionam como centro do poder, invertendo e comprometendo o funcionamento normal das instituições da República, estando o processo democrático sob a sombra permanente dos militares e o olhar da comunidade internacional, merecerá substancialmente uma atenção especial, nesta investigação, num momento em que a Guiné-Bissau caminha para uma indefinição preocupante. (Lopes, 2010).

Assim que, se a conflitualidade esmorece a integridade sólida das instituições democráticas na Guiné-Bissau, deve-se compreender que uma governança deficiente, em que o Estado não detém capacidade para garantir a segurança e o bem-estar das suas próprias populações, é também um fator gerador de instabilidade (Bernardino, 2008). Caso contrário, essa tendência de conflitualidade poderá conduzir a um repensar da integridade funcional deste país como um Estado democrático propriamente dito.

O desrespeito para com as leis e a ordem estão a ser fatores potenciadores de conflitos e, consequente, de criminalidade organizada e violenta na Guiné-Bissau, pelo que, no âmbito da primazia do seu papel de responsável pelo bem-estar, paz e segurança das suas populações, é imperativo que o Estado garanta o funcionamento regular das instituições no seu território através do poder executivo, legislativo e judicial (Barroso, 2011, p. 15). Devendo para o efeito, “criar condições para garantir um efetivo Estado de Direito, desenvolvendo a boa governação no sentido de promover o desenvolvimento interligado com a segurança (Seabra, 2011, p. 40). Pois, a prevenção às recentes ameaças deve passar por uma “Segurança Colectiva”, “Segurança Cooperativa” e em especial pela “Segurança Humana”, com mais foco no “Indivíduo” e menos foco no Estado e nas fronteiras estatais.

Perante as lacunas na legislação de SI e de DN, em matéria de articulação tático-operacional entre as FSS e FA e face a inexistência de mecanismo de coordenação, de protocolo de procedimento e regras de empenhamento comuns entre ambas (Elias, 2014); torna pertinente perceber se, perante a realidade tendencialmente conflituosa do nosso país, vivemos num Estado de Direito propriamente dito. Porque o Estado de Direito é o que melhor garante a superioridade de Estado, é, portanto, incompatível com a ideia de violação dos princípios éticos comumente aceites pela comunidade, visto que é o Estado de Direito que melhor interpreta ou se aproxima da ideia de justiça e que permite que a entidade soberana se organize de forma a eliminar zonas imunes ao Direito, para que as

atuações dos vários órgãos sejam suscetíveis de avaliação por múltiplas estruturas. (Fontes, 2015). É nesta perspectiva que o foco do nosso trabalho vai-se centrar numa investigação sobre o mistério circundante na intervenção das FA na SI guineense. Uma pesquisa que nos leva, naturalmente, a pergunta que nos guiará ao nosso problema de investigação: **É legítima a intervenção das Forças Armadas na segurança interna da Guiné-Bissau?**

Para responder esta pergunta, precisaremos de saber se é possível que as Forças Armadas atuem no quadro da SI num estado de normalidade democrática; se isto se mostrar possível, então, em que domínio pode acontecer e quais seriam os limites dessa intervenção; a quem caberia o comando das operações: às Forças Armadas ou às Forças e Serviços de Segurança; qual é a interpretação que se faz da previsão que a CRGB dá às FA de se colaborarem estreitamente com os serviços nacionais e específicos na garantia e manutenção da segurança interna e da ordem pública; e, por fim, será que, não se deve servir da realidade tendencialmente conflituosa do país para demarcar intervenção das FA na SI.

As respostas para estas perguntas apoiar-se-ão numa componente essencialmente teórica, ajustadas em análise documental, através duma pesquisa bibliográfica, com vista à revisão da literatura a fim de aferir as distintas perspetivas dos principais conceitos sobre o tema em estudo. Nesta ordem de ideias, a base do trabalho, incidirá numa abordagem descritiva com objetivo de “permitir que a investigação possa recolher e reflectir sobretudo aspectos enraizados” (Espírito Santo, 2010. p. 25) na literatura da área de estudo projetada.

Tendo em conta que a Guiné-Bissau adotou o modelo do sistema de Portugal na estrutura da sua polícia e considerando que na esteira de Espírito Santo (2010) a comparação entre países torna-se mais linear quando os contextos culturais, sociais e políticos são aproximados, recorreremos a uma comparação ainda que superficial entre os dois países. Ou seja, vamos, subjetivamente, considerar como referência, ao longo de abordagem deste tema, o modelo de Sistema de Segurança Interna Português, através da Lei¹ que o organiza.

Ocorre que, para melhor conhecer a realidade guineense e aprofundar a informação sobre esta temática, recorreremos a técnica de entrevista semiestruturada, efetuando uma “recolha de dados intensiva ou em profundidade, privilegiando a qualidade da informação” (Espírito Santo, 2010. p. 31). Ou seja, apesar de Moreira defender que “o melhor método

¹ Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, Lei da Segurança Interna Portuguesa.

de averiguar as vantagens e desvantagens de um procedimento de pesquisa continua a ser experiência própria (...) como tentativas práticas e não como produto acabado” (1994, p.136); a nossa investigação incluiu a entrevista a cinco oficiais das Forças Armadas e Forças e Serviços de Segurança, pessoas de renome e possuidoras de elevados conhecimentos específicos da matéria em estudo no nosso país. Isto obriga-nos a valer de análise de conteúdo qualitativa para compreender qual a melhor forma de adequar o nosso tema de estudo à realidade guineense, pois, em ciências sociais, a metodologia “corresponde ao estudo sistemático dos métodos, concretizados em diferentes técnicas válidas e validadas permanentemente” (Espírito Santo, 2010. p. 11).

Deste modo, dividimos o trabalho em cinco capítulos. O capítulo I refere-se ao enquadramento teórico, na qual se fez um estudo do estado da arte relacionado com a caracterização da Segurança Interna e Defesa Nacional na Guiné-Bissau, suas dimensões, e dos seus atores, as Forças e Serviços de Segurança e as Forças Armadas, respetivamente. Nisto, procuramos tecer uns pontos essenciais, relacionados com estes atores, sobretudo, do historial da estrutura e funcionamento da SI e DN do nosso país.

O capítulo II é referente aos estudos sobre a possível intervenção das Forças Armadas na Segurança Interna. E, para o efeito, procuramos averiguar em que quadro podem as FA participar nas tarefas da SI e buscamos compreender qual seria o modelo de referência para essa participação, que princípios, formas e níveis de colaboração justificariam essa intervenção e, sobretudo, quais seriam as áreas da SI em que serão necessárias, essa intervenção.

No capítulo III expomos o método usado para conceição deste trabalho, nomeadamente, no que respeita aos participantes, ao *corpus*, aos instrumentos de recolha e análise de dados e ao procedimento levado a cabo na exploração deste estudo.

No capítulo IV procedemos a apresentação e, conseqüente, discussão dos resultados. Neste âmbito, consideramos, também, os conhecimentos que fomos angariando a partir das leituras bibliográficas a par dos elementos qualitativos extraídos das entrevistas feitas.

E, para finalizar, no capítulo V, com base nos resultados obtidos a partir do trabalho do campo e dos dois capítulos teóricos, respondida a pergunta de partida e confirmados os objetivos do estudo, tecemos as considerações finais, as recomendações, as limitações da investigação e apresentamos propostas para investigações futuras.

CAPÍTULO I: SEGURANÇA INTERNA E DEFESA NACIONAL NUM ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO: REALIDADE GUINEENSE

I.1. Segurança Interna

Diversos autores como Moreira (2002), Bernardino (2004), Garcia (2005), Coelho (2011), Torres (2012), Pereira (2014), Elias (2014), Fernandes (2014), entre outros, partilham a ideia de que atualmente se vive num mundo imprevisível caracterizado pela incerteza e instabilidade, pelo alargamento do leque dos riscos e ameaças cada vez mais difusos e transnacionais. Ocorre que “os riscos estão a aumentar na África Ocidental². O Sahel está com problemas graves de terrorismo e temos visto pelos recentes ataques, nomeadamente na Costa do Marfim e Burkina Faso, que eram considerados países seguros até agora, que nenhum país está livre”³ destas ameaças. Facto este que contribuiu para a deterioração da fronteira entre segurança interna e externa, dificultando a distinção entre a defesa e a segurança, dado que “algumas das ameaças contemporâneas transcendem as fronteiras físicas que delimitam o espaço que constitui o território desses mesmos Estados” (Fernandes, 2014, p. 77).

Na perspectiva de José Fernandes (2014) “a clássica manutenção da segurança e da ordem ainda numa função central das forças e serviços de segurança, associada por natureza a defesa de um território perfeitamente definido, tende cada vez mais a ser substituída por uma manutenção da segurança *desterritorializada*”. De acordo com este autor, “esta desterritorialização *obriga* uma nova lógica política, ainda que a territorialidade, tão característica e fundadora dos Estados, se mantenha” (Fernandes, 2014, pp. 11-12). De acordo com Vicente (2011), este processo de transformação requer recurso a vários instrumentos de Poder, de forma a originar uma resposta multidimensional.

Com a aludida transformação, na esteira de Borges (2013), o desafio torna-se aliciante, na medida em que é nos exigido ultrapassar as fronteiras tradicionais de análise do problema, não só no Sistema da Segurança Interna (SSI) em particular, mas também no sistema da Segurança Nacional (SN) que inclui a DN e a SI. Neste prisma, Lourenço (2013), considera que a SI refere-se às ameaças que provêm do interior da sociedade,

² Consultar “Conceito Estratégico da Defesa e Segurança Nacional” da Guiné-Bissau (2004), disponível em <http://binoculos-sobre-a-amura.blogspot.pt>.

³<http://www.odemocratagh.com/servicos-de-informacao-e-seguranca-guineense-reconhecem-necessidade-de-prevencao/contra-crimes-organizados>: (coordenador do programa contra o terrorismo da UNODC para a África Ocidental e Central, Guadalupe Megre, que falava à margem da abertura de uma formação para agentes de forças de segurança guineenses em 22 de março de 2016).

enquanto as ameaças que ocorrem para lá das fronteiras nacionais se integram no campo da segurança externa de um Estado. Deste modo, “o caminho para a Segurança Nacional, (...) dará certamente ênfase a cooperações entre as (FSS), como componente civil do processo de Segurança Interna e as (FA), como componente da Defesa Nacional, para atingir a excelência nesses campos de actuação” (Janeiro, 2010, p. 67).

Carlos Silva (2014) conta que a segurança, enquanto função do Estado, pode ser subdivida em segurança interna e segurança externa, que ao serem agregados resultam na segurança nacional e esse enlace conduz consequentemente ao conceito teórico da SN. No Conselho Estratégico de Defesa Nacional de Portugal (CEDN, 2013), refere-se que o SSI “não deve ser considerado isoladamente, mas antes integrado no sistema mais amplo e abrangente da segurança nacional, que faz apelo aos princípios da complementaridade e da interdependência entre todas as suas componentes”. Acontece que não queremos debruçar muito sobre SN, contudo, acompanhando Alves, diríamos que o objetivo da política da SN consiste em “fortalecer a segurança das instituições sociais, económicas e políticas contra as ameaças” (2010, p. 42). Por agora, vamo-nos cingir no conceito da SI e posteriormente no da DN. Porém, torna-nos necessário, antes, explorar o conceito de *segurança*.

Na opinião de Alves, é “corrente entender-se segurança como ausência de perigo” (2010, p. 29). Para este autor, numa abordagem politológica, a segurança “é um dos fins primordiais do Estado, a par do bem-estar e da justiça”. Numa abordagem sociológica, a segurança “é uma função, conjunto de actividades e tarefas especializadas”. E numa concepção operacional, a segurança “é o estado ou condição que se estabelece num determinado ambiente, através de utilização de medidas adequadas, com vista à sua preservação e à condução de actividades, no seu interior ou em seu proveito, sem rupturas” (Idem, 2010, pp. 36-37).

Alves (2008) realça o facto da existência de um Estado se prender com a prossecução da segurança, justiça e bem-estar social e económico dos cidadãos. Surge, porém, que a segurança assume o cerne destes padrões que um Estado é sujeito a salvaguardar. Pois, é a ambição de um Estado a prevalência do bem-estar e da segurança total dos seus cidadãos. É nesta perspectiva que a maioria dos Estados define como seus objetivos primários, a segurança, a justiça e o bem-estar, ao que o professor Marcelo Caetano (1996) designa por “fins do Estado ou da sociedade política”.

Assim sendo, mesmo que com a diluição de fronteiras do Estado se registre o surgimento doutros atores que não o Estado, tais como organizações nacionais e supranacionais, empresas multinacionais e organizações não-governamentais, no domínio da segurança, é impossível não reconhecer a importância do Estado no campo da ciência política ou das relações internacionais, ainda que possamos estar perante a crise de identidade deste relevante ator. (Fernandes, 2014). O Estado é, neste sentido, a entidade, por excelência, a quem compete a tarefa de garantir a segurança. Pelo que, este necessita de possuir uma estrutura sólida de segurança para satisfação do bem-estar da sua comunidade. E porque, hoje, estas estruturas, não são por si só suficientes para fazer face às recentes ameaças, tornou-se necessário, de forma concertada, englobar outros atores de defesa e segurança nacionais e internacionais interessados. Como refere Luís Tomé, “à medida que as sociedades e as relações internacionais se transformam, o modo de pensar a segurança também evolui”(2010, p. 34). Por isso afirmou o Professor Jorge Miranda (2013) que o campo da atividade policial de Estado é muito amplo.

Ao contrário da realidade guineense, em que não existe um conceito referencial da SI, o art.º 1.º, n.º 1 da Lei n.º 53/2008, de 29 de Agosto, Lei da Segurança Interna (LSI) portuguesa, oferece uma das definições mais completa e atuais da SI, referindo que esta é a “atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática”. É, precisamente, nesta perspectiva que a segurança é considerada “um estado de tranquilidade resultante da ausência do perigo” (Clemente, 2009, p. 93). Deste modo, a SI tem a ver com o “grau de garantia oferecida pelo Estado à nação, contra os antagonismos ou pressões de qualquer origem que venham a interferir no âmbito interno do país.” (Pedroso, 2005, p. 46).

Contudo, nos termos dos arts.º 3.º e 21.º da CRGB encontram-se determinadas as tarefas fundamentais do Estado no domínio da SI: a defesa da legalidade democrática que implica o normal funcionamento das instituições democráticas e o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos, bem como a garantia da SI. Sendo que tais tarefas se encontram cometidas às Polícias. Nesta perspectiva, para salvaguarda destes bens jurídicos, considerou-se os quatro domínios fundamentais para

atuação das FSS: “Prevenção, Ordem Pública, Investigação Criminal e Informações” (Fernandes, 2005, p. 93).

A CRGB não traz de forma explícita no seu capítulo de Direitos Fundamentais, o “Direito à Segurança” tal como aparece no n.º 1 do art.º 27.º da Constituição da República Portuguesa (CRP): “todos têm direito à liberdade e à segurança”. Contudo, decorrem dos art.º 37.º, n.º 1 que “a integridade moral e física dos cidadãos é inviolável”; art.º 38.º, n.º 1 que “todo cidadão goza da inviolabilidade da sua pessoa”; e art.º 53.º que “a todos os cidadãos é garantido o direito de se deslocar livremente em qualquer parte do território nacional”, da CRGB. Deste modo, esta lei magna assegura a garantia de direito a segurança. Significando que, “cabe ao Estado como entidade representativa do coletivo, adotar medidas concretas por forma a cumprir o seu dever (...) e assegurar a inviolabilidade ao direito à liberdade e à segurança” (Silva, 2014, p. 6). Pois, no abrigo do art.º 19.º da CRGB “é dever fundamental do Estado salvaguardar, por todas as formas, as conquistas do povo e, em particular, a ordem democrática constitucionalmente instituída”.

É sabido que, por motivos das sucessivas conflitualidades registadas no país, a Guiné-Bissau está numa situação difícil, no que diz respeito à observância dos princípios de um Estado propriamente dito democrático e de direito. Consequentemente, “o Estado perdeu o monopólio sobre o uso da força e não dispõe de autoridade moral para tomar decisões aceites pela população” (Cruz, 2007, p. 74). Pois, Rousseau já terá afirmado que a desobediência impune legitima a desobediência. Assim sendo, “todos os conflitos forçamos a pôr os pés no chão” (Guedes, 2003, p. 194). Acontece que, o Estado não cristaliza nunca numa fórmula acabada, está sempre em mutação, através de várias fases de desenvolvimento progressivo e, às vezes, regressivo (Miranda, 2013). Ora, para que a situação guineense não piore, é, preciso que haja um empenho mais responsável da parte das autoridades nacionais, visto que, “diante do actual Estado de não direito ou do (não) arbítrio, precisa-se de um Estado de Direito, baseado no princípio da *rule of law* para assegurar a coexistência pacífica entre os homens e o regular funcionamento das instituições” (Gomes, 2010, p. 15).

O relatório das Nações Unidas produzido em 1994 sobre o desenvolvimento humano⁴ substitui a tradicional abordagem de segurança estatal ou territorial por uma nova

⁴ Este relatório de desenvolvimento humano surge no âmbito do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD, 1994). Consultado em 14 de novembro de 2015, disponível em: <http://hdr.undp.org/en/content/human-development-report-1994>.

abordagem de segurança em função do indivíduo, colocando o “Homem” como objeto principal da segurança, com foco na sua liberdade e na sua segurança, tendo em conta os três fulcrais pressupostos da proteção dos direitos fundamentais: a dignidade da pessoa humana, a universalidade e a transnacionalidade dos riscos e a interdependência das componentes da segurança. Através deste relatório, “é proposta a substituição da abordagem tradicional da segurança estadual, nacional, territorial e militar, por uma nova abordagem assente na segurança das pessoas” (Brandão, 2004, p. 50). Assim sendo, “num Estado de Direito Democrático, a dignidade humana é sacra e a polícia [surge como] a guardiã dos direitos, liberdades e garantias, prosseguindo um serviço de cariz público com vista a proteger e resolver as necessidades dos cidadãos com base num serviço mais preventivo do que repressivo” (Silva, 2014, p. 7).

A União Africana, através de uma Estratégia Marítima Integrada de África 2050, que engloba questões militares e não-militares, coloca ênfase na segurança humana, reivindicando a observação dos direitos humanos, direitos económicos, o direito à proteção contra qualquer ameaça, agressão ou ação criminosa, a erradicação da pobreza, da fome e de epidemias (UA, 2012). Neste sentido “o Estado Democrático e de Direito, conquista por excelência do empenho que o homem põe na sua vontade de se tornar indivíduo e cidadão de pleno direito” (Alexandre, 2012, p. 105). De modo que, de acordo com Luís Bernardino (2008, p. 66), “não podemos evoluir social e economicamente se existir insegurança e conflitos”. E Paulo Coelho (2011, p. 12) salienta que “só um ambiente democrático e seguro, tanto regional como doméstico, pode permitir o crescimento e desenvolvimento económicos (...) e, melhoria da qualidade de vida dos povos”.

Porque a segurança é preciosa e a liberdade não tem preço, mesmo não podendo esquecer que estes valores não são eternos nem oferecidos, necessitando de ser acautelados e mantidos, se necessário for, através da força, este uso da força tem que ser legal, obedecendo os requisitos de um Estado de Direito Democrático (Jorge, 2014). Aliás, “a legitimidade dos meios e das ferramentas ao dispor do Estado, para que este intervenha, é um aspecto que vai muito para além da mera questão da legalidade” (Fontes, 2015, p. 39). Ainda de acordo com este autor, na atuação policial, “proíbe-se o excesso, exige-se proporcionalidade, apela-se a adequação dos meios, [e] garante-se o justo equilíbrio” (Fontes, 2015, p. 40). Deste modo, a legitimidade de atuação das forças coercivas de um Estado “só existe na medida em que seja conferida por lei e na medida em que não seja

ultrapassado qualquer limite imposta pelo bloco de legalidade” (Matos & Sousa, 2014, p. 201).

Digamos que a SI num Estado de Direito Democrático requer que todas forças coercivas de Estado sejam usadas numa restrita observância das regras que são estabelecidas para o efeito e, essencialmente, emanadas pelos preceitos legais. Nesta perspectiva, os Estados são condicionados a pautar pelas medidas de segurança que exteriorizam uma “ausência de ameaças militares e não militares, que possam pôr em causa os valores fundamentais que a comunidade quer promover, e que implicam um risco de utilização da força” (David, 2001, p. 27). A segurança é assim centrada na *pessoa* e no *ser humano* (Alves, 2010).

De acordo com Guedes Valente (2013) o exercício da SI num Estado de direito democrático prima pelas tarefas obedecerem ao respeito da dignidade da pessoa humana. Para este autor, a prossecução da SI deve subordinar-se, assim, a Constituição. A defesa deste autor é transversal a qualquer Estado de Direito e Democrático em que o verdadeiro primado do direito de Homem se expõe; e a Guiné-Bissau não é imune. Neste contorno, a segurança antes associada à integridade territorial do Estado, passou a focalizar-se “em tudo que possa afetar, modificar e fragilizar o ser humano” (Fernandes, 2014, p. 16).

Guedes Valente (2014) afirma ainda que num Estado de direito democrático, a legitimidade de atuação policial deve cingir nos princípios gerais, ou seja, nas normas reguladoras da atuação e da conduta policial, na prossecução das suas atribuições e competências, cujos destinatários se encontram indeterminados e indefinidos no espaço do território nacional, regional e, até mesmo, internacional. E, na perspetiva do Professor João Raposo, o direito policial é o ramo do Direito Administrativo geral ou comum que regula a organização policial e a atividade dos corpos de polícia, com vista à satisfação do interesse público da SI, à garantia do pleno exercício dos direitos, liberdades e ao cumprimento da lei (2006, p. 17). Por isso “o conceito de segurança deve ser elaborado de modo a que (...) sejam asseguradas todas as condições que nos permitam que essas condições sejam preenchidas totalmente.” (Fernandes, 2014, p. 25).

I.1.1. Organização da Segurança Interna

A CRGB não foi explícita na atribuição de competências quanto a legislação dos regimes das Forças e Serviços de Segurança (FSS). Competências estas que deveriam ser, por regra geral, exclusiva da Assembleia Nacional Popular (ANP). No entanto, atendendo

o explícito na alínea c) do art.º 86.º da CRGB quanto a organização da DN, o mesmo se aplicaria a organização da SI. Aliás, este raciocínio ficou manifesto através das recentes leis orgânicas das diferentes FSS nacionais, estatuídas por ANP a partir de alínea c), de n.º1 do art.º 85.º da CRGB.

Na Guiné-Bissau, até 1994, prevaleceu uma estrutura da polícia que refletia as conjunturas sociais, económicas e políticas próprias desses momentos da história. Uma SI controlada pelos então combatentes da liberdade da pátria cuja forma de atuação refletia a atitude de valentia de um militar camuflado de polícia. O sentimento de insegurança vivido nesse período resultou de crescentes perseguições políticas de natureza militar, fruto da derrocada e frágil luta para consolidação de um Estado que se pretendia ser propriamente soberano, livre e independente. Isto porque não devemos esquecer que a Polícia de Ordem Pública (POP), surgiu, como a mais reconhecida polícia guineense, através do desmantelamento da então polícia portuguesa substituída pelos guerrilheiros do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC). Consequentemente, esta transformação brusca caracterizou a militarização da POP, tendo resultado na debilidade estrutural e funcional conhecida, hoje, da nossa Segurança Interna.

As medidas que eram tomadas pelos detentores de poder dos regimes antes e depois do golpe de estado de 1980 que derrubou o então presidente Luís Cabral substituindo-o por Nino Vieira e que resultou na fragmentação entre os Estados guineense e cabo-verdiano, eram medidas imunes dos direitos fundamentais e merecendo por isso duras críticas, a saber: impugnação social e consequente perda de confiança na polícia por parte da população. Pois a Polícia foi transformada numa verdadeira arma de arremesso político de quem possuía o monopólio do poder. Como afirma Delfim da Silva, “o golpe militar de 14 de Novembro de 1980, «ensinou» (mal) os guineenses de que quem pegou em armas, quem matou, quem é valente é quem deve, de qualquer maneira mandar no Estado. O golpe militar espalhou a ideia de valentia, (...) deste então – desde essa grave guinada sem sentido inverso à roda do progresso – o nosso país começou a descarrilar” (2003, p. 98).

Durante este período de partido único a questão da segurança assumiu relevo e complexidade que após a abertura a multipartidarismo o acento tónico centrava-se na necessidade de reorganização da polícia da Guiné-Bissau. Pois, nessa altura, podia-se falar de um período negro na história da polícia guineense, sobretudo, na área legislativa, onde não havia normas legais capazes de definir as atribuições próprias para as diferentes corporações que desempenhavam funções nas áreas da SI, a saber: Polícia de Ordem

Pública, Guarda de Fronteira, Serviço de Segurança de Estado, Polícia Judiciária, Guarda Fiscal, Polícia Marítima, Guarda Florestal, Serviço de Migração e Fiscamar.

Após a implementação da democracia em 1994 e a consequente necessidade da reforma nos sectores da Defesa e da Segurança, eram indispensáveis as alterações sistemáticas tanto no modelo da polícia assim como na sua forma de atuação, para assim romper-se com a tradicional e o antiquado sistema, meramente, ditatorial, do então regime marcado pelas sucessivas perseguições político-militares. “A democratização da sociedade guineense, requeria não só as revisões da Constituição e das leis como se fez, mas igualmente o desmantelamento das estruturas coercivas que foram implantadas no regime monopartidário de *Partido-Estado*” (Gomes, 2010, p. 15). Pois, convinha, “pensar-se que o declínio económico, muito perturbador do Estado providência (...) a instabilidade política, a corrosão de valores e princípios estruturantes da vida em sociedade são susceptíveis de poderem tornar-se a causa directa ou indirecta de conflitos” (Fernandes, 2014, p. 22).

De acordo com José Fernandes a prevenção de conflitos requer estratégias complexas e multidimensionais, sendo pertinente a combinação de medidas de boa governação e medidas na área de segurança. Para este autor, o tempo de segurança que, hoje, vivemos “é, claramente, um tempo em que só se alcançará a segurança e a paz se se implementarem medidas efectivas de solidariedade, cooperação e de segurança comum” (2014, p. 12). Ou seja, a inter-relação entre governo, paz, segurança, estabilidade e desenvolvimento económico e social, deve ser reconhecida como fator essencial para o desenvolvimento que se almeja de um país que faça parte de atual contexto de aldeia global.

As constantes instabilidades político-militares registadas no país contribuíram em muito, para degenerar o conceito de segurança, já frágil de si, no seio dos guineenses. Como afirma o nosso entrevistado 2 “um país com um tal quadro não pode conhecer a estabilidade e segurança, [pois], estará permanentemente sob a ameaça.” Aliás, de acordo com o entrevistado 1, “qualquer conflito dessa natureza trás sempre consequências negativas e series de vulnerabilidades, principalmente de ponto de vista logístico, porque o policial necessita e quem lhe dá é o governo e este governo deve ser estável”.

A seleção, colocação e afastamento dos efetivos policiais passaram a ter critérios meramente políticos e de proteção pessoal como afirma o entrevistado 2. “os actores políticos optam numa força de índole militar que lhes garante a defesa e a consolidação de

poder”. Nesta perspetiva, passou a ser normal oficiais oriundos das FA desempenharem funções na polícia. Pois, durante esta fase da implementação da democracia, um processo que, infelizmente, ainda está em curso, é perceptível a influência dos políticos nas atuações policiais, de acordo com este nosso entrevistado, “o recrutamento dos servidores do estado deve obedecer aos critérios mais objetivos possível, tendo como o paradigma o mérito”. Na opinião do mesmo, “a origem étnica, estatuto social ou a religião não devem pesar neste processo, bem como deve evitar-se a partidarização da vida pública do estado”. E esta polícia de “natureza mais repressiva e militarista ou civilista e preventiva se constituem pilares fundamentais que, apesar de estar em constante mutação, se pretende segura, livre e organizada.” (Alves, 2006, p. 64).

Recentemente, juntando-se as sinergias de diferentes entidades nacionais e internacionais foi possível dar os primeiros passos na reforma e reestruturação da segurança interna guineense. Assim, com o sustento nas orgânicas de cada corporação, são, atualmente, quatro os organismos que exercem as funções de SI, a saber: Guarda Nacional (GN) que substitui a antiga Guarda Fronteira (GF); POP; Polícia Judiciária (PJ) e Serviços de Informação e Segurança (SIS) que substitui o antigo Serviços de Segurança de Estado (SSE). Pois, com a referida reestruturação, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) antes Serviço de Migração; Guarda Fiscal; Polícia Marítima (PM); Guarda Florestal e Fiscamar foram abarcados na GN. Também exercem funções de segurança interna o Sistema da Autoridade Marítima (SAM) e o Sistema da Autoridade Aeronáutica (SAA), no âmbito das suas respectivas competências específicas nos espaços marítimo e aéreo. Esta previsão advém, excecionalmente, do art.º 3.º, n.º 2 e al. c) da Lei da Organização da Guarda Nacional (LOGN)⁵. Pois cabe às Forças Armadas, unicamente, o papel de colaboração no âmbito do art.º 20.º, n.º 1, da CRGB, tal como será desenvolvido mais a frente.

Deste modo, no âmbito de uma proposta de Lei que surgiu na sequência do Documento de Estratégias para a Reestruturação e Modernização do Sector da Defesa e Segurança, (DERMSDS) aprovado pela ANP e apresentado em Genebra em 7 e 8 de Novembro de 2006, foi reorganizada a estrutura das FSS que atuam na SI guineense. Com esta nova estrutura, a GN e a POP ficaram dependentes do membro do governo

⁵ Lei n.º 8/2010 de 22 de junho, cujo o art.º 3.º, n.º 2 e al c) prevê que, no âmbito das atribuições da Guarda Nacional “(...) as operações marítimas de grande porte e as aéreas serão realizadas em articulação com o sistema da autoridade marítima nacional e do sistema da autoridade aeronáutica por criar na base do projecto já existente.”

responsável pela área do interior ou da segurança⁶. O SIS, um serviço público anteriormente dependente do membro do governo para a área do interior, passou a depender do Primeiro-Ministro⁷. E, finalmente a PJ, como sempre, depende do membro do governo responsável pela área de justiça⁸. No entanto, a GN, devido à sua dupla dependência, também depende do membro do governo responsável pela área da Defesa, nos casos e nos termos previstos nas Leis de Defesa Nacional e de regime do estado de sítio e do estado de emergência.

Segundo Alves (2006), atualmente, procura-se um novo paradigma de atuação policial que privilegie a vertente cívica não repressiva. Pois as Forças de Segurança (FS) que durante a vigência dos anteriores regimes de uni-partidarismo foram a principal estrutura e instrumento de vigilância e repressão política, viram, atualmente, serem-lhes atribuídos objetivos de extrema importância para o processo de democratização da sociedade (guineense). Sendo assim, aproveitando o facto do sistema político, neste caso, a estrutura da SI, vigente na Guiné-Bissau demonstrar semelhante à que vigora em Portugal⁹, “procurou-se adaptar não só modelo organizacional português mas também os vectores ideológicos subjacentes a esse mesmo modelo policial.” (Idem, p. 72). Contudo, a experiência em matérias de SI demonstram que “quando o campo de intervenção dos vários actores não está perfeitamente definido são frequentes (...) (as) disfuncionalidades, em prejuízo, em última instância, do cidadão contribuinte” (Torres, 2012, p. 86). É o que se pode testemunhar no caso guineense.

I.1.2. Forças e Serviços de Segurança

A GN e a POP são Forças de Segurança (FS) de competência genérica na matéria da SI, sendo assim, exercem funções nas quatro áreas tradicionais da SI, a saber: prevenção, ordem pública, investigação criminal e informações¹⁰. Ou seja, a GN e a POP exercem funções de polícia administrativa e de polícia de investigação criminal, sem prejuízo das atribuições da PJ que detém o serviço de competência específica no domínio, de investigação criminal, assim como o SIS possui a competência específica no domínio de informações.

⁶ Art.º 2.º, nº1 da lei nº 8/2010 de 22 de junho, LOGN E art.º 2.º da Lei nº 9/2010 de 22 de Junho, LOPOP.

⁷ Art.º 1.º da Lei nº 7/2010 de 22 de junho, LOSIS.

⁸ Art.º 1.º, nº 1 do Decreto-Lei nº 14/2010 de 29 de julho, Estatuto da PJ.

⁹ Estamos a referir a Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, lei que organiza o Sistema de Segurança Interna português.

¹⁰ A partir do preâmbulo das respetivas leis que organizam as duas Forças de Segurança.

Ao contrário de Portugal que, “na década de setenta, procurava-se definir a esfera de ação para as duas principais forças de segurança (PSP e GNR) e, neste sentido, introduzindo as alterações que tornaram PSP uma Polícia cada vez mais vocacionada para o policiamento no meio urbano, enquanto à GNR competia o policiamento rural” (Alves, 2006, p. 80). No caso guineense, esta situação não está explícita em nenhuma peça documental, aguardando que a lei que organize a SI guineense venha resolver este equívoco. Contudo, em caso de dúvidas, de acordo com as leis orgânicas destas corporações, é o membro do governo responsável para a área do interior quem decide as prerrogativas de cada força.¹¹ E, mesmo assim, não devia verificar-se quaisquer sobreposições funcionais e territoriais entre estas duas forças. Se existem, que se extingam ou responsabilizem-se os que não respeitam as competências territoriais e funcionais: de prevenção e de reposição da ordem pública, administrativas e criminais. (Valente, 2013).

De acordo com DERMSDS (2006), por se afirmar que a polícia tem por funções defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, as forças policiais ficam ligadas a causa democrática e aos direitos de cidadãos. Sendo assim, a reestruturação que se pretende, assenta na implantação de novas dinâmicas de serviços policiais com base nos novos diplomas legislativos que consigam transformar a instituição policial militarizada numa força de segurança civil. Afastando assim os padrões estatutários militares que vigoravam nas atuações das FSS. Esta rutura gradual com uma concepção policial militarizada é morosa, no entanto, gradual e progressiva. Pois, pretende-se que, muito em breve, seja edificada uma confiança, devidamente, reconhecida entre a Polícia e o cidadão.

Nesta ordem de ideia, como já referimos, em sentido restrito, existem duas Forças de Segurança: a GN e a POP. Isto advém do art.º 1.º, n.º 1 da Lei da GN que afirma que esta “é uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa”. E no art.º 1.º, n.º 1 da Lei da POP, onde se lê que esta “é uma força de segurança, uniformizada e armada, com a natureza de serviço público e dotada de autonomia administrativa”. Pois “a designação de Forças de Segurança assenta melhor às corporações policiais que têm por missão assegurar a manutenção da ordem pública e o exercício de direitos de cidadão especialmente habilitadas para o uso colectivo de meios coercivos” (Raposo, 2006, p. 49).

¹¹ Art.º 5º, 2 da LOGN e art.º 5º, nº 2 da LOPOP.

Também, no sentido restrito, são dois os Serviços de Segurança: o Serviço de Informação de Segurança e a Polícia Judiciária. Isto ocorre do art.º 1.º, n.º 1 da Lei de SIS, onde é referida que este se trata de um “serviço público, dependente do Primeiro-Ministro e que goza de autonomia administrativa e financeira”. E do art.º 1.º, n.º 1 do Decreto-Lei do estatuto orgânico da PJ, onde se lê que esta “é um órgão de polícia criminal auxiliar da administração da justiça, organizada hierarquicamente na dependência do Ministro da Justiça e fiscalizado nos termos da lei”.

É-nos estranho, no entanto, o facto de este organismo, a PJ, ser instituída por um decreto-lei governamental. Pois, assim como as Forças de Segurança se encaixam na conceição constitucional do art.º 21.º da CRGB, vestindo o manto de Forças de Segurança dentro do princípio de territorialidade ou de unicidade de organização para todo território nacional e do princípio da reserva da lei, o mesmo também se aplica aos Serviços de Segurança. Ou seja, apesar dos Serviços de Segurança não estarem expressamente referidos na CRGB, na esteira do Raposo (2006), o seu regime também deve ser fixado por lei e a sua organização única para todo o território nacional.

Concordamos que existem muitos outros atores com competências direccionadas para as tarefas da SI, os quais não referimos aqui, simplesmente, porque nesta nossa explanação, estamos a considerar, unicamente, as FSS que se encaixam nesta configuração através dos diplomas legalmente estabelecidos. Pois, reconhecemos que “os Estados estão confrontados com uma nova *governance* da segurança. Nesta nova dinâmica emergem novos actores da segurança, novos processos de trabalho, novas práticas policiais” (Oliveira, 2006, p.305).

Sendo assim, ficam de fora, no âmbito desta investigação, dentre outros serviços, a Polícia Municipal, os Corpos de Guarda Prisional, o Sistema de Proteção e Socorro e obviamente, a Segurança Privada (SP). Como destacam Gomes Canotilho e Vital Moreira (1993, p.184) na abordagem que fizeram sobre Segurança Privada, em como “as entidades privadas concorrem, subsidiariamente, através de actos instrumentais e localizados, para a concretização da dimensão positiva do direito à segurança”. Também, ignoramos o Gabinete Central Nacional da INTERPOL/Guiné-Bissau (GCN-INTERPOL/Guiné-Bissau)¹² que estranhamente aparece na atual estrutura da SI guineense como Serviço de

¹² Decreto-Lei nº 2/2011 de 2 de fevereiro, cujo art.º 1º, nº 1 diz: “O Gabinete Central Nacional da INTERPOL (GCN)/Guiné-Bissau é um Órgão de Polícia Criminal, que em ligação com a Organização Internacional de Polícia Criminal (OIPC/INTERPOL), e em colaboração com todas as forças policiais e outras instituições que aplicam a Lei no país, tem por missão o seguimento, prevenção e repressão das

Segurança na igual prerrogativa com a PJ, a partir de um decreto presidencial, obrigando a configuração de um duelo da polícia judiciária, como aconteceu com as duas forças de segurança, num território de 36.125 km² e menos de dois milhões de habitantes. Uma decisão que não obedece o dever de monitorização e racionalização de escassez de recursos e de elevado grau de pobreza em que o nosso país se encontra.

I.2. Defesa Nacional

De acordo com Branco (2010) o conceito de segurança foi em 1997 subdividido pelo Instituto da Defesa Nacional (IDN) em “Segurança Nacional” e “Defesa Nacional”. Isto porque, “o surgimento de ameaças transfronteiriças, o terrorismo, a proliferação de armas de destruição massiva, a internacionalização do crime organizado, levou a necessidade de adaptação e ajustamento das políticas tradicionais de defesa externa e de segurança interna, combinando os níveis nacionais (coordenação) e as organizações internacionais (multinacionais e transnacionais), para responder eficazmente a essas novas ameaças.” (Fernandes, 2014, p. 19). Com isto, o poder político pretende promover “a coesão absoluta da sociedade para que todos protejam a todos e assim, unidos em estreita solidariedade (...), [se] institui uma força colectiva de interesses gerais e de princípios socialmente aceite”. (Caetano, 1996, pp.144 - 145).

De acordo com Alves uma definição atualizada de IDN refere que a DN é um “conjunto de medidas e acções adequadamente integradas e coordenadas que, globalmente ou sectorialmente, permitem fortalecer a capacidade da Nação, com vista a alcançar a segurança nacional, procurando criar as melhores condições para prevenção e combate a quaisquer ameaças que, direta ou indiretamente, se oponham a consecução dos objetivos nacionais” (2010, p. 43). Trata-se de um conceito que vem desenvolver o raciocínio de Loureiro dos Santos, para quem, a segurança, consiste na “condição da nação que se traduz pela permanente garantia da sua sobrevivência em paz e em liberdade, assegurando a soberania, independência e unidade, a integridade do território, a salvaguarda colectiva de pessoas e bens e dos valores espirituais, o desenvolvimento normal das funções do Estado, a liberdade da acção política dos órgãos de soberania e o pleno funcionamento das instituições democráticas”. (2000, p.81).

actividades ilegais transnacionais, auxiliar da administração da Justiça, organizado hierarquicamente na dependência do Ministro da Justiça”. E o n.º 2 do mesmo artigo diz: “O GCN-INTERPOL/Guiné-Bissau rege-se pela Lei Nacional e pelos Estatutos da OIPC/INTERPOL, tendo sempre presente na sua actividade o preceituado no seu art.º 3º, *qualquer actividade ou intervenção em questões de carácter político, militar, religioso ou racial são rigorosamente interditos à organização*”.

Na Guiné-Bissau, a tarefa da DN foi incumbida às Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP). Esta prescrição vem do art.º 20.º da CRGB, cujo n.º 1 determina que *as FARP*, instrumento de libertação nacional ao serviço do povo, são a instituição primordial da defesa de Nação. Incumbe-lhes, assim, defender a independência, a soberania e a integridade territorial. O n.º 3 deste artigo estipula que as FARP obedecem aos órgãos de soberania competentes, nos termos da Constituição e da Lei e no n.º 4 é dito que as FARP são apartidárias e os seus elementos, no ativo, não podem exercer qualquer atividade política.

De acordo com o art.º 1.º, n.º 1 da Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA)¹³, as FA são um vetor essencial da defesa nacional e constituem a estrutura do Estado que tem como missão fundamental garantir a defesa militar da Nação. O n.º 2 deste diploma refere que as FA obedecem aos órgãos de soberania competentes, nos termos da Constituição e da lei, e integram-se na administração direta do Estado, através do Ministro da Defesa Nacional. No entanto, na base deste artigo, os órgãos do Estado diretamente responsáveis pela DN e pelas FA, são, o Presidente da República, Assembleia Nacional Popular, Governo, Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN) e Conselho Superior Militar (CSM). Também, são responsáveis pelas FA e pela componente militar da Defesa Nacional, o Conselho de Chefes de Estado-Maior, o Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, o Vice-Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas e os Chefes de Estado-Maior do Exército, da Marinha e da Força Aérea.

No abrigo do artigo que estamos a seguir, politicamente, é o Ministro da Defesa Nacional, o responsável pela elaboração e execução da componente militar da política de defesa nacional, pela administração das Forças Armadas e resultado do seu emprego. Deste modo, no embargo do art.º 2.º da LOBOFA, a defesa militar da Nação, garantida pelo Estado, é assegurada, exclusivamente, pelas FA. Sendo o funcionamento destas orientado para permanente preparação, tendo em vista as suas atuações para fazer face a qualquer tipo de agressão ou ameaça externa. Estas atuações desenvolvem-se no respeito pela constituição e pela lei, em execução da política de defesa nacional definida e do conceito estratégico de defesa nacional aprovado, de forma a corresponder às normas e orientações estabelecidas através do Conceito Estratégico Militar, suas Missões, Sistema de Forças Nacionais e Dispositivo de Forças.

¹³Lei nº 11/2011 de 28 de junho, Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA).

Na esteira de Rodrigues (2013), atualmente, as condições de intervenções das FA são radicalmente diferentes das que se verificavam anteriormente. Hoje, o objetivo de atuação de um Estado consiste em estabelecer uma condição que permita que o objetivo político seja alcançado. O campo de aplicação do conceito de segurança passou a englobar todo tipo de situações que se apresentem como pondo uma ameaça existencial a um Estado, ao seu Governo, território e sociedade.

Ainda na perspectiva de Rodrigues (2013), a DN integra, todas as atividades necessárias para garantir que o País tenha segurança. Não se remetendo apenas à atividade militar, mas também, políticas, económicas, sociais, culturais, etc. Pois, “num conflito bélico, mesmo perante um inimigo claramente superior, sabe-se quem ele é, onde está, o que pretende. [Porém, a título de exemplo], a ameaça terrorista é por regra difusa” (Torres, 2012, p. 83). Neste sentido, nasce o conceito de “Defesa Interna” que “pode ser definida como um conjunto de medidas levadas a efeito para superar os antagonismos ou as pressões que se manifestam ou produz em impactos no âmbito interno, sobre os seus agentes e os seus efeitos de forma a evitar, impedir ou eliminar a acção subversiva. [Sendo que] tais medidas são da competência de instituições militares e policiais”. (Pedroso, 2005, p. 46).”

I.2.1. Estrutura e Competências das Forças Armadas

Organizadas em três ramos, os militares e civis das FA continuam a cumprir cabalmente as missões que legalmente lhes estão atribuídas. Preparados fundamentalmente para fazerem face às agressões e ameaças externas, no sentido de garantirem a soberania, a independência nacional e a integridade do território nacional. Na verdade, as FARP têm prestigiado o País, muito especialmente na luta pela independência, no quadro das organizações internacionais e da política nacional de cooperação, como instrumento da política externa em missões especiais humanitárias e de paz e em ações de cooperação técnico-militar. Para além destas missões de cariz essencialmente militar, em consonância com o disposto na CRGB, as FA têm colaborado em missões de proteção civil e em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações.

De acordo com o art.º 6.º, n.º 4 da LOBOFA, as FA estão organizadas numa estrutura vertical e hierarquizada e os respetivos órgãos relacionam-se através dos níveis de autoridade hierárquica, funcional e técnica. No abrigo do art.º 8.º da LOBOFA, a estrutura

das FA compreende: **a)** o Estado-Maior General das Forças Armadas; **b)** os três Ramos das Forças Armadas: Exército, Marinha e Força Aérea; e **c)** os órgãos militares de comando das Forças Armadas. Destaca-se no n.º 2 deste artigo que, os órgãos militares de comando, são o Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, o Vice-chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas e os Chefes de Estado-Maior dos ramos. Acontece que, não raramente, a estrutura que um Estado define para a DN, não é suficiente por si só face aos tipos de ameaças que se registam na contemporaneidade. Nesta perspectiva, de acordo com o art.º 36.º n.º 1 deste diploma, as FA e as FSS “cooperam tendo em vista o cumprimento conjugado das suas missões para os efeitos previstos na alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º”¹⁴.

Como referimos, as competências e as missões das FA não se esgotam na sua componente de defesa militar pura, já que, por fruto da evolução das relações internacionais, as FARP passaram a ter competências mais vastas e o cumprimento dos compromissos militares da República passaram a incorporar as missões externas, as missões de paz e humanitárias multilaterais e a cooperação técnico-militar quer no âmbito bilateral quer no multilateral como decorre do art.º 4.º da LOBOFA. E uma das suas competências mais apreciável no interior do Estado é a colaboração em missões de proteção civil e a satisfação das necessidades básicas da população, garantindo-lhe a melhoria da sua qualidade de vida (art.º 20.º, n.º 2, da CRGB e art.º 4.º, n.º 1 e al f) da LOBOFA).

Com a intensificação das ameaças de cariz transnacional, designadamente na sequência dos ataques terroristas, ultimamente, registados, como, o recentemente assinalado em França, Bélgica e, a nível regional, nomeadamente, na Nigéria, Mali e Costa de Marfim, é aceite, em consequência de tudo isto, que sejam acrescidas às FARP a responsabilidade nas suas competências de colaboração com as FSS. Pois, de acordo com Elias (2014), a designada «guerra contra o terrorismo» como reações aos atentados de 11 de Setembro de 2001, atualmente como reação à ameaça corporizada pelo Estado Islâmico, contribuiu para uma «musculação» da resposta face ao terrorismo e criminalidade transnacional e para uma maior dificuldade em distinguir os conceitos clássicos de segurança interna e de defesa, de polícia e de forças armadas, de serviços de informações civis e militares, tendo criado a necessidade de maior sinergias e interligação entre estas

¹⁴ As FA com as FSS cooperam tendo em vista “o cumprimento conjugado das respectivas missões no combate a agressões ou ameaças transnacionais”.

vertentes face ao carácter disseminado e imprevisível das ameaças e riscos que impendem sobre as sociedades modernas.

Acontece que, se para Portugal, houve demarcação entre o que é SI, a cargo das FSS, e DN, a cargo das FA, “fruto da conjuntura interna que então se vivia no País, na sequência do 25 de Abril e que vinte e um anos depois, através do Conceito Estratégico de Defesa Nacional de 2003 veio a reconhecer-se que as razões que tinham determinado esta opção de demarcação entre segurança interna e externa estavam ultrapassadas” (Rodrigues, 2013). Para a Guiné Bissau este tempo de demarcação ainda não começou. Senão, convém indagar se as FARP “têm cumprido o seu papel conforme a Constituição da República. A resposta [para] esta indagação [parece] simples, não” (Gomes, 2010, p. 12). Isto porque de acordo com Nelson Lopes (2010), na Guiné-Bissau, “a força da arma continua a falar mais alto”, citando Tchernó Djaló (2000), Lopes escreveu que “a história contemporânea da Guiné-Bissau, tem sido uma sucessão de actos de violência política institucional que marcaram profundamente a memória colectiva do seu povo” (2010, p. 4).

Com isto, não queremos de nenhum modo desvalorizar a matéria tratada pelo Conceito Estratégico da Defesa e Segurança Nacional da Guiné-Bissau de 2004, cujo objetivo visa estabelecer os aspetos fundamentais da estratégia global que deve ser adotada pelo Estado para a consecução dos objetivos da política de segurança e defesa. Mas, sim, defendemos um conceito estratégico que assuma a verdadeira defesa da Constituição da República da Guiné-Bissau e de um Estado de direito democrático e, em consequência, o respeito pelas convenções internacionais, adaptado a grande mudanças impostas pelo desenvolvimento das ciências, pelas novas tecnologias de informação e comunicação e pela importância atual da segurança cooperativa. Defendemos, sobretudo, um conceito estratégico assente na plena observância do bloco da legalidade.

Sobre o patenteado, Carlos Vamain (2010)¹⁵ terá afirmado que, na Guiné-Bissau, “a adopção do sistema político multipartidário, não se fez acompanhar com a necessária adequação e redimensionamento das Forças Armadas apropriadas a um Estado de Direito democrático. Elas sempre foram mantidas com as funções de braço armado do partido no Poder” (Vamain cit. In Gomes, 2010, p. 12). Segundo Antonieta Gomes (2010), as FARP, ficaram assim estagnadas no tempo, com as estruturas mentais do Partido-Estado. Para esta especialista, na Guiné-Bissau, as sucessivas crises político-militares desde 1998, a esta

¹⁵ Carlos Vamain (2010, p. 581), na sua obra colectiva intitulada: “50 ans après, quelle indépendance pour l’Afrique?”, numa análise sobre os 35 anos da independência da Guiné-Bissau.

parte, com interrupções de mandatos de poderes eleitos democraticamente, fragilizaram o poder político e as instituições democráticas. Facto que pode condicionar uma pluralidade das ideias quanto ao questionamento que se faz da integridade e fundamento do Estado guineense. Isto porque é apontado que “o terrorismo e as diversas formas de criminalidade organizada encontram-se disseminados na comunidade, sobretudo nos Estados «falhados» ou em situação de crise sócio-político e económico” (Elias, 2014, p. 22).

De acordo com Nelson Lopes, o poder político guineense, “não tem conseguido ao longo de todos estes anos dissociar-se da classe castrense, que constantemente tem-se imiscuído nos assuntos da governação, influenciando de que maneira as acções políticas”. Para este autor, “esta influência dos militares, *convida* em parte também os políticos frustrados a aproveitarem-se da desorganização e desconfiança que existe dentro da própria estrutura militar para levar a cabo as sublevações armadas” (2010, p. 16). Lembramos que Samuel Huntington (1975), há muitos anos atrás, terá afirmado que “as intervenções militares são apenas uma manifestação específica (...) [de] politização geral das forças e instituições sociais”. Na opinião deste autor, “os países que possuem um exército político, possuem também um clero político, universidades políticas, burocracias políticas, sindicatos políticos e corporações políticas”, ou seja, toda a sociedade como um todo fica fora do compasso, não apenas as forças militares (Huntington cit. In Lopes, 2010, p. 16).

Na esteira de Antonieta Gomes, a democracia guineense, caracteriza-se por uma permanente intervenção militar na vida política, contribuindo assim para a fragilidade das instituições públicas e uma incapacidade do poder político para mudar a situação (Gomes, 2010). Assim, neste país, a ausência de uma política de DN, tem sido um dos fatores geradores do conflito no seio das FARP. Citando Yameogo (1933), Gomes (2010) afirma que, difícil é a consolidação de uma democracia sem Estado de Direito, visto que, se as Forças Armadas têm constituído uma ameaça para as autoridades políticas, como comprovam os factos na história dos golpes de Estado, significa que “a democracia guineense (...) não se afirma num Estado de Direito” (Gomes, 2010, p. 13). Pelo que os golpes e contragolpes “fazem parte dos vários factores determinantes que contribuíram para o fracasso de construção da democracia na Guiné-Bissau, devido a elevada e forte envolvimento da elite militar na política nacional, sobressaindo, como detentores, de facto, do poder” (Lopes, 2010, p. 17).

I.2.2. Missões das Forças Armadas

As Forças Armadas Revolucionárias do Povo, instrumento de libertação nacional ao serviço do povo enquanto estrutura e braço armado do Estado guineense, têm como missão, por excelência, a defesa militar da integridade da República da Guiné-Bissau garantindo desta forma a sua independência, soberania, integridade territorial como decorre do art.º 20.º da CRGB e art.º 4.º LOBOFA. Ou seja, “as Forças Armadas da Guiné-Bissau [constituem] um vetor essencial da defesa nacional, estrutura do Estado que tem como missão fundamental garantir a defesa militar da Nação” (art.º 1.º da LOBOFA). É nesta ótica de ideia que, “as Forças Armadas deverão dispor de estruturas, dispositivos e forças em condições de efectuarem operações militares além-fronteiras, para onde estão vocacionadas e foram concebidas para actuar” (Santos, 2012, p. 19)

As missões específicas que competem às Forças Armadas desempenhar são aprovadas pelo CSDN, sob proposta do Ministro da Defesa Nacional, elaborada com base em projeto do Conselho de Chefes de Estado-Maior (art.º 4.º n.º 3 LOBOFA). Pois, “os Chefes de Estado-Maior dos três ramos têm uma relação directa com o Ministro da Defesa Nacional no que diz respeito a obtenção dos recursos – financeiros, humanos e materiais” (Santos, 2012, p. 42). Esta estrutura é articulada sob a direção do CEMGFA, responsável pelo comando estratégico e operacional das FA que, de acordo com art.º 12.º, n.º1 e al. v) da LOBOFA, em estado de guerra ou de exceção exerce também o comando operacional das Forças de Segurança quando, nos termos da lei, estas sejam colocadas na sua dependência.

De acordo com o art.º 4.º, n.º 1 da LOBOFA, nos termos da Constituição e da lei, incumbe as FA, no abrigo da al. a), “desempenhar as missões militares necessárias para garantir a soberania, a independência nacional e a integridade territorial de Estado”; al. b) “desempenhar as missões militares necessárias à protecção dos recursos naturais e do ambiente do território nacional”; al. c) “exercer missões destinadas a garantir a liberdade e a segurança das pessoas e bens contra as ameaças externas, sejam elas manifestas ou potenciais”; al. d) “participar nas missões militares internacionais necessárias para assegurar os compromissos internacionais do Estado no âmbito militar, incluindo missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que a Guiné-Bissau faça parte”. E no que diz respeito a cooperação e colaboração com outros serviços, a al. e) do n.º 1 do referido artigo prescreve que incumbe ainda as FA “cooperar com as forças e serviços de segurança tendo em vista o cumprimento conjugado das respectivas missões no

combate a agressões ou ameaças transnacionais”; e, de acordo com a al. f), cumpre as FA “colaborar em missões de protecção civil em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações”.

E, nisto de colaboração e cooperação, a LOBOFA, através do art.º 26.º, n.º 8, determina que os ramos da Marinha e da Força Aérea “podem ainda dispor de outros órgãos que integrem sistemas regulados por legislações próprias, nomeadamente o SAM [Sistema de Autoridade Marítima], o SA [Sistema Aeronáutica], Busca e Salvamento e de outros que a nível nacional venham a ser considerados. Ainda, de acordo com o art.º 2.º, n.º 2 da LOBOFA, as forças da GN são colocadas na dependência operacional do CEMGFA através do seu comandante-geral, nos casos e termos previstos na Lei de DN e das FA dos regimes do estado de sítio e do estado de emergência, dependendo, nesta medida, do membro do Governo responsável pela área da DN no que respeita a uniformização, normalização da doutrina militar, do armamento e do equipamento. Tal como sustenta Branco (2006), temos o facto de que esta força militarizada [Guarda Nacional] se encontra numa situação intermédia, concretamente posicionando-se entre as FA e as Polícias, sendo por isso mesmo denominada força de charneira ou terceira força.

Na esteira de Carlos Alves (2008, p.239) uma “instituição gendármica, como a [GN], para sobreviver num contexto de dualidade policial, terá de ser autónoma e específica como Terceira Força; gerir com cuidado uma vivência saudável dos seus valores tradicionais e manter relações flexíveis com a envolvente social; ser militar, recusando o militarismo e ser policial, precavendo-se do civilismo”. No entanto, seguindo o raciocínio de Manuel Valente (2013), a matriz umbilical da GN encontra-se consagrada no art.º 21.º da CRGB e não no art.º 20.º deste diploma. Caso contrário, na opinião deste autor, não se justifica a sua existência, em especial por violação do princípio da racionalidade dos meios orgânicos e funcionais de atividade do Estado na prossecução das suas tarefas fundamentais.

CAPÍTULO II: A INTERVENÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NO QUADRO DA SEGURANÇA INTERNA

II.1. Quadro Legal da Intervenção das Forças Armadas na Segurança Interna

A estrutura da SI da Guiné-Bissau depara-se com a falta dos mecanismos necessários e essenciais para facilitar a articulação entre as diferentes FSS, assim como entre estas e as FA, nos casos em que é necessário uma intervenção destas na SI. Pois, lê-se na segunda parte do art.º 20.º, n.º 1, da CRGB que, é incumbida as FA o dever de “colaborar estreitamente com os serviços nacionais e específicos na garantia e manutenção da segurança interna e da ordem pública”, no entanto, “perante as lacunas na legislação de segurança interna e de defesa nacional, em matéria de articulação tático-operacional entre as Forças de Segurança e as Forças Armadas e face a inexistência de mecanismos de coordenação, de protocolos de procedimento e de regras de empenhamento comuns entre ambas”, [citando agora Gomes (2011)] “nenhuma das partes deu passo no sentido de se definirem os termos e condições da colaboração entre as forças de segurança e as forças armadas, como sucede vários anos no sistema francês ou inglês” (Elias, 2014, p. 24).

Afirmamos isso porque o Conselho de Segurança Nacional (CSN) que estranhamente aparece no art.º 12.º da LOSIS, nos parece ser incompatível no domínio da articulação operacional, devido ao seu enquadramento legal e quando restringida a leitura unicamente neste artigo, onde se afirma que “o Conselho Nacional é um órgão interministerial de consulta e de coordenação em matéria de informação” e não da SI. E, sabe-se que, na matéria da SI, a informação é, simplesmente, uma das componentes. Contrariando, deste modo, o que se pode ler do art.º 14.º do mesmo diploma, em que já uma das competências do CSN, de acordo com o n.º 1 deste artigo, é de “assistir o Primeiro-Ministro no exercício das suas competências em matéria de Segurança Nacional, nomeadamente, quanto a adopção das providências necessárias em caso de grave ameaça para a segurança nacional”. Entendemos que, não havendo nenhum dispositivo legal que organize a SI e muito menos a SN, manifesta-se, logo, a ausência de um órgão, especificamente legal, capaz de assumir coordenação e interoperabilidade no caso de uma combinação das forças nacionais.

De referir que, no abrigo do art.º 13.º da LOSIS, o CSN é composto pelas seguintes entidades: Primeiro-Ministro; um representante da ANP; Ministro da Presidência do

Conselho de Ministros; Ministros responsáveis pelas áreas da Defesa Nacional, Administração Interna, Justiça, Negócios Estrangeiros, Finanças, Plano, Transporte e Comunicações; Procurador-Geral da República; Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas; Comandante Geral da GN; Diretor Geral do SIS; Diretor Geral da Polícia judiciária; Diretor do Gabinete Nacional da Interpol; Comissário Geral da POP; podendo, de acordo com o n.º 2 deste artigo, face à natureza do assunto a tratar, entrar mais entidades sob a determinação do Primeiro-Ministro.

Entendemos que é indiscutível que as FA só podem intervir na SI com fundamentos na cooperação ou na colaboração. Pois, “não é legalmente possível a interpretação que as FA podem realizar cumulativamente missões de âmbito militar e não militar, especialmente na área da segurança interna, porque parecendo ser uma ideia apelativa, é contrária ao actual quadro jurídico e constitucional [guineense]” (Oliveira, 2015, p. 113). Sendo assim, é-nos necessário realçar que as FA só podem intervir na SI no abrigo de colaboração com as FSS, como um dever, e não como uma responsabilidade. Pelo que se justifica afirmar que a cooperação e a colaboração são dois conceitos diferentes. Cooperar significa “trabalhar em comum com alguém com vista ao cumprimento conjugado das respectivas missões (...) [e] colaborar, interpretamo-la como coadjuvar, auxiliar e apoiar alguém no cumprimento da sua missão” (Idem, 2015, p. 109).

De acordo com Oliveira (2015), a *colaboração* não é um poder, mas sim um dever que incide sobre os cidadãos em geral e sobre os cidadãos que desempenham funções públicas, em particular. Como dever geral, os cidadãos devem colaborar para a manutenção da ordem, não perturbando o decorrer das operações e acatando as ordens legítimas emanadas pelas autoridades. E como dever especial, cumpre aos funcionários e, em particular, as FA colaborarem com as FSS, comunicando a estes todos os factos que tenham conhecimento, no exercício das suas funções, relativos a preparação ou a execução de ocorrências que possam ser classificadas como crimes. De acordo com este autor, a *cooperação* traduz-se numa obrigação e, em sucedâneo, numa responsabilidade das FSS cooperarem entre si, sobretudo, na comunicação das informações, não interessando apenas a prossecução dos seus objetivos específicos, sejam necessários à realização das finalidades de outros organismos, salvaguardando o regime geral do segredo de justiça e do segredo do Estado. (Oliveira, 2015).

No abrigo do n.º 2 do art.º 4.º da LOBOFA, lê-se que as FA “podem ser empregues nos termos da Constituição e da lei, quando se verifique o estado de sítio ou de

emergência”. Esta é a situação mais consensual em que as FA podem desempenhar funções na SI no âmbito da cooperação entre as FA e as FSS e no quadro do espírito do artigo 20.º, n.º 1 da CRGB e art.º 4.º, n.º 1 e al. e) da LOBOFA. São as situações em que, de acordo com o art.º 36.º, n.º 2, desta lei, se torna necessário estabelecer “as estruturas e os procedimentos que garantam a interoperabilidade de equipamentos e sistemas, bem como o uso em comum de meios operacionais”. E, também, é neste campo de ação que, no abrigo do n.º 3 do art.º 36.º deste diploma, compete ao CEMGFA e a entidade responsável pela SI assegurarem entre si a articulação operacional. Pelo que, é de elogiar a previsão que o legislador providenciou quanto a articulação operacional das forças por parte dos militares. No entanto, existe um vazio da parte da entidade responsável pela SI que, tendo em conta a situação de indefinição de risco e ameaça em que vivemos, é imperativo preencher.

Acautela-se que a etimologia de estado de exceção deve observar rigorosamente o princípio da excecionalidade e o princípio da indispensabilidade na sua decretação, sob pena da exceção se converter em regra (Valente, 2013). No abrigo do art.º 31.º, n.º 1 da CRGB “o estado de sítio ou o estado de emergência só podem ser declarados, no todo ou em parte do território nacional, nos casos de agressão efetiva ou eminente por forças estrangeiras, de grave ameaça ou perturbação da ordem constitucional democrática ou de calamidade política”. Pois “o regime da manutenção da ordem pública num Estado de direito democrático, mais que um regime de restrições e proibições, por razões de segurança e ordem pública, é um regime servidor das liberdades públicas” (Oliveira, 2015, p. 207).

A declaração de estado de sítio e estado de emergência compete ao Presidente da República, dependendo, no entanto, da audição do Governo e da autorização da Assembleia Nacional Popular ou, na impossibilidade da reunião imediata desta, da sua respetiva Comissão Permanente. Porém, nesta declaração revestida de decreto do Presidente da República deve constar a “fundamentação do estado de sítio ou do estado de emergência, o seu âmbito territorial, a duração e a especificação dos direitos, liberdades e garantias cujo exercício fica suspenso ou restringido e, no caso do estado de sítio, a determinação dos poderes conferidos às autoridades militares” (Oliveira, 2015, p. 199)

Na verdade, as novas ameaças “diferem das chamadas ameaças tradicionais por não estarem ligados a um território, com uma disseminação e individualização incerta, por não se manifestarem num simples evento ou período de tempo, e por na maioria dos casos não apresentarem um ponto focal, onde possa ser concentrado o esforço total de anulação”

(Garcia, 2007). De modo que, de acordo com o CEDN (2013)¹⁶ de Portugal, as FA, através da Marinha e Força Aérea podem atuar na SI nas missões de combate a agressões e ameaças transfronteiriças, como o terrorismo, a proliferação de armas de destruição massiva, o crime organizado transnacional, a cibercriminalidade, os catástrofes e calamidades, os riscos ambientais e as pandemias. Pelo que, pensou-se num Plano de Articulação Operacional que permitiria a coordenação e interoperabilidade dos sistemas e equipamentos não só numa dimensão horizontal de todos os agentes de segurança como numa dimensão vertical a nível local, nacional e internacional (CEDN, nº 19/2013). Pois, sendo que “é ambição do Estado a prevalência, senão o aperfeiçoamento contínuo do bem-estar e da segurança total dos seus cidadãos; este necessita de possuir estruturas de defesa nacional [e SI] para que seja cumprido tal objectivo” (Leal, 2013, p. 15).

II.2. Modelo de Colaboração

De acordo com Anastácio, “face à conjuntura actual, estamos plenamente convencidos que uma maior e mais aprofundada colaboração entre FA e FS apresenta-se como inevitável” (2009, p. 57). Contudo, não devemos ignorar que “em bom rigor (...) não há razão para misturar e confundir os papéis” (Valente Dias, 2012, p. 148). Isto porque, a partida, *quem colabora deve colocar as suas capacidades à disposição das entidades às quais vai prestar colaboração*. Assim sendo, importa então refletirmos sobre a forma de fazer gestão desta colaboração em que “raramente existem posições neutras: ou se é a favor ou contra” (Simões, 2010, p. 1), sobretudo, pela tendência de “mundialização das interdependências e dependências” na luta contra as ditas ameaças transnacionais (Fernandes A. H., 2005).

Tendo em conta que a intervenção das FA em matéria da SI está claramente impossibilitada na CRGB, concretamente através dos art.º 20.º e art.º 21.º deste diploma, o presente trabalho visa desvendar o mistério circundante na colaboração das FA na SI numa situação de normalidade, obviamente, isto acarreta a omissão dos estados excepcionais (o estado de sítio e o estado de emergência), missões humanitárias e de paz em contexto internacional e as situações de proteção civil e de apoio comunitário, de acordo com as legislações em vigor. Contudo, seria importante notar que, durante o estado de exceção, cabe o CEMGFA assumir o comando operacional das forças de segurança quando, nos termos da lei, estas sejam colocadas na sua dependência conforme o estabelecido na alínea

¹⁶ Resolução do Conselho dos Ministros nº 19/2013 editou o Conceito Estratégico da Defesa Nacional em Portugal.

v), do n.º 1, do art.º 12.º da LOBOFA. Assim sendo, é pertinente descortinarmos sobre que colaboração é possível e desejável num quadro de normalidade democrática no seguimento do art.º 20.º da CRGB, do art.º 3.º, n.º 1 e al. c) e do art.º 4.º, n.º 1, al. e) e f) da LOBOFA.

Para isso, deve-se considerar que “a filosofia e a mecânica peculiar da gestão de riscos podem ser um auxiliar precioso no que toca à obtenção de decisões de elevada racionalidade (...) na área da segurança interna (...), [num] contexto ambiental crescentemente incerto, volátil, globalizado e escrutinado” (Torres, 2015^a, p. 5). De acordo com Alves, o objeto da segurança “sempre será um dado ambiente (pessoas, instalações, valores, equipamentos, informações, atividades, produtos...), compreendido nele o seu conteúdo, com diversos componentes em interação e centrado na pessoa humana enquanto sua principal beneficiária” (2010, p. 38). Segundo este autor, é a partir destes componentes do ambiente que se poderá constituir um alvo, sobre o qual é possível identificar uma ameaça, um perigo e avaliar um risco.

Perante a nova onda de “criminalidade (...) as forças de segurança não estão em condições de lutar isoladamente, [pelo que] (...) justificará a necessidade de articular o emprego de forças militares e policiais para determinadas intervenções” (Sousa, 2009, p.126). Pois, “o homem sonha, imagina e teoriza medidas para garantir a segurança. Em seguida, os governos, as instituições, as empresas estabelecem normas legais e procuram regulamentar as medidas de segurança de modo sistemático (...) e, a nível individual e de grupo, [os Homens] levam à prática no terreno as regras em vigor” (Alves, 2010, p. 90).

Para o Coronel Gil Prata (2010, p. 1), na “atuação das Forças Armadas, devem ser compreendidas também as ameaças cujas ações são desenvolvidas no interior do Estado, mas cuja origem está no exterior”. Na opinião deste autor, “trata-se da vertente interna da defesa nacional que se distingue de segurança interna pela natureza externa da ameaça”. Assim sendo, tendo em conta os fracos recursos das FSS guineense e as valências dos equipamentos existentes nas FA, sobretudo, no que diz respeito ao espaço aéreo e marítimo, julgamos necessário explorar as formas e os níveis em que será possível a cooperação entre as FA e as FSS da Guiné-Bissau tal como parece explícita no modelo Francês e Cabo-Verdiano.

França

Segundo Lino (2014), França possui um sistema policial dual: Polícia Nacional (PN) e *Gendarmerie* (de natureza militar). Trata-se de um sistema que serviu de referência

para o sistema policial português e, conseqüentemente, para a atual estrutura da polícia guineense. Geralmente, nos respetivos países, as missões para as duas forças de segurança são as mesmas. No entanto, com as recentes ameaças, a França criou um plano governamental de cuidado, prevenção e proteção, denominado *Vigipirate*. Como mecanismo de Estado, por um lado, o *Vigipirate* tem como objetivo, proteger a população, infraestruturas e instituições e, por outro lado, preparar respostas em caso de um ataque de alto nível.

O plano *Vigipirate* estabeleceu quatro níveis de ameaças, referenciando-os por um código das cores em que o *nível amarelo* é o nível mais baixo e que consiste em aumentar a vigilância em face de riscos reais e imprecisos; *nível laranja*, consiste em evitar os riscos de um ataque terrorista considerado plausível, evitando distúrbios com um stress moderado; *nível Vermelho* consiste em tomar as medidas necessárias para evitar os riscos comprovados de atentados graves em que se permite algumas restrições sobre as atividades sociais e económicas; e *nível escarlate*, que admite a prevenção dos riscos de grandes ataques, podendo ser aplicadas algumas medidas restritivas.

Assim, de acordo com Lino, em França, “o plano *Vigipirate* é implementado, especialmente nos níveis mais elevados, [e] implica algumas limitações de direitos constitucionalmente consagrados, apesar de se permanecer num estado de normalidade democrática” (2014, p. 27). Para este autor, assim sendo, no estado de normalidade democrática em França, compete as FSS o garante da SI, e às FA o da DN. No entanto, quando é acionado o *Vigipirate*, as FSS são apoiadas pelas FA em patrulhas mistas, de forma a implementar o reforço da segurança nos espaços sensíveis.

Cabo-Verde

Em Cabo-Verde, um país, “companheiro de armas” da Guiné-Bissau e, conseqüentemente, com a mesma realidade histórica, no âmbito da luta pela independência, teve cuidado especial em “domar” as suas Forças Armadas após esta luta. A Lei n.º 89/VI/2006, de 9 de janeiro, que estabelece o regime geral das Forças Armadas Cabo-Verdianas, determina no seu art.º 4.º que, uma das componentes desta corporação, “destina-se a defesa militar do país, através de realização de operações terrestres e anfíbias, bem como ao apoio à segurança interna de acordo com as suas missões específicas e balizadas na lei”. E nos termos do n.º 2 do art.º 248.º da Constituição da República de Cabo-Verde (CRCV), para além dos casos de estado de sítio e de emergência, as FA deste

país, podem atuar no interior de Estado em missões de proteção civil e na satisfação das necessidades básicas da população.

Acresce que, com a revisão constitucional de 1999, no âmbito do art.º 248.º da CRCV, foram alargadas as missões das FA na vigilância, fiscalização e defesa do espaço aéreo e marítimos nacionais, e nas operações de buscas e salvamento. Porém, de acordo com este artigo, estas missões serão exercidas em colaboração com as autoridades policiais e sob a responsabilidade destas, tendo traçado as áreas específicas para esta colaboração, a saber: proteção de meio ambiente e do património arqueológico submarino, à prevenção repressão da poluição marítima, do tráfico de estupefaciente e armas, do contrabando e outras formas de criminalidade organizada.

De acordo com Silva (2014), a expressão “as FA actuam em colaboração com” significa que as matérias em que incide a colaboração das FA são da competência originária das autoridades civis, especialmente das FSS, só podendo essa colaboração ser acionada nas situações justificantes e a pedido destas. Na opinião deste autor, esta ideia é reforçada com a expressão legal “sob autoridade destas [FSS]”. O que significa que a tarefa da SI é da competência de polícia, podendo as FSS serem apoiadas pelas FA, remetendo estas para uma tarefa de subordinação funcional.

Deste modo, cada um destes dois países estabeleceu mecanismos legais para precaver as possíveis intervenções das FA nas tarefas da SI. Trata-se de um dos arranjos técnicos que a Guiné-Bissau deve recorrer para fazer face às intervenções das FA na SI, muitas vezes imunes da devida legitimidade. A título de exemplo, destacamos aqui **o caso de 20 de Fevereiro de 2012**¹⁷, em que cerca de duas centenas de jovens provocaram distúrbios em frente à sede da Comissão Nacional de Eleições (CNE), exigindo o direito ao voto, tendo resultado em confrontos entre polícias e militares.

Segundo um oficial da POP, o que se passou em frente à sede da CNE “é muito lamentável”. Contou o mesmo que, ao chegar no local, a Polícia da Intervenção Rápida (PIR), dirigiu-se aos jovens manifestantes, tentando em vão dissuadi-los, e, por estes se teimarem na prática de desordem, os agentes dispararam “granadas de gás lacrimogénico, um procedimento normal em circunstâncias destas. Mas de repente (...) [foram] invadidos

¹⁷ <https://missaodepaz.com/category/paises-e-missoes-de.../guine-bissau/> (cerca de duas centenas de manifestantes provocaram distúrbios em frente a à sede de Comissão Nacional de Eleições da Guiné-Bissau em 20 de fevereiro de 2012, tendo motivado a intervenção dos militares na segurança interna). Consulta de 21 de fevereiro de 2016.

por militares com metralhadoras. Estes começaram logo a disparar as suas armas, com balas de fogo".

De acordo com o referido oficial, "este procedimento dos militares é estranho e não ajuda em nada a imagem do país. Porque se uma força chegar num lugar a primeira coisa que deve fazer é tentar saber junto da força que lá encontrou o que se passa". O oficial adianta que "vários colegas ficaram feridos e alguns foram levados (...) pelos soldados". Posteriormente, à saída do encontro que manteve com Presidente da República, na altura, na sequência deste acontecimento, [o então CEMGFA] "desvalorizou o assunto, considerando-o como um incidente (...), [afirmando que] «foi o Estado-Maior quem mandou tropas intervirem porque (...) [ouviram] tiros»". Com certeza, se houvesse um mecanismo legal para regularizar as intervenções dos militares na segurança interna, no nosso entender, este incidente teria sido evitado ou alguém teria sido responsabilizado.

II.3. Níveis e Formas de Colaboração

De acordo com Vicente (2011), "os conceitos de agressão e mais especificamente ameaça e riscos são conceitos ilimitados que não podem deixar de ser objecto de uma revisão de definições". Contudo, quanto a existência de tipos distintos de origens de danos na ótica de ameaças, perigos e riscos, existe uma unicidade nos seus conceitos na opinião de Alves (2010). Segundo este autor, a *ameaça* (Vd. Anexo 1) é qualquer vetor potencial de danos não localizado e impreciso, cuja efetivação é condicionada por um lado, pela capacidade de produzir danos e por outro, pelo multiplicador intenção ou a certeza de sua concretização; o *alvo* seria um objeto sobre o qual pode desencadear-se uma ameaça; o *perigo* é a possibilidade, identificada e localizada, de uma ameaça se concretizar, dadas as condições gerais existentes e que dão a possibilidade de ser vítima e de ameaça ter sucesso; o *risco* é a probabilidade de ameaça se concretizar em detrimento de análise detalhada da situação do alvo; e *vulnerabilidade* é um ponto fraco do alvo, que pode agravar os danos ou dar vantagem e ser explorado pelo lado de ameaça.

Ora, seguindo Torres (2015) e Luís Fernandes (2014), a escala oficial do grau de ameaça vigente em Portugal, é a baseada na doutrina da União Europeia (Vd. Anexo 2). Trata-se de uma escala prevista no PCCCFSS aprovado pela RCM de 18JAN2006, tendo como base a doutrina europeia nesta matéria. De acordo com Torres (2015), senão for possível quantificar o grau de ameaça em probabilidades de ocorrência, deve-se no mínimo qualificá-lo desde o grau mais elevado «Crítico» até ao mínimo «Reduzido» (Vd. Anexo

3). Na opinião deste autor, esta distribuição dos graus de ameaça em probabilidade pode ser aferida a partir das fontes de ameaça, intenções, capacidades, historial, tipo de ameaça e grau de ameaça. Sendo que, acareados os cenários e os graus de ameaças com a vulnerabilidade do sistema de proteção e defesa contra fonte de ameaça, consegue-se deduzir a probabilidade de ameaça ocorrer. Para este autor, “a avaliação de risco é considerada uma fase de charneira em todo este processo, já que vai integrar a informação recolhida nas fases anteriores e apoiar dessa forma a decisão posterior, nomeadamente no que toca às contramedidas a adotar” (Torres, 2015, p. 45).

De acordo com Oliveira (2015), por ordem de gravidade, de menor para maior, os estados de segurança, seguindo o modelo norte-americano e NATO, são designadas por *Normal*, *Alfa*, *Bravo*, *Charlie*, e *Delta*. O estado *Normal* significa a ausência de ameaça; o *Alfa* é declarado no caso de ameaça geral de ações violentas, cujo natureza e alcance seja impossível de prever; o estado *Bravo* é determinado quando se considere uma crescente possibilidade de ocorrência dessas ações violentas, podendo ser identificada a respetiva ameaça; o Estado *Charlie* é declarado quando efetivamente tiverem lugar essas ações violentas ou for muito provável, de acordo com as informações, que ocorram a qualquer momento ou quando for determinado o estado de emergência; e o estado *Delta* é declarado nos locais ou nas imediações onde estão a ocorrer as ações violentas ou quando as informações indiquem que a sua ocorrência está iminente ou for declarado o estado de sítio ou de guerra.

Ainda, segundo Oliveira (2015), em função da avaliação da ameaça, estado de segurança e avaliação do risco e tendo em conta a natureza do evento, os serviços e as operações de manutenção da ordem podem ser classificados de *Neutros* quando o risco é residual ou baixo e estejamos perante serviços de manutenção da ordem para proteção, ou seja, na situação em que a finalidade do serviço é assegurar o bom desenrolar do evento. *Neutros/Defensivos*, quando o risco é baixo e, nalguns casos, médio, podendo existir sempre probabilidade de evoluir para situações de desordem e violência. *Defensivos*, quando o risco é avaliado como médio ou elevado em função dos fatores potenciadores de desordens. *Ofensivos*, quando o risco é elevado em consequência da alteração da ordem ou quando está iminente a sua alteração (Vd. Anexo 4).

Assim, a gestão de risco consiste na probabilidade de uma determinada ameaça explorar uma vulnerabilidade potencial do sistema, resultando num determinado impacte de um ativo crítico para missão e objetivos de uma entidade, instituição ou nação (Torres,

2009). (Vd. Anexo 5). Pois no quadro do processo de gestão de risco, “qualquer ativo deve ser, no mínimo, qualificado algures numa escala que começa com o nível de «Irrelevante» e acaba no nível «Crítico», incorporando várias dimensões de valoração (...) a ter em conta na dinâmica do processo” (Torres, 2015^a, p. 27). Tendo em conta toda esta descrição e inspirados no Silva (2014) e Borges (2013), julgamos adequado considerar três (3) níveis e três (3) formas possíveis para justificar uma intervenção das FA na SI, a saber: nível 1 – em forma de apoio; nível 2 – forma de coadjuvação e nível 3, o mais elevado, – em forma de complemento (Vd. Anexo 6).

Analisando este anexo podemos aperceber que o nível um (1) trata-se do mais baixo nível de colaboração, em que normalmente não há uma intervenção direta das FA nas missões, a não ser simples *apoio* às FSS com equipamentos ou outros meios logísticos. O nível dois (2) consiste na colaboração em forma de *coadjuvação*, ou seja, há uma coadjuvação das FA às FSS em missões ou ações previamente planeadas sob a responsabilidade e direção das FSS, tendo por base a intenção de reforçar os meios humanos e materiais destas.

O nível três (3), é o nível em que há um *complemento* das FA às FSS. Sendo o nível mais elevado, é reservado as situações excecionais relacionadas com as grandes operações, designadamente cimeiras no território nacional, ou em situações de terrorismo, criminalidade organizada ou altamente organizada. Segundo Carlos Silva, a colaboração que se verifica neste nível, não significa comutação das FSS pelas FA, mas sim, o que deve haver é um complemento, ou seja, as valências das FA aparecerão como um aditivo para que a missão seja cumprida cabalmente de forma eficiente e eficaz, porque os meios nas FSS se revelam insuficientes ou porque a envergadura ou complexidade da missão assim o exige e as FA serão uma mais-valia para a missão. Neste nível, cada força será responsável pelo seu sector e pelas suas ações, devendo existir sempre articulação entre as FA e as FSS (Silva, 2014).

Assoma que, de acordo com Santos, antes de decidir o emprego das FA na SI, deve-se ter sempre em mente, que os militares, “debaixo de fogo cumprem as ordens, mesmo que os visados por elas não as considere legais” (Santos, 2012, p. 24). Na opinião deste autor, é importante também pensar sempre do elevado grau dos efeitos que podem ser produzidos na população por profissionais de guerra, habituados a crueza e a dureza do combate e impreparados para o exercício da atividade policial” (2012, p. 20). Porque na verdade, na opinião de Silva (2001), a ética profissional da polícia está estreitamente ligada

ao reconhecimento de um grau acentuado de autonomia na apreciação, decisão e execução das ações policiais. De modo que a polícia existe em parte para controlar o crime simultaneamente com os cidadãos e não aplicação direta da força contra estes (Bayley, cit. In Lino, 2014).

II.4. Princípios de Colaboração

Inspirados nas onze (11) mentalidades de segurança de Alves (2010), surge-nos afirmar que deve-se basear a implementação das medidas de segurança nos princípios justificantes. Ou seja, com o conceito de aldeia global, existe uma necessidade de todos os proclamados Estados de direito democrático assumirem ter uma segurança na base da observância dos princípios fundamentais dos direitos, liberdades e garantias do Homem. Nesta perspectiva somos de opinião de que a segurança deve surgir como primado de todos outros ideais, devendo, contudo, ser assegurada na base de cumprimento das normas que devem ser abstratas e gerais. Pelo que os atores que atuam na SI devem ser aceites na base dos critérios que promovam o respeito pela pessoa humana. Sendo que, qualquer indivíduo que queira ser agente da segurança, tem que ser submetido a uma formação para o efeito, sobretudo, no domínio da técnica e tática de intervenção, assim como, no respeito para com os direitos, liberdades e garantias das pessoas e normas reguladoras deste serviço.

Defendemos, assim, a observância das “medidas de segurança diretamente proporcionais ao grau de segurança pretendido no ambiente, utilizando diversas medidas em sobreposição umas das outras evitando exageros que afetam negativamente as atividades normais [dos cidadãos e] da organização” (Alves, 2010). Isto pressupõe uma análise permanente que consiste numa constante observação e controlo de todo sistema de segurança de um país. Queremos com isto enfatizar que a atuação policial deve acompanhar o evoluir da sociedade e dos processos técnicos, nomeadamente, a nível da política de segurança, da função de segurança, do órgão de segurança e dos recursos humanos e materiais. Pois, hoje, as operações policiais privilegiam, acima de tudo, o respeito pela lei e pelos demais direitos fundamentais, mesmo em detrimento de princípios de eficácia, estando sob a vigilância dos órgãos de controlo tradicional, formais e informais (Torres, 2012).

No que respeita a formação, deve-se considerar que “as Forças Armadas operam com uma espada e as Forças de Segurança com um bisturi, o que deverá estar sempre presente quando os decisores políticos equacionarem o emprego das Forças Armadas na

Segurança Interna” (Lino, 2014, p. 18). Neste sentido, o Código de Conduta de Nações Unidas prevê, no seu art.º 2.º, que, no cumprimento do seu dever, a polícia deve respeitar e proteger a dignidade humana e defender os direitos fundamentais de todas as pessoas. De acordo com o art.º 3.º deste diploma, a polícia só pode recorrer à força quando é estritamente necessário e na medida exigida pelo cumprimento das suas funções. A Polícia é, deste modo, um instrumento, legalmente aceite para uso da força na matéria da SI, visto que “ qualquer restrição aos direitos fundamentais se deve realizar em conformidade com os princípios constitucionalmente consagrados” (Pereira, 2012, p. 9).

A Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH) consagra no seu art.º 1.º que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. No seu art.º 3.º, é garantido que todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal e no art.º 7.º, é defendido que todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm igual proteção da lei. Pelo que, no abrigo do art.º 3.º de Código de Conduta das Nações Unidas, as Forças de Segurança devem respeitar e proteger a dignidade humana, o direito à vida, à liberdade, à segurança e demais direitos fundamentais das pessoas, independentemente da sua nacionalidade, da sua condição social, das suas convicções políticas, religiosas ou filosóficas. Deste modo, a autoridade policial tem obrigação de manter uma margem de manobra na apreciação e na valoração do perigo, antes de decidir sobre aplicação de uma medida. Este dever discricionário, na aplicação das medidas de polícia, deve observar a adequação dos procedimentos, meios a utilizar e momento de atuar, tendo em conta os limites impostos pelo respeito para com os direitos dos cidadãos e os deveres de igualdade e de atuação justa, imparcial e proporcional da polícia.

Nesta perspectiva, entendemos que qualquer intervenção das FA na SI deve respeitar os pressupostos de princípios de legalidade e da reserva de intervenção, princípios de subsidiariedade e de complementaridade e princípio da direção ou da supervisão (Oliveira, 2015). De acordo com o mesmo autor, a colaboração das FA na segurança interna deve estar sujeito *aos princípios da legalidade e da reserva de intervenção* que diz que a colaboração das FA na matéria da SI deve observar uma prévia solicitação dos órgãos de sistema de segurança interna. Sendo que a colaboração cessa logo que cumprida a tarefa pretendida ou a qualquer momento por indicação da entidade requisitante. Na esteira deste autor, *o princípio da subsidiariedade e complementaridade* significa que a colaboração das FA na SI possui um caráter extraordinário e deverá ser complementar da ação das FSS. Por último, para este autor, *o princípio da direção ou supervisão* significa

que os militares destacados para as missões de apoio atuam sob a direção ou supervisão das FSS que conduz a investigação ou missão de segurança e na sua dependência funcional durante a execução das tarefas, mantendo porém a cadeia do comando, autonomia técnica e a organização hierárquica daqueles. (Oliveira, 2015, p. 112)

A par dos princípios acima descritos, consideramos também fulcral tecer na esteira de Valente os princípios regentes da intervenção das FA na SI, a saber: o da cooperação; o da indispensabilidade da intervenção das FA; o da proporcionalidade da intervenção e da cooperação das FA e o da subsidiariedade da intervenção das FA (Valente, 2013). E, nisto, perfilamos na ideia de que, o não fundamento de uma intervenção das FA num destes princípios pressupõe, *no quadro da legalidade*, a alteração do art.º 20.º da CRGB ou inclusão de um “estado de crise” na lei dos estados de sítio e de emergência; *no âmbito organizacional*, a criação de um Conselho Superior de Segurança Nacional no lugar dos atuais CSDN e CSN; *no âmbito operacional*, aprovação de um “Plano de Articulação Operacional”, com linhas de comando claramente definidas à semelhança do Plano Vigipirate em França; *no âmbito logístico*, a racionalização de capacidades e com os respetivos recursos; *ao nível funcional*, a criação de plataformas de interoperabilidade de sistemas e equipamentos; e *no âmbito da formação*, a promoção das formações específicas, treino conjunto e aprovação de doutrinas basilares no domínio da SI.

II.5. As Áreas de Intervenção em Estudo

II.5.1. Ordem, Segurança e Tranquilidade Pública em Geral

Segundo Clemente (1998), definindo pela negativa, Picard entende que a ordem pública é a “ausência de toda a perturbação material ou moral proveniente, seja de uma conduta particular lesiva dos interesses da colectividade, seja da execução irregular de certas actividades de serviço público, seja ainda da degradação do domínio público”. E, pela positiva, Valkeneer entende que a ordem pública define-se como “o estado de equilíbrio político, económico e social de um país, e a estabilidade interna do Estado, no quadro legalmente estabelecido e que resulta do exercício das liberdades individuais, conforme as exigências de interesse geral da comunidade e segundo as directivas das autoridades administrativas”. (In. Clemente, 1998, p. 113). Deste modo, a ordem pública consiste na procura constante de um ponto de equilíbrio entre a desordem que é razoável admitir e a desordem que ultrapassa os limites do razoável (Oliveira, 2000).

Para Pedroso, “a segurança pública pode ser definida como a garantia que o Estado proporciona à nação, a fim de assegurar a ordem pública contra violação de qualquer espécie”. Assim sendo, “as corporações policiais enveredam as suas acções concretas neste limite ténue, entre o campo político-ideológico e o campo das acções visando a ordem social” (2005, p. 47). E na opinião de Moreira Neto (1989), a segurança pública “consiste num conjunto de processos políticos e jurídicos destinados a garantir a ordem pública na consciência das pessoas em sociedade [gerando, assim, uma tranquilidade, pública]” (in Dias, 2002, p. 121).

Assim, se a ordem pública é entendida como “um critério superior e inspirador das normas que regulam interesses vitais de uma determinada sociedade (...) [e] como ausência de desordem [que pressupõe] a segurança, a paz e o sossego público”; então a necessidade de manter a ordem e a segurança, num Estado de Direito Democrático, “tem que ser conjugada e compatível com o direito constitucional que assiste os cidadãos de se agruparem, para em conjunto, exprimirem e manifestarem os seus interesses, anseios e reivindicações ou até mesmo a sua alegria ou os seus desgostos, sem que sejam alvo de interferências ilegítimas por parte do Estado e dos terceiros” (Oliveira, 2015, P. 205).

Assim, a “manutenção da ordem pública tem por objetivo assegurar a ordem e a segurança pública (...) em contexto de eventos ou actividades planeadas, de rotina ou inesperadas” (Oliveira, 2015, p. 61). Pelo que, as operações policiais devem ser “necessariamente cirúrgicas, regendo-se pelas leis penais e processuais penais em vigor, respondendo criminalmente [os responsáveis] quando colocam em causa valores pessoais e patrimoniais de outra pessoa que não o visado da operação policial” (Lino, 2017, p. 17). Contudo, tratando-se de uma situação de desordem social e de emergência classificada no mais alto grau de ameaça, aceita-se o recurso a outros poderes públicos extraordinários. Desde que este recurso visa defender a essência do próprio Estado Democrático. Visto que, de acordo com o entrevistado n.º 2, “se não houver uma situação da perturbação da ordem pública, que transcenda as capacidades das Forças da Ordem interna, não se justificará a entrada das FARP em ação”.

Na opinião do referido entrevistado, a intervenção das FARP “deve ser subsidiária e como o último *ratio*”. Segundo o mesmo, “assim deve ser, porque os militares não são treinados, em regras, para a manutenção da ordem interna, cuja materialização exige o uso de meios não letais”. De modo que, a intervenção das FA na SI, neste contexto, “para além dos efeitos colaterais que poderá ter o uso inadequado da força, poderá minar a necessária

relação de confiança que deve existir entre as forças armadas e a população do seu país” (Simões, 2010, p. 27). Pois, a vertente de manutenção ou reposição da ordem pública, deve ser da exclusiva competência das FSS, devendo as mesmas serem dotadas de todos os meios necessários a tal missão. Porque, *se houver uma situação de manutenção da ordem pública que ultrapasse a capacidade do controlo dos efetivos das FSS é porque estamos na condição de ser decretado o estado de exceção*.

De acordo com o entrevistado 1 na base da lei vigente “a intervenção das FA na SI, só é possível se for solicitada, o que habitualmente é denominada de Comando Conjunto, sob coordenação do SIS, POP e GN, garantes da Segurança e Ordem Interna”. Assim, seria incongruente e injustificável qualquer tipo de apoio das FA neste campo sem que haja solicitação por parte das FSS. Pois “as operações militares privilegiam a eficácia da missão em detrimento dos (...) *danos colaterais* ou, se quisermos, das externalidades negativas das mesmas, assumindo-os como *mal necessário*” (Torres, 2012, p. 88). Como bem refere Freitas do Amaral, “nenhum órgão administrativo pode prosseguir atribuições da pessoa coletiva a que pertence por meio de competências que não sejam as suas, nem tão-pouco pode exercer a sua competência fora das atribuições da pessoa coletiva em que se integra” (Amaral, 2006, p. 777).

II.5.2. Proteção das Pessoas e Bens

De acordo com Oliveira, segurança e proteção das entidades deve-se ao “conjunto de operações policiais executadas para proteger a entidade, em função da sua categoria e nível de ameaça” (2015, p. 451). Nisto, é desejável colaboração quando se trate de proteção de altas entidades nacionais e estrangeiras em território nacional, sobre as quais impenda risco sério de atentado. Isto porque, às vezes, sendo uma reserva do poder interno, a ordem pública, é “invocada em dessintonia internacional, no caso de uma grande ameaça, real ou parcial, a um interesse vital do país, tais como: o terrorismo; o tráfico de estupefacientes, de armas e de material radioactivo; a imigração clandestina”. (Clemente, 2000, p.270). Pelo que, do ponto de vista substantivo, a atividade de informações é pertinente para atingir um produto final que leva ao conhecimento específico necessário à tomada de decisões. Sendo importante neste caso, o papel do SIS na qualidade da entidade responsável e competente para fornecimento dos dados relativos à ameaça. Porque não será, o mero plural de *informação* que vai determinar o juízo dos factos. (Carvalho, 2009).

Deste modo, as medidas de segurança dependem do grau de ameaça previamente definido pelos serviços de informações e avaliação de risco posteriormente efetuado pelas forças de segurança. As FA só serão chamadas a intervir nestas situações quando verificados os pressupostos que indicam a incapacidade de prossecução desta tarefa por parte das FSS. Isto porque não devemos ignorar que “a evolução do combate a (...) ameaças tem passado pelo crescendo da “Segurança Colectiva”, da “Segurança Cooperativa” e em especial da “Segurança Humana”, com mais individuo e menos Estado, mais espaço e menos Fronteiras [anulando, deste modo, a tradicional fronteira entre segurança interna e externa] ” (Borges, 2013).

É verdade que “um cidadão não é suficiente livre se os órgãos de soberania e as restantes instituições que prestam funções vitais na sociedade não funcionarem. Por isso o dever e a responsabilidade do Estado em assegurar a proteção de suas infraestruturas críticas” (Oliveira, 2015, p. 460), pois está em causa a saúde, segurança, e o bem-estar económico e social. Neste sentido, entendemos; que na protecção de infra-estruturas críticas, dos pontos sensíveis e de recursos fundamentais; tais como, embaixadas, sede dos órgãos de soberania, terminais de transporte; nas principais indústrias nacionais; nas fábricas de explosivos; no sector de produção e abastecimento alimentar e energético e nas redes de transportes e telecomunicações; entre outros, que emprego e empenhamento das FA seja considerada após a respetiva avaliação de risco e cenários definidos pela inteligência policial.

Esta colaboração deve ser dada numa dupla perspetiva, de apoio e de coadjuvação, conforme a situação e as características do terreno o requer. Como revela Oliveira (2015), sendo o ciberespaço, um espaço aberto e desguarnecido de fronteiras palpáveis, onde o sector público como privado interagem em simultâneo e de modo interdependente, sendo vulnerável a ataque cibernéticos, constitui uma ameaça relevante à SI, no sentido em que podem conduzir a destruição de infra-estruturas críticas, proporcionando uns fortes impactos na estrutura tecnológica da organização social e económica (Oliveira, 2015). Nesta matéria, o intercâmbio da inteligência policial e militar seria pertinente para precaver as ameaças que manifestam neste campo de ação.

II.5.3. Prevenção e Investigação Criminal

A prevenção e a investigação criminal baseiam-se nas operações direccionadas para prevenir as ocorrências dos crimes e/ ou descobrir os autores de um crime, evitando um

crime posterior. De acordo com Carvalho (2009), no mundo de hoje para se obter vitórias, para se ter sucesso, para se evitar derrotas definitivas é necessário atuar mais rapidamente que os nossos adversários, decidir de forma mais precisa e adaptarmo-nos perfeitamente às mudanças. Para o efeito, na opinião deste autor, as informações, quando úteis, conferem essas vantagens comparativas (Carvalho, 2009)

Estamos cientes de que no abrigo do art.º 125.º, n.º 1 da CRGB e do art.º 47.º, n.º 1 do CPP¹⁸ é Ministério Público o detentor da ação penal, contudo, este diploma, através do seu Capítulo IV, abre a possibilidade da investigação criminal seja levado a cabo pela polícia, precavendo as medidas cautelares e de polícia nesta perspectiva. Acresce que a Lei de Organização de Investigação Criminal (LOIC), Lei n.º 8/2011, no seu art.º 17.º, n.º 1 e al. b) foi explícito em atribuir a POP a competência genérica na área da investigação criminal. Sendo que nas suas respetivas leis orgânicas, POP e GN, possuem o aval do legislador para atuarem neste domínio em que a PJ surgiu como a mais coroada nesta matéria.

Contudo, não obstante considerarmos *a priori* que a prevenção criminal caberá sempre às FSS, tomamos como aceitável que numa situação em que haja informações concretas sobre a preparação de um eventual atentado em que surge uma eminência da ameaça que esteja para além da capacidade de meios humanos e logísticos policiais, pudesse no âmbito de apoio e coadjuvação, recurso a patrulhas mistas, ou até de complemento, neste caso, num quadro específico, controlo de áreas bem delimitadas (marinha e força aérea), a missão possa ser levado a cabo pelas FA. Sendo o caso, estas devem ficar na dependência funcional e supervisão das FSS, territorial ou funcionalmente competente como reja o princípio de subsidiariedade ou de competência. Neste sentido, há uma necessidade de preestabelecer mecanismos legais, quer na área da cooperação militar, onde o apoio se direciona na organização das estruturas de organização militar, na formação militar em si mesmo, quer na cooperação técnico-policial, direcionando de igual forma o seu esforço no apoio na organização e formação, com vista à obtenção de uma autonomia na estabilidade externa e interna (Guedes & Elias, 2010, p. 95).

Para além das limitações que a CRGB impõe às FARP no domínio da SI, a Lei da Organização da Investigação Criminal (LOIC), o Código Processual Penal (CPP) e a própria LOBOFA determinam que os militares sejam vedados de exercerem os poderes de autoridade policial, ou de órgão de polícia criminal, estando estes impedidos, legalmente,

¹⁸ Decreto-Lei n.º 5/1993, de 13 de outubro: Código do Processo Penal.

de aplicarem as medidas de polícia. Em consequência disto, os militares não podem fazer o uso da força ou de outros meios de coerção no quadro da segurança interna. Pois, a LOIC (lei n.º 8/2011) atribui a competência de investigação dos crimes a diversos órgãos de polícia criminal, uns de competência genérica, outros de competência específica, conforme a natureza dos crimes e os respetivos locais de consumação (art.º 3.º, 4.º, 6.º e 7.º da LOIC). Porem, não estando dotados dos meios apropriado para certas situações críticas, sendo tal intervenção específica, em termos logísticos e em termos de abordagem, a Marinha e a Força Aérea constituem uma mais-valia para o sucesso da missão. Neste caso, admite-se o recurso a intervenção das FA com base nos critérios dos níveis, formas e princípios de colaboração, tendo em conta o grau de ameaça e o cenário do evento.

Assim, na esteira de Oliveira, “as ações de manutenção da ordem pública realizadas em apoio a uma unidade de investigação criminal integrada na força policial territorialmente competente ou de uma outra entidade policial titular de um inquérito, como, por exemplo (...) [a POP, a GN e a PJ], inserem-se dentro das operações planeadas” (2015, p. 386). Pelo que, para este tipo de ações, “o tempo o modo e o lugar são, geralmente, do conhecimento policial, porque decorrem da necessidade da prática de diligências investigatórias, no âmbito de um inquérito, como seja as buscas, as apreensões e as detenções” (Ibidem). De modo que cabe a entidade responsável pela investigação, decidir em que situação será necessária a intervenção das FA.

II.5.4. Incidentes Tático-Policiais

Normalmente, noutras situações de serviços e operações de reposição da ordem pública, os promotores/organizadores e as missões são conhecidas previamente, podendo ser acauteladas as consequências. Porém, isto não ocorre numa operação inopinada. De acordo com Oliveira (2015), a manutenção ou a reposição da segurança e da ordem pública, no caso de um incidente inopinado, como sequestro ou tomada de reféns, é da competência da polícia de segurança e da ordem pública, visando minimizar no máximo os danos pessoais e materiais num ambiente e, sobretudo, preservar os elementos da prova e indícios necessários à investigação criminal. A Guiné-Bissau precisa de dar um pulo nesta matéria. Ou seja, por ter importado o modelo do sistema de segurança interna português, existe uma necessidade acelerada de adotar os mecanismos necessários para garantir a coordenação e a interoperabilidade na execução das tarefas de manutenção da ordem pública e segurança interna, nos casos inopinados.

No caso português, “se o incidente configurar uma situação de incidente tático-policial grave, de acordo com art.18º, nº 3, da LSI (...), o SGSSI deverá assumir o controlo do mesmo, articulando a ação das forças e serviços de segurança envolvidos, [podendo incluir as FA, nos termos de apoio logístico e coadjuvação], através dos respetivos dirigentes máximos” (Oliveira, 2015, p. 388). Sem, no entanto, deixar de mencionar que, até se descambar numa situação grave em que entra a figura do SGSSI, no princípio, a gestão do incidente tático-policial “pertence à autoridade policial territorialmente competente, ou seja, ao comandante da força policial, com competência em razão do território [POP ou GN]” (Ibidem).

As FA só podem, a luz do Parecer do Conselho Consultivo da PGR, Processo n.º 147/2001, intervir numa “agressão ou ameaça do exterior, que pelo seu significado e dimensão afecte de forma séria e fundada os bens jurídicos objecto do conceito constitucional de defesa nacional, [neste caso] a defesa militar poderá envolver uma componente externa caracterizada pelo exercício de um direito de legítima defesa, no quadro dos compromissos internacionais e, uma componente interna, dirigida à estrita protecção dos mesmo bens jurídicos contra ameaças externas, dentro do espaço físico do território nacional” (Oliveira, 2015, p. 110). No entanto, esta intervenção deve merecer uma avaliação prévia, visto que os militares “estão disposto a tolerar baixas de não combatentes e forças inimigas, bem como danos materiais para alcançar os objetivos [preconcebidos], (Rhen, cit. In Lino, 2014, p. 17).

Acontece também que os incidentes NRBQ (Nucleares, Radiológicos, Biológicos e Químicos) ocorrem nas situações inopinadas, pelo que, embora nos parecem não fazerem parte da lista das possíveis ameaças para Guiné-Bissau, existe uma necessidade de considerar este tipo de ameaça que ao verificar-se, julgamos ser crucial uma colaboração das FA, aproveitando todo o seu conhecimento especializado e meios disponíveis, visto que a capacidade das Forças de Segurança é limitada nesta área. Pelo que aqui se verificaria uma colaboração de complemento à atividade das FSS. Porém, não devemos esquecer que, a afirmação de que “a violência se combate apenas pela violência não resolveu o problema, mesmo que tenha ocasionalmente atenuado as suas manifestações” (Elias, 2014, p. 22). Para o autor, é pertinente o trabalho conjunto entre as forças de segurança e forças armadas, designadamente perante incidentes críticos de grande dimensão ou em operações em que sejam necessários meios tecnológicos ou logísticos especiais (2014, p. 22). Este empenhamento dos militares nas tarefas da SI “não pode ser

uma regara, como acontece em estados de direitos mais frágeis, onde a insegurança pública atinge nível incontrolável” (Idem, p. 23).

II.5.5. Segurança a Grandes Eventos

De acordo com Oliveira, a manutenção da ordem pública propriamente dita ou em sentido restrito afunda-se nas operações policiais executadas pela força pública com o objetivo de “facilitar e/ou enfrentar ações ou eventos coletivos, organizadas ou espontâneos, hostis ou amigáveis, violentos ou pacíficos, de caráter reivindicativo ou festivo, desenrolando-se na via pública ou em lugares abertos ao público” (2015, p. 62), não descartando, porém, a hipótese de, em determinadas circunstâncias, a operação possa decorrer em locais privados. De modo que, a definição da estratégia de segurança, deve ter em conta a “capacidade de avaliar os riscos principais a que [se] está sujeito, identificar as potenciais ameaças e estabelecer as estruturas que [se] entende como as mais adequadas para preservar a (...) [devida] identidade, soberania e atributos que são institucionalmente atribuídos” (David. In Bernardino, 2012, p. 45).

Numa situação de grande evento, a tarefa das FSS impõe uma colaboração próxima e acentuada de aproveitamento das capacidades das FA, tendo em vista a prevenção e neutralização de ameaças, como complemento das FSS, designadamente utilização de meios navais para vigilância e restrição de circulação no espaço marítimo contíguo à realização desses eventos (Marinha), vigilância e restrições do espaço aéreo (Força Aérea) e utilização de valências antiaérea e de operações especiais, em complemento às operações especiais das FSS. Trata-se de uma situação em que é notória a atuação das diversas forças, serviços e outras entidades ligadas ao serviço de segurança, pelo que é imprescindível a criação de um mecanismo de coordenação do emprego do pessoal e dos meios das diversas corporações que nela atuam. Neste sentido, o plano de articulação operacional deve consagrar “medidas de coordenação e interoperabilidade de sistema e equipamentos, serviço de protecção civil e emergência médica (...) [devendo incluir medidas de protecção de] infraestruturas consideradas críticas, com especial ênfase (...) nas fronteiras marítimas, aéreas e terrestre” (Oliveira, 2015, p. 109).

De acordo com o entrevistado 1, na base da “lei vigente, a intervenção das FA na SI, só é possível se for solicitada, o que habitualmente é denominada de Comando Conjunto, sob coordenação de SIS, POP e GN garantes da Segurança e Ordem Interna”. Ou seja, na opinião deste entrevistado, na realidade guineense, é aceite a contemplação das

FA num mecanismo denominado de “Estado-Maior”, que inclui todas as corporações que atuam na matéria da SI nas situações de grandes eventos em que, como referido, tomam parte as FA. Para além das FA, da GN, da POP, e do SIS, ainda, fazem parte do *Comando Conjunto*, a Polícia Municipal, a Proteção Civil, os Bombeiros Humanitários de Bissau, o Instituto Nacional de Emergência Médica, e a Cruz Vermelha Guineense, entre outros serviços.

Na opinião do referido entrevistado, “não existe em situação normal a atuação das FA na SI, e não é normal sem prévia solicitação das entidades competentes neste caso as forças da ordem”. Assim sendo, não existindo uma norma reguladora, “essa colaboração é feita na base das orientações da POP, através do comando conjunto instituído para o efeito”. Sendo que, a coordenação é gerida pelo CSN. Embora não existindo uma legislação nesta matéria, aceita-se, assim, a inclusão das FA nas tarefas da SI durante as situações de grandes eventos com o fundamento nos princípios da legalidade e da reserva da intervenção acima descortinados. Neste desenrolar, acautelamos que as tarefas policiais têm que ser baseadas, sobretudo, nos pressupostos de um Estado de direito democrático, ou seja na plena observância das leis e direitos que assistem os cidadãos. As FSS devem gozar, neste sentido, da autonomia técnica e tática no desempenho das suas tarefas e as decisões provenientes do exercício das suas tarefas devem ser imunes dos interesses pessoais ou de terceiros, reinando, unicamente, a prossecução do interesse público, legalmente, preestabelecidos.

II.5.6. Vigilância do Espaço Marítimo e Aéreo

É incontestável que “riscos e ameaças estão sempre associados a vulnerabilidades e, vulnerabilidades são os pontos fracos que um adversário pode explorar para concretizar uma ameaça ou para dificultar a nossa aptidão de enfrentar os riscos” (Rodrigues, 2013). Nesta perspectiva está previsto que, no âmbito do art.º 26.º, n.º 8 da LOBOFA, a Marinha e a Força Aérea podem dispor de outros órgãos que integram sistemas regulados por legislações próprias, nomeadamente o Sistema de Autoridade Marítima e o Sistema de Autoridade Aeronáutica. De acordo com o art.º 3.º, n.º 2 e al. c) da LOGN, cumpre a GN “assegurar, no âmbito da sua própria missão, a vigilância, patrulhamento, intercepção terrestre e intercepção marítima, em toda costa. [Sendo que] as operações marítimas de grande porte e as aéreas serão realizadas em articulação com o sistema da autoridade marítima nacional e do sistema da autoridade aeronáutica por criar, na base do projecto já

existente”. Deste modo, justifica-se que as FA possam, sobretudo, por princípio de indispensabilidade da intervenção, e por serem as únicas a ter ao seu dispor os meios e capacitações necessários à vigilância e outras atividades relevantes para a SI, neste domínio, exercer essa função em complemento das FSS.

Na Perspectiva de Oliveira (2015), o Sistema de Autoridade Marítima (SAM) define-se como quadro institucional formado pelas entidades, órgãos ou serviços de nível central, regional ou local que, com funções de coordenação, executivas, consultivas ou policiais, exercem poderes de autoridade marítima. Deste modo, no seguimento deste autor, a autoridade marítima intervém nas seguintes áreas: segurança marítima, no que diz respeito ao tráfego de navios e embarcações à salvação do meio marinha e, no que diz respeito aos recursos vivos, à defesa contra agentes poluidores, ao combate a poluição, à vigilância do litoral e a defesa das áreas do património público; na prevenção e repressão da emigração clandestina; na segurança da faixa costeira e no domínio público marítimo¹⁹ e das fronteiras marítimas e fluviais.

A AMN é a entidade responsável pela coordenação das atividades, de âmbito nacional, a executar pela Armada, Direção-Geral da Autoridade Marítima e Comandante-Geral da Polícia Marítima nos espaços definidos pelo Ministro da Defesa Nacional, sendo que Estado-Maior da Armada é, por inerência, a AMN e, nessa qualidade funcional, depende do Ministro da Defesa Nacional. E, deste modo, “o Ministro da Defesa Nacional possui competência para ministrar as orientações relativas ao funcionamento desta autoridade, presidindo ao seu Conselho Coordenador Nacional” (Oliveira, 2015, p. 148). Trata-se de um conselho que coordena as várias entidades policiais e outros organismos que exercem o poder de autoridade marítima no quadro de SAM. A Polícia Marítima (PM) que neste momento está integrada na GN é, assim, uma polícia especializada que exerce funções nas áreas de jurisdição da AMN e, nesse âmbito, executa ações de policiamento, fiscalização, vigilância e investigação²⁰.

De acordo com Oliveira (2015), a ordem e a segurança aeronáutica, que engloba o sector da aviação civil, obedece a um regime específico e está fortemente regulada a nível internacional, regional e nacional, com um forte incremento depois dos atentados de 11 de Setembro de 2001. Na opinião deste autor, as infraestruturas aeroportuárias nacionais,

¹⁹ A faixa costeira do domínio público marítimo abrange uma faixa de território de cerca de 50 metros, a contar da linha média da baixa-mar para o interior (Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de novembro).

²⁰ www.marinha.pt/PT/amarinha/estruturaorganizativa/sistemadeautoridademaritima/policiamaritima/Pages/PoliciaMaritima.aspx, consultado a 9 de fevereiro de 2016.

especialmente as internacionais, são infraestruturas críticas que possuem vários pontos sensíveis onde trabalham e circulam grande número de pessoas, sujeitas às mais diversas ameaças desde o terrorismo, sabotagens, atos de vandalismo e desordens. Pelo que é imperiosa acautelar a segurança de pessoas e bens nestes locais, através de estratégias de gestão do risco que deve ter em conta o plano de contingência. Pois, “a análise da conjuntura estratégica permitirá detalhar os cenários com maior probabilidade de ocorrência, combinações de cenários e missões-tipo, fundamentando as necessidades de forças e meios e os respectivos prazos de prontidão” (Ramalho, 2004, p. 368).

A Autoridade Aérea Nacional (AAN) é uma estrutura paralela a Autoridade Marítima Nacional sob a dependência do CEMGFA e, nessa qualidade funcional, depende do Ministro da Defesa Nacional. A AAN é a entidade responsável pela coordenação e execução das atividades a desenvolver pela Força Aérea na regulação, inspeção e supervisão das atividades de âmbito aeronáutica na área da DN. Digamos assim que “a Força Aérea é a única entidade com a capacidade para exercer a fiscalização do espaço aéreo, assegurando as decisões de interdição de sobrevoo de aeronaves nos locais e nos períodos considerados essenciais à segurança, encetada pelo presidente de ANAC” (Oliveira, 2015, p. 148).

Importa-nos realçar que, não podemos confundir a Autoridade Nacional de Aviação Civil (ANAC) com a AAN. Segundo Oliveira, esta última não tem poderes de autoridade para regular e fiscalizar o sector da aviação civil sendo unicamente responsável pela coordenação e execução das atividades a desenvolver pela força Aérea na regulação, inspeção e supervisão das atividades de âmbito aeronáutica, na área da DN. Por isto mesmo está na dependência do Chefe de Estado-Maior da Força Aérea. E a ANAC “é uma agência pública com a missão de regular e fiscalizar o sector da aviação civil, supervisionar e regulamentar as suas actividades” (2015, p. 437)

Entendemos que, tanto o SAM como SAN, devem fazer parte do CNS. Isto porque, assim como os militares da GN, os elementos de Sistema de Autoridade Marítima e de Sistema Aeronáutica Nacional desempenham funções de uma força policial armada, uniformizada e dotada de competência especializada nas áreas e matérias que lhes são legalmente atribuída, detendo, deste modo, a missão de garante e fiscalização do cumprimento das leis e regulamentos nos espaços integrantes do domínio público

marítimo²¹, as águas interiores²², o mar territorial²³ e a plataforma continental em áreas portuárias e nos espaços balneares, bem como em todas as áreas marítimas e aéreas sob jurisdição nacional. Devendo para o efeito, colaborar com as demais forças policiais e de segurança na garantia da segurança e dos direitos dos cidadãos, exercendo neste âmbito as demais competências que podem ser integradas nas atividades de manutenção da ordem pública, no quadro da segurança interna.²⁴

Perante os atuais cenários de riscos e ameaças, hoje, “reconhece-se a indispensabilidade da atuação supletiva das Forças Armadas em muitas situações de carácter interno, onde as Forças de Segurança não dispõem de capacidades adequadas ou se revelaram insuficientes” (Ramalho, 2011, p. 110). Isto requer um “conhecimento mútuo entre responsáveis militares e policiais, sobre a organização e o funcionamento das forças de segurança e forças armadas, respetivamente” (Simões, 2010, p. 52). Foi nesta perspetiva que o ex. Ministro da Administração Interna de Portugal, Dr. Rui Pereira, terá afirmado em 2010, na abertura do I Congresso Nacional de Segurança e Defesa, que é absurdo rejeitar a intervenção da Força Aérea, em nome de uma distinção teórica entre a SI e a DN, quando um avião dominado por terroristas dirige a um alvo civil em território nacional. Como também, de acordo com o mesmo, não faria sentido recusar a intervenção de meios da Marinha para combater o tráfico de drogas ou de pessoas no alto mar, deixando impunes organizações criminosas transnacionais.

Enfim, na esteira de Valente (2013), é pertinente considerar que a intervenção das FA na SI em tempo de paz pública só pode ser admitida segundo o prisma de subsidiariedade e a solicitação da polícia necessitada do apoio que deve ser solidário. Para este autor, o princípio de cooperação significa que o órgão ou serviço cooperador, embora mantendo a sua autonomia tática dentro dos princípios da proporcionalidade do uso da força se subordina às ordens do órgão ou serviço cooperado que continua a ser o titular pleno e originário da atribuição e da competência. Porque não se deve esquecer que “Exército, Marinha, Aeronáutica não são agências multitarefas.” (Paiva, 2012). Pois, “quem lida com a segurança. Quem está preparado para lidar com a segurança pública e quem deve lidar com a segurança pública são as polícias; não são as Forças Armadas”. (Gonçalves, 2012).

²¹ Abrange uma faixa de território de cerca de 50 metros, a contar da linha média da baixa-mar para o interior.

²² Os mares completamente fechados, os lagos e os rios, assim como as águas no interior da linha de base do mar territorial.

²³ Uma faixa de água costeira que alcança as 12 milhas náuticas (22 quilómetros), a partir do litoral de um estado. Considera-se parte do território soberano de um Estado.

²⁴ <http://www.amn.pt/PM/paginas/MissaoCompetencias.aspx>, consultado em 3 de fevereiro de 2016.

CAPÍTULO III: MÉTODO

Este nosso trabalho baseado no novo acordo ortográfico e na norma APA (American Psychological Association), obedece a seguinte estrutura: numa primeira fase, a apresentação dos principais conceitos relacionados com a temática, procurando, desde logo, enquadrá-los na realidade Guineense. Neste sentido, descortinamos sobre a SI e a DN, com foco no contexto nacional. Isto é, percorremos sobre a estrutura de SI e DN, destacando algumas características e situações históricas essenciais das FSS e das FA, tendo em conta as suas estruturas e competências no desempenho das suas respetivas missões. Posteriormente, debruçamos sobre a intervenção das FA na SI. Neste campo, procuramos compreender o modelo, as formas, os níveis, os princípios de colaboração, assim como, as áreas que devem ser considerados para que esta aludida intervenção possa ter lugar num Estado de direito democrático. Para o efeito, servimo-nos de fontes bibliográficas, sobretudo, de documentos de várias origens que incidem sobre o tema.

Acontece que, para aprofundar o nosso estudo, recorremos a entrevistas semiestruturadas, utilizando o método qualitativo para análise de conteúdo da nossa investigação. Recorremos a este método, visto que, tendo em conta o objeto e o contexto de estudo, nos parece ser o mais adequado. E, optamos pela entrevista, porque esta constitui “um processo de obtenção de informação de carácter geral sobre o indivíduo que se entrevista, mas também, de carácter específico, tentando averiguar o que nele existe de relevante para o objectivo determinado” (Leal, 2008, p. 23).

III.1. Corpus

Se bem que para Bardin “o *corpus* é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (2004, p. 96), para este estudo, o *corpus* é composto por um conjunto de cinco entrevistas feitas aos profissionais das Forças Armadas e das Forças e Serviços de Segurança, nacionais. Isto porque, “se o material a analisar foi produzido com vista à pesquisa que o analista se propõe realizar, então, geralmente, o *corpus* da análise é constituído por todo esse material” (Vala, 2009 p. 109).

III.2. Instrumentos

III.2.1. Entrevista

De acordo com Quivy e Campenhoutdt, no sentido restrito, o método, “traduz-se num dispositivo específico de recolha ou análise das informações, destinado a testar hipóteses de investigação”. Neste âmbito, estes autores afirmam que “a entrevista de grupo, inquérito por questionário, ou análise de conteúdo, são exemplos de métodos de investigação em ciências sociais” (2008, pp. 187-188). Nesta perspectiva, para o presente trabalho, utilizamos como instrumento de recolha de informação a entrevista. Como defende Costa, “a entrevista é eficiente na obtenção de normas e status institucionalizados, de conhecimento geral e facilmente verbalizáveis” (2009, p. 141). Já Manuela Sarmento (2013) defende que a entrevista “permite obter um conjunto de informações através de discursos individuais ou de grupo”. Assim, “a grande vantagem da entrevista é a sua adaptabilidade. Um entrevistador habilidoso consegue explorar determinadas ideias, testar respostas, investigar motivos e sentimentos” (Bell, 1993, p. 137).

Na opinião de Quivy & Campenhoutdt, “nas suas diferentes formas, os métodos de entrevista distinguem-se pela apresentação dos processos fundamentais de comunicação e interacção humana. Corretamente valorizados, estes permitem ao investigador retirar das entrevistas informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados” (2008, p. 191). Pelo que a entrevista funciona como um “processo de interacção social entre, o entrevistador que tem por objectivo obter informações da parte do entrevistado” (Haguet, 1997, p. 86).

Fontana & Frei (1994), citados por Lino, realçam que as entrevistas podem dividir-se em três tipos; as estruturadas, na qual o entrevistador pergunta ao entrevistado uma série de perguntas pré-estabelecidas com um conjunto limitado de categorias de resposta; as entrevistas não estruturadas, que se referem a uma tentativa de compreender o complexo comportamento dos membros da sociedade, sem impor *a priori* uma categorização que possa limitar o campo de investigação; as entrevistas semiestruturadas que poderão ser consideradas como mistos das anteriores, sendo que estas pressupõem que o entrevistador coloque uma questão previamente estabelecida, para que o entrevistado desenvolva o seu discurso de uma forma livre (in. Lino, 2014). Optámos, assim, pelo modelo de entrevista semiestruturada ou livre, pois parece-nos o tipo mais indicado para este estudo, já que

facilita a introdução de tópicos de interesse, novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem respostas dos informantes.

III.2.2. Os Participantes

Tínhamos previsto entrevistar seis (6) Oficiais superiores das Forças e Serviços de Segurança e Forças Armadas, sendo três das FSS (POP, GN e SIS) e três das FA. No entanto, só nos foi possível entrevistar cinco dos previstos. Pois a POP e a GN submeteram essa tarefa a Inspeção Geral do Ministério de Administração Interna (IGAI) que acabou por assumir responder a entrevista, em detrimento destas duas Forças de Segurança. Da parte das FA, responderam um Oficial da Marinha, um da Força Aérea e um de Estado-Maior General das Forças Armadas. Foram, deste modo, realizadas entrevistas a pessoas com conhecimentos e experiências profissionais reconhecidas a níveis de comando, Estratégico, Tática e Operacional nas FSS e nas FA. Ou seja, o grupo foi escolhido tendo em conta as funções e a experiências reconhecidas na área de segurança e defesa, respetivamente.

III.3. Análise de Conteúdo

Para a análise do corpus desta investigação recorreremos a análise de conteúdo, por ser “um dos mais importantes métodos [de tratamento de informações] de investigação em ciências sociais” (Pais, 2004, p. 248), pois, a análise de conteúdo é uma “técnica de tratamento da informação” (Vala, 2009, p. 104) usada para fazer inferências, com um suporte lógico explícito, sobre mensagens cujas características foram inventariadas e categorizadas. Após a análise das pré-categorias definidas a partir do enquadramento teórico, procedeu-se a definição de categorias decorrentes do próprio *corpus* (Pais, 2004). Assim, “melhor do que qualquer outro método de trabalho, a análise de conteúdo permite, quando incide sobre um material rico e penetrante, satisfazer harmoniosamente as exigências do rigor metodológico e da profundidade inventiva, que nem sempre são facilmente conciliáveis”(Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 227). E “a finalidade da análise de conteúdo será pois de efectuar inferências, com base numa lógica explicitada, sobre mensagens cujas característica foram inventariadas e sistematizadas” (Vala, 2009, p. 104).

Recorremos, também, ao estudo qualitativo de análise de conteúdo, porque esta técnica seria imprescindível, visto que, segundo Bardin (2004), a análise de conteúdo permite que o analista consiga identificar e categorizar características e conteúdos da

informação, tendo por base indicadores qualitativos que permitem a inferência de conhecimentos. Para o efeito, foi preciso respeitar alguns requisitos essenciais: a definição das categorias, subcategorias, unidades de contextos. Assim, o estabelecimento destas etapas, desde a constituição do *corpus* até a escolha das unidades de análise, teve por base sempre o critério de fidelidade e validade. Pois, de acordo com o mesmo autor, na análise de conteúdo, é importante classificar, descrever, sistematizar e quantificar as categorias inseridas no *corpus* documental, para melhor explicitar e sistematizar os conteúdos descritos nas entrevistas. (Bardin, 2004)

A categoria é “um número certo de sinais da linguagem que representam uma variável na teoria do analista” (Hogenraad, cit. in Vala, 2009, p. 110). Enquanto uma subcategoria é um conjunto de unidades de registo, que estão agregados, tendo em conta os detalhes semelhantes que concorrem para caracterizar as categorias. (Sarmiento, 2013). Segundo Sarmiento (2013) e Vala (2009), uma unidade de registo é uma fração determinada de conteúdo que determina uma característica por forma a pertencer a uma subcategoria. Para estes autores, uma unidade de contexto é o segmento alargado de conteúdo ou mensagem que o analista examina quando caracteriza uma unidade de registo. De realçar que a nossa análise vai-se cingir, unicamente, na qualidade do discurso.

III.4. Procedimentos

Como referimos, começamos o trabalho com um estudo de estado da arte sobre a temática. Optamos assim por um enquadramento teórico baseado nos conceitos relativos ao tema, no intuito de perceber o mistério circundante na dimensão da SI e da DN. Nisto, procuramos compreender se existe separação entre os dois conceitos ou se os mesmos são interdependentes e perceber a forma como a doutrina trata esses conceitos no contexto de um Estado de direito democrático.

Seguimos maioritariamente fontes bibliográficas portuguesas, tendo em conta que há pouca bibliografia guineense referente ao tema e, também, porque regista-se uma notável proximidade no sistema de segurança entre os dois países. Ainda, recorremos às fontes portuguesas porque nos são, mais acessíveis, tendo em conta a nossa limitação linguística e fracas referências sobre o tema “Intervenção das FA na SI”, pois só recentemente tem vindo a ganhar destaque em termos bibliográficos.

Porém, para fundamentar o estudo, foi necessário além dos estudos bibliográficos, recorrer às pessoas com larga experiência nesta matéria a nível nacional, para darem os

seus contributos através de entrevistas. Estas entrevistas foram feitas por via *internet* por facto do investigador se encontrar fora da Guiné-Bissau e se ter visto impossibilitado de se deslocar ao país para as desenvolver de forma presencial. Foi, neste sentido, entregue junto do Senhor Diretor do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, pedido de autorização formal, a título de exemplo (Vd. Anexo 7), para recolha de dados junto de três oficiais das FA e três oficiais das FSS, tendo este pedido seguido procedimentos normais.

As entrevistas foram de carácter semiestruturado, permitindo que o entrevistado responda às perguntas do guião pela ordem que entender e poder abordar outros assuntos relacionados com as questões (Sarmiento, 2013). Foram num total de dez (10) questões referentes à temática, conforme o exemplo do guião da entrevista (Vd. Anexo 8). Trata-se de um guião construído na base dos tópicos especificados sobre a temática e que permitiu pré-definir quatro (4) categorias e as devidas subcategorias.

Foi utilizado um único guião para todos os entrevistados. Criou-se uma matriz que possibilitou desenvolver a análise de conteúdo, tendo em conta cada categoria e subcategoria. E, desta elaboração do quadro categorial (Vd. Anexo 9), através das respostas dos entrevistados (Vd. Anexo 10), procedeu-se à codificação do texto das entrevistas que, “por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou na expressão, susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto” (Bardin, 2004, p. 129). (Vd. Anexo 11). Deste modo, tendo em conta a categorização e subcategorização estabelecidas, vimos reunidas as condições que nos permite aferir as respostas recebidas do guião das entrevistas como abaixo discriminadas.

Quanto à primeira categoria (A) em que se pretende recolher informações sobre a particularidade da intervenção das FA na SI guineense e a forma como funcionam os mecanismos de coordenação e articulação entre as forças; procurou-se saber **A.1** se, como um Estado de direito Democrático, é normal atuação das FA na SI; **A.2** se esta atuação se justifica numa situação de normalidade democrática, quais seriam os mecanismos de colaboração e de coordenação entre as forças e, consequentemente, quem assumiria o comando da operação entre às diferentes forças; **A.3** procurou-se entender, para o efeito, quais são as competências das FA no domínio da SI e saber como funciona a cooperação e a colaboração entre as FA e as FSS; **A.4** procurou-se, ainda, saber se existe necessidade de reconhecer a limitação dos meios policiais em certas áreas da SI e se, consequentemente, podem as FSS recorrer aos meios das FA, quando estes limites se mostrarem evidentes.

Quanto à segunda categoria (B) em que se pretende recolher informações sobre a distinção entre a SI e a DN e entre o *Estado de Normalidade* e o *Estado de Exceção* procurou-se saber **B.1** se, há necessidade de integrar as FA na SI a par da POP e GN, forjando deste modo a fusão entre a SI e a DN e, consequente, surgimento da SN. **B.2** Ou, se se deve respeitar simplesmente a diferença que se faz dos dois conceitos, criando, para o efeito, os mecanismos que legitimam coordenação e articulação das FA com as FSS, quando estas carecem do apoio daquelas.

Quanto à terceira categoria (C), pretende-se recolher as informações sobre quadro legal da intervenção das FA na SI e visão que se tem de um Sistema Integrado da Segurança Interna. Para isto, **C.1** procurou-se, desde logo, saber qual é a interpretação que se faz da previsão que a CRGB e demais leis avulsas trazem sobre o aludido dever de colaboração dos militares na SI; e perceber o valor qualitativo do Conselho Nacional de Segurança como mecanismo estratégico legal de direção e coordenação da interoperabilidade entre as diferentes FSS e entre estas com as FA; **C.2** saber se, perante todo este quadro, consideram-se reunidas as condições, ou, se, ainda, existem algumas lacunas legislativas que devem ser preenchidas, para que seja salutar uma intervenção das FA na SI.

Quanto à quarta categoria (D), pretende-se informações sobre a mudança do paradigma de segurança para melhor clarificar a vulnerabilidade da segurança interna guineense: **D.1** Nisto, procurou-se saber se, perante os atuais padrões das ameaças internacionais, houve alguma mudança nas tradicionais ameaças que afetam a SI da Guiné-Bissau. E saber se, perante os novos desafios de segurança, haverá ou não necessidade de inovar o nosso conceito de SI, de modo a repensar a possível reestruturação de atual estrutura da SI. **D.2** Tendo em conta a nossa particularidade, no domínio de ameaça a segurança, precisava-mos saber se a conflitualidade registada no nosso país pode contribuir para fragilidade de atividade policial e consequente aumento de vulnerabilidade da nossa SI face às ameaças e aos ricos deslocalizados e imprevisíveis.

CAPÍTULO IV: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A nossa investigação teve sempre por base a problemática relativa à intervenção das FA na SI guineense, procurando, desde logo, compreender a perceção que se tem sobre a previsão que a CRGB e demais leis avulsas terão feito sobre a colaboração entre as FA e as FSS. Também procuramos entender a particularidade da situação guineense nesta matéria, identificando o nível e a área em que poderá ocorrer esta colaboração e perceber qual deve ser uma justificação plausível para que os militares possam participar nas tarefas da segurança e da ordem pública. Pois, “não há nenhuma razão para que a normalidade institucional seja perturbada. Hoje, na Guiné-Bissau, e pela primeira vez em muitos anos, os militares têm estado pacificamente tranquilos obedecendo a natural prevalência do poder político sobre o poder militar numa sociedade democrática”²⁵. Isto nos leva a valorizar a nossa pergunta de partida: é legítima a intervenção das Forças Armadas na Segurança Interna Guineense?

Na procura da resposta para essa pergunta, começamos a nossa investigação a partir de uma abordagem teórica baseada nos estudos das literaturas relacionados com a participação das FA na SI. Para este efeito, recorremos a teses militares e policiais, bem como vários autores que se debruçaram sobre a temática, cruzando os conhecimentos que fomos obtendo com a realidade guineense. Através deste estudo, percebemos que, desde que não haja atropelamentos à lei e se prossigam os valores e os princípios de um Estado de direito democrático, a participação das FA na SI pode constituir uma mais-valia para garantia da segurança, justiça e bem-estar de uma nação, pois numa situação de fortes ameaças à segurança e de fracos recursos das FSS, uma união de esforços entre as FA e as FSS, desde que legalmente confinada, pode configurar-se num grande fator de sucesso para a segurança e defesa de qualquer Estado de direito democrático, visto que, em todo este dilema, está em causa a segurança que deve ser substanciada numa República.

Tendo em conta a escassez da bibliografia referente à temática na Guiné-Bissau, recorremos ao método qualitativo, através da entrevista semiestruturada, para angariar informações relevantes sobre o tema. E a partir destas informações, adquirimos conhecimentos pertinentes que demonstram que os entrevistados estavam também preocupados com a falta de legitimidade da intervenção das FA na SI guineense. Como

²⁵ <http://www.odemocratagb.com/> (chefe da diplomacia Portuguesa, Augusto Santos Silva, que falava à Rádio ONU à saída de um encontro que manteve com Secretário Geral desta organização, Ban Ki-moon, em 22 de Março de 2016).

defende o Entrevistado 2 “importa, sim que haja uma legislação que regule a actuação da Força da Ordem Interna, sob pena da ilegalidade dos seus actos. Um tal quadro legislativo se aplicaria às FARP, quando convidadas a participar na tarefa da manutenção da ordem interna”. Acresce que, neste sentido, há uma necessidade, devida, de instituir os mecanismos estratégico-operacionais para coordenar e articular os “dispositivos policiais e as capacidades existentes nas Forças Armadas.” (Simões, 2010, p.17)

A realidade conflituosa do país leva a crer que a necessidade de legitimação da intervenção das FA na SI é pertinente. Isto foi manifesto na opinião dos entrevistados que, unanimemente, foram críticos às situações de conflitos que estão a deixar cada vez mais débeis os fundamentos de um Estado de direito democrático no nosso país e, consequente, degradação da nossa SI. Como afirma o nosso entrevistado 3 “o conflito constante no País está ligado sem dúvida ao aumento de fragilidade de actividades de todas instituições do País, incluindo Policiais”; e, de acordo com o entrevistado 2 “um país com um tal quadro não pode conhecer a estabilidade e segurança. Estará permanentemente sob a ameaça”. Deste modo, é, expressamente, reconhecida que as frequentes intervenções das FA no interior do País não abonam, de nenhum modo, o bem-estar que se pretende a nível da SI.

Nesta perspetiva, sem omitir outras possíveis ameaças de carácter transnacional, na realidade guineense, a situação de conflitualidade surge a par do tráfico de drogas, criminalidade organizada e terrorismo como principais ameaças para SI do país. De acordo com o entrevistado 2 “um país estável é um país seguro. E todos os factores que possam pôr em causa à sua estabilidade constituem a ameaça. Tais factores podem ser de várias ordens e naturezas, pelo que se torna inútil enumera-los aqui posto que a realidade é mais fecunda que a imaginação”. Para este entrevistado, “no caso concreto da Guiné-Bissau, a avaliar pelos dados sociais, económicos, culturais e políticos, diria que uma das ameaças à segurança e à estabilidade do país é a tremenda desorganização do aparelho do Estado, que promove as injustiças sociais de toda estirpe, e estas por sua vez, geram conflitos que abalam os fundamentos do Estado guineense”.

Entendemos importante a instituição do Sistema de Segurança Interna. O SSI permitiria uma maior articulação interna entre a DN e a SI, concorrendo para uma segurança nacional. Concordamos que, a figura do CSN, surgiria como elemento imprescindível numa configuração legal do SSI, pois serviria de suporte ao Primeiro-Ministro nas questões de segurança e funcionaria como órgão responsável pela articulação estratégico-operacional entre as FA e as FSS, através de uma estrutura funcionalmente

estabelecida. Visto que, na opinião do entrevistado 2, “para cada situação que exija a coadjuvação das Forças da Ordem Interna pelas Forças Armadas, deve criar-se uma estrutura *ad hoc*, a exemplo dos comandos conjuntos criados para garantir segurança em período da campanha eleitoral, como tem sido hábito, que provou ser muito eficaz”. e, de acordo com o entrevistado 1, o CSN é, deste modo, suficiente para assegurar a coordenação entre as diferentes forças que compõem o *Comando Conjunto*, onde as FA são componentes, faltando-lhe, na nossa opinião, os mecanismos legais e dinamizadores.

Este percurso permite-nos perceber que os entrevistados alinham na ideia em como que, no domínio da SI, quando é necessário, que as FA sejam direccionadas a atuarem em colaboração e sob a responsabilidade da Polícia. Evitando, deste modo, que essa intervenção seja muita ostensiva e possa quebrar a confiança alcançada pela polícia nas comunidades. (Silva, 2014). Isto porque, de acordo com o mesmo autor, pela natureza e envergadura da atuação dos militares, há que ter esse cuidado, pois, os militares não funcionam como uma polícia de proximidade, pela natureza da sua atuação, pelos armamentos e equipamentos usados e, por incidirem diretamente na resolução do problema em si, resumindo-se a cumprir a missão. (Silva, 2014). Pelo que, de acordo com o entrevistado 1 “não existe em situação normal a actuação das FA na SI, e não é normal sem prévia solicitação das entidades competentes, neste caso, as forças de ordem”.

Surge assim que, na verdade, os riscos e ameaças “ (...) são de natureza anónima, cruzam diversas fronteiras e não se manifestam num simples evento, período de tempo ou ponto focal onde possam se concentrar as atenções e energias para os combater” (Escorrega, 2009, p. 8). Neste olhar, quando o nível de ameaça é transcendental, como uma ameaça terrorista e/ou tráfico de droga, e sendo necessário assegurar o patrulhamento e a fiscalização do espaço marítimo e aéreo, as FSS carecem do apoio das FA a título subsidiário, nos termos de apoio, colaboração ou complemento, atendendo à natureza das ameaças, o treinamento, a especialização e os meios disponíveis nas FA, ou seja, de acordo com o entrevistado 2, a intervenção das FA neste domínio, só é aceitável “se se tratar da Criminalidade Transnacional Organizada, cujos autores actuam através de rede sofisticada [em que], a conjugação das sinergias, entre órgãos da Defesa e da Segurança, será um imperativo. Não sendo este o caso, a intervenção dos militares em matéria da defesa interna do país é desaconselhável”.

De acordo com estes resultados, no contexto guineense, a questão da legalidade não é um entrave à atuação das FA na segurança interna, desde que se preencham os requisitos

de colaboração que permitam o estabelecimento do “Comando Conjunto”. Pelo que, neste aspeto, as conclusões apresentadas por Andrade (2010), Silva (2014), Lino (2014), vão ao encontro dos resultados aqui apurados e que defendem a atuação das FA na segurança interna em termos de colaboração e sob a responsabilidade das FSS. Pese embora que no nosso entender, a singularidade da nossa realidade exige que prevaleça o império da legalidade para que possa ocorrer a aludida intervenção. Uma legalidade que conduz ao respeito para com os fundamentos de um Estado de Direito Democrático e que contribua para evitar os motivos geradores de conflitos.

Discordamos, assim, dos argumentos que apontam para um ultrapassado conceito de segurança interna e que defendem a participação das FA na SI, a todo custo, apontando, como exemplo dos países com bastantes mais recursos e tão democráticos, a França ou a Itália, em como que, nestes países, as FA cooperam com as FSS no patrulhamento de pontos sensíveis das grandes cidades, com muito agrado dos cidadãos que veem aumentado o sentimento de segurança, sem que isso tenha posto alguma vez em causa o estado de direito, como defende Carlos Branco (2010). E discordamos, com este autor, porque a Guiné-Bissau, possui a sua particularidade conflitual, pelo que, de uma forma específica, a intervenção das FA na SI guineense, não se coaduna com os pressupostos de um Estado de direito propriamente dito, embora só um estudo mais aprofundado poderá confirmar o desagrado dos cidadãos perante tais cenários.

Neste olhar, entendemos que, se a atuação das FA respeitar os pressupostos emanados por um plano preestabelecido pelos serviços de SI, tendo em conta a uma situação de risco, onde, manifestamente, existe uma probabilidade de ocorrência de um perigo, ameaça ou desastre natural indesejável, seria aplausível essas intervenções. Desde que as mesmas visem fazer face aos cenários que justifiquem o contributo para uma tranquilidade pública sob a plena observância dos princípios de colaboração das FA com as FSS no domínio de apoio, coadjuvação e complemento, e não de substituição das forças. Pois, entendemos que, a POP e a GN, estão suficientemente, preparadas para concorrer para as atividades da SI. Dispensando, o governo de gastar, neste âmbito, mais erário público (Fonseca, 2011, p. 88).

Parece-nos, deste modo, fundamental legislar sobre a matéria de intervenção das FA na SI, para melhor maximizar, otimizar e racionalizar os meios, por forma a haver eficiência e ao mesmo tempo eficácia na resposta a nova demanda de segurança. Evitando com isto, os possíveis recursos desnecessários às FA, quando se mostra fundamental que

estas se empenhem “como garante da defesa militar da República (...) [pois] Só com essa condição assegurada as FA poderão colaborar adequadamente com as FSS” (Borges, 2013). Para ser mais claro “colocar as FA no epicentro de uma repressão a uma ameaça difusa, protoplásmica e perfeitamente disseminada entre a comunidade, pode ser o mesmo que defender a utilização de espingardas para matar moscas” (Torres, 2012, p. 93).

CAPÍTULO V: CONCLUSÃO

Após a abordagem deste tema, a partir das leituras feitas e de análise das entrevistas, fomos conduzidos a perceber, ao longo desta investigação, que a Guiné-Bissau tem vindo a perder a capacidade, nunca tida, de gerir o processo de degradação dos valores que fundamentam um Estado democrático de direito propriamente dito. Este facto deve-se, entre outros motivos, aos notórios conflitos que resultam de um claro desnivelamento das incursões das FA nas tarefas da SI. Neste percurso, fomos dando conta da existência dos obstáculos relativos à intervenção das FA na SI, sobretudo, pela limitação constitucional e pela ausência dos mecanismos capazes de regularizar, gerir a articulação e clarificar a responsabilidade pelo comando operacional das operações conjuntas com as FSS.

Vimos durante este estudo que, devido ao caráter da incerteza da ocorrência de um acontecimento criminoso, os novos *aceleradores da mudança*, fazem inovar os conceitos de ameaças e riscos e, conseqüentemente, conceito de segurança. De acordo com os dados recolhidos, as manifestas ameaças para a segurança interna guineense, mesmo residuais, são o terrorismo, a proliferação de armas de fogo, a criminalidade organizada e transnacional, o tráfico de droga e de pessoas, as migrações ilegais, a pirataria marítima e, ainda, a conflitualidade e as suas causas político-militares e ideológicas.

A Guiné-Bissau adotou o sistema multipartidário do Estado onde predomina o direito. Um sistema que implica uma peculiaridade nas atribuições de responsabilidades no domínio do espaço público, pois num Estado de direito democrático, as leis constituem expressão dos valores sociais que devem ser preservados. E a finalidade da segurança e da ordem públicas é a de possibilitar que a vida em sociedade seja regular e que as instituições estatais, incumbidas de viabilizar a vontade do Estado, consigam desempenhar naturalmente suas funções sem grandes obstáculos e na plena observância das leis. Com esta afirmação, estamos a responder à pergunta derivada, onde se questiona se é possível que as Forças Armadas atuem no quadro da SI, num estado de normalidade democrática, pergunta esta que, entendemos merecer uma resposta positiva, pois, o Estado de direito democrático não constitui limite da intervenção das FA na SI, desde que essa intervenção seja muito bem balizada na base da legalidade e da observância dos fundamentos de um estado de direito democrático, como a justiça, segurança e bem-estar dos cidadãos.

E no que diz respeito aos limites da intervenção das FA, vimos que a SI é uma tarefa originária das FSS e que estes são os atores, por excelência, responsáveis pela

segurança pública da Guiné-Bissau. De modo que a intervenção das FA na SI deve ocorrer, apenas, em observância dos princípios que a justifiquem e a título subsidiário, em colaboração com as FSS e sob a responsabilidade destas. Não podendo as FA atuarem de forma isolada como se de um corpo de polícia se tratasse. Aliás, a expressão em *colaboração* que aparece nos diferentes diplomas legais visa afastar a ideia de uma intervenção isolada das FA na SI, num estado de normalidade democrática.

Quanto ao responsável pelo comando das operações, num caso de combinação das forças, surge-nos afirmar que, se se respeitar o exposto na Constituição e demais leis e observados os princípios de proporcionalidade, de necessidade e de subsidiariedade, entre outros, não haveria conflitos de competências, nem de posições de comando e controlo. Pois a SI é uma competência das FSS. Pelo que, com a exceção dos estados de sítio e de emergência, parece-nos justo que as Forças de Segurança assumem o comando operacional das forças em todas as situações das operações conjuntas, ou de empenhamento das forças multidimensionais. Devendo as FSS saber identificar os patamares do risco e da ameaça, para melhor avaliar a eficiência de uma intervenção das FA.

Quanto a interpretação que se faz da previsão que a CRGB dá às FA de se colaborarem estreitamente com os serviços nacionais e específicos na garantia e manutenção da segurança interna e da ordem pública, parece-nos demasiado excessiva quando se afirma que a lei dá às FA a competência de intervirem no domínio da SI. Desde logo, porque, na verdade, a lei magna fala em colaboração das FA com as FSS quando ainda no contexto da DN (art.º 20.º da CRGB) e ao falar da SI (art.º 21.º da CRGB), não mencionou as FA. Este facto, por si só, justifica o afastamento dos militares desta tarefa. Acontece que, não queremos pôr em causa a previsão de que a Marinha e a Força Aérea podem atuar na SI no abrigo do art.º 3.º, nº 2 e al c) da LOGN. Mas, nos parece que essa prescrição carece de esclarecimento. Pelo que, urge a colmatação destas lacunas para enriquecer a forma de equacionar a referida intervenção.

Cumpre-nos, também, saber se, perante a realidade guineense, não se deve servir da conflitualidade registada no país para demarcar intervenção das FA na SI. Neste ponto, podemos afirmar que existem fatores constrangedores para uma atuação das FA na SI. Apontamos como um dos fatores a falta dos preceitos legais e mecanismos protocolares para desenvolver esta intervenção. Também a falta de treino conjunto entre as FA e FSS colocam em causa uma possível operação conjunta entre estas corporações e pouca clareza quanto ao modo de atuação. Devida esta incompatibilidade, torna-se, antes, necessário

criar planos operacionais para uniformizar processos bem como realizar treinos conjuntos para que cada uma das forças conheça o papel que lhe cabe desempenhar de acordo com o enquadramento legal a nível da SI. Apoiamos, deste modo, a demarcação do emprego das FA nas tarefas da SI guineense até a criação das condições legais que possibilitam uma responsabilização individual pelos atos que põe em causa os valores democraticamente consagrados.

Tendo em conta os objetivos preestabelecidos, esta sequência das respostas das questões extraídas da nossa pergunta de partida, nos leva a concluir que não é legítima a intervenção das Forças Armadas na Segurança Interna Guineense. Não porque não é aceitável num país de Estado de direito democrático, mas porque entendemos que os consentimentos que se dão as FA de se intervirem nas tarefas da SI guineense, são destituídos dos preceitos legais que os legitimam. Ou seja, para legitimar esta intervenção, seria importante, no nosso entender, seguir o modelo do plano *vigipirate* de França ou, então, estabelecer os preceitos legais para o efeito, seguindo o modelo de Cabo-Verde, de acordo com os exemplos tecidos destes países. No entanto ficou apurado que respeitando as previsões constitucional e demais leis avulsas, podemos afirmar que, numa situação de normalidade democrática, as FA só podem atuar em, apoio, coadjuvação e/ou complemento das FSS, nos cenários onde se mostrar necessário esta atuação. Entende-se, quando se manifestar, expressamente, a insuficiência dos meios para que as FSS cumprem cabalmente a missão, caso em que a direção das operações pertence à Força de Segurança, territorialmente, competente.

As FA estão constitucionalmente habilitadas a colaborarem estreitamente com os serviços nacionais e específicos na garantia e manutenção da segurança interna e da ordem pública, colaborando nas tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações. Contudo, ficou saliente que a função prioritária das FA é de atuar num conflito armado e de guerra, e não para enfrentarem incidentes de segurança e desordem pública ou combaterem a criminalidade. Pois, por questão de formação, de treino, de vinculação à lei penal e processual penal e de cultura racional, é vedada a intervenção das FA na SI. Assim, não sendo uma FSS, as FA não podem aplicar as medidas de polícia. Sendo essencial a colaboração dos militares em missões de proteção civil com o intuito de garantir as necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida, a tranquilidade pública e a proteção de pessoas e bens materiais.

Nesta perspectiva, a Marinha executa operações de busca e salvamento marítimo, vigilância, fiscalização e ações de proteção civil. Estas missões enquadram-se assim na garantia da ordem e na proteção de pessoas e bens materiais. À Força Aérea estão atribuídas missões ao nível da defesa aérea do espaço nacional e considerando a sua elevada mobilidade e velocidade, podem ser empregues em missões de vigilância e reconhecimento aéreo. Noutras situações, as FA são acionadas quando o reforço mútuo entre as FSS se encontrar esgotado, sobretudo, nas operações relacionadas com a criminalidade organizada violenta e transnacionais e nas operações planeadas de grandes eventos.

Apuramos que, tendo em conta as áreas da segurança interna estabelecidas para esta investigação e as situações específicas de cada cenário, as FA podem intervir na SI, tendo em conta aos cenários condicionados pelos níveis, formas e princípios de colaboração. Situações em que a articulação e a coordenação das forças que agora é incumbida ao Conselho de Segurança Nacional através do *Comando Conjunto*, deve ser presidida, por uma entidade do Ministério de Administração Interna a criar, em articulação com o CEMGFA, de acordo com a previsão da LOBOFA. Onde as FA aparecerão como um aditivo para que a missão seja cumprida de forma eficiente. Devendo para este efeito, serem utilizados os mecanismos legalmente aceites. E esta utilização “não deve tornar a regra, como acontece em Estados de direitos mais frágeis, onde a insegurança pública atinge níveis incontroláveis” (Elias, 2014, p. 23).

Concluímos, assim, que a SI e a DN são partes integrantes da segurança nacional. E que a SI é uma tarefa das FSS, enquanto DN é incumbida as FA. Porém, face a desterritorialização e disseminação globalizadas de ameaças, não podemos descartar a possibilidade de cooperação e/ou de colaboração, a título subsidiário e nos casos previstos na lei, entre as FA e as FSS em matéria da SI. Pelo que, é necessário repensar a segurança nacional, sobretudo, numa reformulação da nossa estrutura da SI, estabelecendo uma lei que a regularize e define quem é verdadeiramente ator e qual é papel de cada um destes atores neste domínio. Pois, de acordo com as leis em vigor, não está explícita o modo como as FA podem intervir na SI. E, porque este facto, pode constituir uma causa da conflitualidade, não somos de opinião que essa intervenção se verifique sem que, antes, sejam criadas condições necessárias para tal.

Ora, visto que a interpretação que se pode fazer do art.º 20.º da CRGB é adversa. Deve-se repensar o modelo, a forma e os níveis em que pode ocorrer a colaboração das FA

na SI e os princípios que devem ser respeitados para que a mesma se verifique. Pelo que, os três níveis e formas de colaboração das FA na SI, trazidas nesta investigação, aparecem como elementos aditivos que podem ser considerados para que a mesma seja eficiente e saudável. Pois só o estabelecimento dos mecanismos legais podem sustentar uma colaboração que legitima intervenção das FA na SI que se pretende aplausível, não geradora de conflitos e, sobretudo, que se afirma na plena observância dos pressupostos de um Estado dita propriamente de Direito e Democrático.

Estamos, deste modo, a enfatizar a necessidade de colmatar as lacunas quanto o uso das FA na SI. Pois a falta de uma instrução consolidada requer a criação de uma doutrina de forças combinadas. Esta doutrina deveria ser baseada num estudo de valências, capacidades e formas de atuação perante as diversas situações em que podem as FSS recorrer ao empenhamento das FA. Serviria, para este efeito, as experiências bem-sucedidas dos treinos desenvolvidos neste sentido e as bases curriculares dos cursos das FSS e FA, para implementar, um módulo que abordasse a atuação combinada das respetivas forças, durante os cursos.

Revela-se, no decorrer desta investigação, as seguintes limitações: o balizamento de páginas como um dos primeiros obstáculos; a escassez da bibliografia referente a esta temática, muito menos da parte da Guiné-Bissau; o facto do investigador se encontrar fora do País ao qual se refere o estudo. Pois, perante a impossibilidade de se deslocar para Guiné-Bissau, o investigador acabou por ficar afastado da realidade do estudo e, consequentemente foi obrigado a, aplicar entrevistas por via internet e não de forma presencial. E, isto, assim como, a fraca bibliografia sobre o tema dificultaram a verificação do estado da arte e o trabalho do campo deste trabalho.

A temática que escolhemos desenvolver é bastante sensível, pelo que, torna necessário uma investigação mais aprofundada para compreender a particularidade das FARP em relação às outras FA congéneres no domínio da intervenção na SI, sobretudo, tentar perceber a influência das FARP na conflitualidade político-militar guineense. Deste modo, estamos a reconhecer que, sobre este tema, ficou de fora muita substância a ser estudada. Pelo que, encorajamos a persistência nesta investigação a nível de outros Estados de Direito Democrático com vista a criar uma doutrina única para ser aplicada aos casos específicos da intervenção das FA na SI, sobretudo, nas zonas marítimas e aéreas. E, a partir daí, estabelecer uma estrutura da SI fundada na plena observância dos preceitos legais e capaz de maximizar meios e recursos e evitar conflitos desnecessários.

REFERÊNCIAS

- Alexandre, R. E.** (2012). *Desafios aos Fundamentos do Estado Democrático*. Lisboa: Fonte da Palavra.
- Alves, F. dos S. & Valente, A. M. da C.** (2006). *Polícia de Segurança Pública: Origem, evolução e actual missão*. In Valente, M. M. G. (coord.), *Politeia - Revista do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna* (pp. 63 - 102). Lisboa.
- Alves, A. C.** (2008). *Em busca de uma sociologia da polícia*, Guarda Nacional Republicana, Lisboa.
- Alves, A. C.** (2010). *Introdução à Segurança*. Edição da Revista da Guarda nacional Republicana. Lisboa
- Amaral, D. F. do** (2006). *15 Meses no Ministério dos Negócios Estrangeiros*. Coimbra: Almedina.
- Anastácio, C. A. da C.** (2009). *Paradigmas de Segurança Interna, Forças de Segurança e Forças Armadas: Parceiros ou Concorrentes*, Trabalho final do 3.º Curso de Direção e Estratégia Policial, Lisboa, ISCPSI.
- Andrade, A. R.** (2010). *Forças Armadas de Cabo Verde – Atribuições na Segurança Pública*. Campina Grande.
- Bardin, L.** (2004). *Análise de Conteúdo*, (2ª ed.). Lisboa: Edições 70.
- Barroso, Luís** (2011). *A Evolução da CPLP na Segurança e Desenvolvimento do Continente Africano: Relevância do Instrumento Militar e o Papel de Portugal*. Lisboa: Revista Militar. <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=592>.
- Bell, J.** (1993). *Como Realizar um Projecto de Investigação: Trajectos*, Gradiva publicações, Lisboa.
- Bernardino, L. M. B.** (2004). *Políticas de Segurança e Defesa em África e para África: O papel das Organizações Regionais Africanas*. www.revistamilitar.pt/artigo.php?id=289.
- Bernardino, L. M. B.** (2008). *Estratégias de Intervenção em África: Uma década de Segurança e Defesa na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, (1ª ed.), Lisboa: Prefácio.
- Bernardino, L. M. B.** (2010). *Contributos de Portugal para a Arquitectura de Paz e Segurança Africana*. [http:// www.revistamilitar.pt/artigopdf.php?art_id=564](http://www.revistamilitar.pt/artigopdf.php?art_id=564).

- Bernardino, L. M. B.** (2013). *A Posição de Angola na Arquitectura de Paz e Segurança Africana*, (1ª ed.), Coimbra: Almedina.
- Bernardino, L. M. B.** (2015). *A Estratégia Marítima Integrada de África 2050 Uma nova dimensão para a Segurança Marítima Africana*. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/8344>.
- Borges, J. J. B. V.** (2013). *As Forças Armadas na Segurança Interna: Mitos e Realidades*. In Revista Militar N.º 2532 – Janeiro, pp 25 - 41.
- Branco, C. M. G.** (2006). *A GNR e a Segurança Interna*. <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/print.php?id=91>.
- Branco, C. M. G.** (2010). *Desinstalar a Confusão*. <http://www.operacional.pt/desinstalar-a-confusao/>.
- Brandão, A. P.** (2004). *Segurança: um conceito contestado em debate*. In Moreira, A. (coord.). *Informações e Segurança: Estudos em Honra do General Pedro Cardoso*. Edição de Livros e Revistas, Lda. (Pág. 37-55). Lisboa.
- Caetano, M.** (1996). *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*, 6ª ed., Tomo I, Almedina, Coimbra.
- Canotilho, G. & Moreira, V.** (1993). *Constituição da República Portuguesa Anotada*, (3.ª Ed.). Coimbra. Coimbra Editora.
- Cardoso, C.** (1994). *A Transição Democrática na Guiné-Bissau: Um parto difícil*. Soronda, Revista de Estudos Guineenses N.º 17 Janeiro.
- Carvalho, J. S.** (2009). *Segurança Nacional, Serviços de Informações e as Forças Armadas*. Intervenção proferida na Faculdade de Letras de Lisboa em 28 de Maio, Lisboa
- CEDN** (2004). *Conceito Estratégico da Defesa e Segurança Nacional da Guiné-Bissau*, disponível em <http://binoculos-sobre-a-amura.blogspot.pt>.
- CEDN, C. E.** (n.º 19/2013). Resolução do Conselho dos Ministros de Portugal.
- Clemente, P. J. L.** (1998). *Da Polícia de Ordem Pública*, Governo Civil do Distrito de Lisboa.
- Clemente, P. J. L.** (2000). *A Polícia em Portugal – Da Dimensão Política Contemporânea Da Seguridade Pública*, I – Volume, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.

Clemente, P. J. L. (2009) “*Polícia – O Caminho*”, in Estudos Comemorativos dos 25 anos do ISCPSI em Homenagem ao Superintendente-Chefe Afonso de Almeida, Coimbra, Almedina, pp. 87-107.

Código de Conduta das Nações Unidas para os Responsáveis pela Aplicação das Leis (1979). *Resolução 34/169, de 17 de Dezembro*, Assembleia Geral das Nações Unidas.

Coelho, J. P. B. (2010). *O Oceano Índico e os desafios à segurança marítima da África Austral*. http://cesab.edu.mz/projectos/seguranca_maritima.

Coelho, J. P. B. (2011). *SADC Cooperação e segurança pública*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos. www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/.../IESE_SADC.pdf.

Documento de Estratégias, Reestruturação e Modernização do Sector da Defesa e Segurança, (2006). República da Guiné-Bissau.

Costa, A. F. A. (2009). *Pesquisa de Terreno em Sociologia*. In Metodologia das Ciências Sociais. Porto. Editora Afrontamento.

Coutinho, C. (2011). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: teoria e prática*.

Cruz, J. M. M. A. L. da, (2007). *O Programa de Ajustamento Estrutural na República da Guiné-Bissau: Uma avaliação política e ética*. Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, ISCTE, Lisboa.

David, C. P. (2001). *A guerra e a Paz, Abordagens Contemporâneas da Segurança e da Estratégia*, Instituto Piaget.

Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Decreto-Lei n.º 2/2011, de 31 de Janeiro: Estatuto do Gabinete Central Nacional da INTERPOL (GCN)/Guiné-Bissau.

Decreto-Lei n.º 14/2010, de 29 de Julho: Estatuto da Polícia Judiciária.

Dias, G. (2002). *A Gestão da Produção de Segurança Pública e a Formação do Oficial Policial Militar: O Caso da Polícia Militar de Santa Catarina*, Florianópolis.

Dias, C. M. M & Sequeira J. M. D. (2015). *Estratégia - Fundamentos Teóricos - Tomo I*. Lisboa: Letras Itinerantes.

Dias, H. V. (2012). *Metamorfose da Polícia. Novos Paradigmas de Segurança*. Centro de Investigação de ISCPSI, Livraria Almedina, Coimbra.

- Elias, L. M. A.** (2009). *A Dimensão Externa da Segurança Interna. Interdependência, Estratégias Nacionais e Desafios Internacionais*, Trabalho final do 3.º Curso de Direção e Estratégia Policial, Lisboa, ISCPSI.
- Elias, L. M. A.** (2014). *Dimensões Securitárias na Contemporaneidade*. Lição Inaugural da Abertura Solene do Ano Lectivo 2014/2015. ISCPSI-ICPOL. Lisboa.
- Escorrega, L. C. F.** (2009). *A Segurança e os “ Novos ” Riscos e Ameaças: Perspectivas Várias*. *Revistas Militar*, 1–19. http://www.revistamilitar.pt/art_texto_pdf.php?art_id=499
- Felgueiras, S.** (2014). *A construção Social do protesto político: A geração à rasca*, tese de doutoramento em Ciências Sociais, ISCSP/Universidade de Lisboa. Lisboa.
- Fernandes, A. H.** (2005). *O Estado*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.
- Fernandes, J. J. A.** (2014). *Os Desafios da Segurança Contemporânea: Estado, Identidade e Multiculturalismo*. Lisboa: Pedro Ferreira-Artes Gráfica, Lda. Afrontamento.
- Fernandes, L. F.** (2005). *Segurança Interna - Reflexões e Legislação*. Lisboa: Edições Almedina.
- Fernandes, L. F.** (2014). *Intelligence e Segurança Interna*, ISCPSI, Lisboa.
- Fonseca, J. N. da** (2011). *O Conceito de Segurança Nacional Perspectivado para 2030*. *Boletim de Ensino e Investigação*, n.º 11. <http://www.iesm.pt/cisdi/boletim/Artigos>.
- Fontes, J.** (2015). *A Superioridade Ética do Estado*. In Correia, E. P. (coord). *Liberdade e Segurança*. ISCPSI-ICPOL. Lisboa.
- Garcia, F. P.** (2005). *As Ameaças Transnacionais e a Segurança dos Estados. Subsídios para o seu Estudo*. *Jornal de Defesa e Relações Internacionais*, pp. 339–374. <https://infoeuropa.eurocid.pt/files/database/000036001-000037000/000036360.pdf>
- Garcia, L. J. E.** (2007). *Da defesa à grande segurança*, in *Revista Segurança e Defesa*, n.º 3, Maio-Julho 2007, pp. 24-30.
- Gonçalves, J. B.** (2012). *O papel constitucional das Forças Armadas*. *Revista em Discussão* ano 3 n.º 10.
- Gomes, A. R.** (2010). *Os entraves à construção e consolidação do estado a guiné-bissau: O poder militar e a desedificação do estado de direito e da democracia na Guiné-Bissau*. 7.º Congresso de Estudos Africanos, ACSEL, Universidade Lusófona de Lisboa. Lisboa.

Gomes, C. J. J. & Vital, M. (2007). *Constituição da República Portuguesa Anotada*, Vol. I, 4.^a Ed. Revista, Coimbra, Coimbra Editora.

Guedes, A. M. (2003). *O Terrorismo Transnacional e a Ordem Internacional*. Comunicação final do Seminário sobre O Islão, o Islamismo e o Terrorismo Transnacional, realizado a 2 e 3 de Abril, no Instituto da Defesa Nacional.

Guedes, A. M. & Elias, L. (2010). *Controlos Remotos: Dimensões externas da Segurança Interna em Portugal*, ICPOL, Livraria Almedina, Coimbra.

Guinote, H. D. S. (2005). *Forças Armadas e Forças de Segurança, Competências Operacionais em Matéria de Segurança*. In Silva, G. M. & Valente, M. M. G. (coords), *Volume Comemorativo dos 20 Anos do ISCPSI*, Coimbra, Almedina, pp. 947 a 1004.

Haguette, T.M.F. (1997), *Metodologias qualitativas na Sociologia*, (5.^a ed.), Vozes, Petrópolis.

Janeiro, J. M. S. (2010). *O emprego das Forças Armadas em missões de Segurança Interna*, in Revista Segurança e Defesa, n.º 14, pp. 58-67.

Jorge, P. M. C. dos S. (2014). *Importância da Defesa Nacional*. <http://www.operacional.pt/as-forcas-armadas-e-a-seguranca-interna/>

Koudawo, F. (2010). *Podem as Forças Armadas Serem Reformadas? Propostas da Voz do Paz para uma Reforma Participativa das FDS. Eco da Voz di Paz. Boletim Informativo. Número 3, Ano 1, Maio.*

Leal, A. M. da S. (2013). *Defesa Portuguesa – Um Modelo Teórico*. Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE. IUL. Lisboa.

Leal, I. (2008). *Entrevista Psicológica. Técnica, Teoria e Clínica*, (2^a Ed), Fim de Século Edição.

Lei Constitucional n.º 1/1996, de 04 de Dezembro. Constituição da República da Guiné-Bissau.

Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de Agosto. Constituição da República Portuguesa.

Lei Constitucional n.º 1/VII/2010. Constituição da República de Cabo-Verde.

Lei n.º 6/ 1999 de 7 de Setembro. Lei da Defesa Nacional.

Lei n.º 7/2010, de 22 de Junho de 2010. Lei da Organização do Serviço de Informações de Segurança.

Lei n.º 8/2010, de 22 de Junho. Lei da Organização da Guarda Nacional.

Lei n.º 8/2011, de 27 de Abril. Lei de Organização de Investigação Criminal.

Lei n.º 9/2010, de 22 de Junho. Lei da Organização da Polícia de Ordem Pública

Lei n.º 11/2011, de 28 de Junho. Lei Orgânica de Base da Organização das Forças Armadas.

Lei n.º 53/2008, de 29 de Agosto. Lei da Segurança Interna de Portugal.

Lei n.º 89/VI/2006. Lei que Estabelece o regime geral das Forças Armadas de Cabo-Verde.

Lino, A. J. G. (2014). *As Forças Armadas e a Segurança Interna*. Lisboa: ISCPSI.

Lopes, N. C. (2010). *Os Entraves à Construção e Consolidação do Estado a Guiné-Bissau: As forças armadas num Estado em “Interrogação”*. 7.º Congresso de estudos Africanos, ACSEL, Universidade Lusófona de Lisboa. Lisboa.

Lourenço, N. (2013). *Dinâmicas Sociais, globalização e densificação do conceito de segurança interna*. Lisboa: Faculdade de direito da Universidade nova de Lisboa.

Matos, A. S. de & Sousa, M. R. de (2014). *Direito Administrativo Geral: Introdução e Princípios Fundamentais*. Tomo I, (5ª ed), Dom Quixote, Lisboa

Miranda, J. (2013). *Estudos de Direito de Polícia*, Vol. I, Lisboa.

Moreira, A. (2002). *Teoria das Relações Internacionais*, (2º ed.), Coimbra: Almedina.

Moreira, C.D. (1994). *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*, ISCSP, Lisboa.

OCDE (2001). Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico - The DAC Guidelines: Helping Prevent Violent Conflict.. Paris: OECD, 2001. Disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/15/54/1886146.pdf> e consultado em 26 de novembro de 2015.

Oliveira, J. F. de, (2000). *A Manutenção da Ordem Pública em Portugal*, (1ª Ed.) Lisboa.

Oliveira, J. F. de, (2006). *As políticas de segurança e os modelos de policiamento: A Emergência do Policiamento de Proximidade*. Lisboa. Almedina.

Oliveira, J. F. de, (2015). *A manutenção da Ordem pública em Democracia*. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, ISCPSI – ICPOL. Lisboa.

Paiva, R. (2012). *O papel constitucional das forças armadas*. Revista Em Discussão ano 3 n.º 10.

Pais, L. M. (2004). *Uma história das ligações entre a psicologia e o direito em Portugal: perícias psiquiátricas médico-legais e perícia sobre a personalidade como analisadores*. Tese de doutoramento. Porto: IPCE, Universidade do Porto.

Pedroso, R. C. (2005). *Estado Autoritário e Ideologia Policial*, São Paulo, Fapesp.

Pereira, A. (2012). *A Cooperação na Investigação Criminal – Contributos para uma maximização operacional*. Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de Mestre, Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa.

Pereira, A. M. (2014). *As Ameaças Transnacionais e a Segurança Interna Contributos para a Operacionalização do seu Combate em Portugal*. Revista de Ciências Militares, Vol. II, n.º 1, pp. 307–322. www.iesm.pt/cisdi/revista/Artigos/R3-10.pdf.

Pereira, R. (2010). Segurança interna e Defesa Nacional, Autonomia e Convergências das Funções de Soberania. In I Congresso Nacional de Segurança e Defesa. Loures: Diário de Bordo.

Pires, N. B. de L. (2016). *Combate ao Terrorismo*. In 1º Ciclo de Conferências 2015/2016/ Anfiteatro AFA, 9 de Março, *Desafios Atuais*. Academia da Força Aérea, Sintra.

Prata, G. (2010). *As Forças Armadas e a Segurança Interna*. <http://www.operacional.pt/as-forcas-armadas-e-a-seguranca-interna>.

Quivy, R. Campenhoudt, L. V. (2008). *Manual de investigação em Ciências Sociais*, 5ª Ed. Lisboa, Gradiva.

Ramalho, J. L. P. (2004). *Reflexões relativas ao quadro conceptual para constituição, dimensionamento, reequipamento e emprego do instrumento militar*. In Moreira, A. (coord.). *Informações e Segurança: Estudos em Honra do General Pedro Cardoso*. Edição de Livros e Revistas, Lda. (Pág. 353-379). Lisboa.

Raposo, J. (2006). *Direito Policial – I*, Coleção do Centro de Investigação do ISCP SI, Coimbra: Almedina.

Rodrigues, A. R. (2013). *O conceito de segurança*. Jornal de Defesa e Relações Internacionais. http://database.jornaldefesa.pt/politicas_de_defesa/portugal/JDRI047090413_conceito_seguranca.pdf.

Rousseau, J.J. (1762-2003). *O Contrato Social*. 5.ª Edição, Publicações Europa América, Lisboa.

- Santo, P. E.** (2010). *Introdução à Metodologia das Ciências Sociais: Génese, Fundamento e Problemas*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Santos, J. A. L. dos** (2012). *Forças Armadas em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Santos, J. A. L. dos** (2000). *Reflexões sobre Estratégia, Temas de Segurança e Defesa*, Publicações Europa – América.
- Sarmiento, M.** (2013). *Metodologia da Investigação Científica*, Lisboa, Universidade Lusíada Editora.
- Seabra, P. N. A. V.** (2010). *As estratégias de reforma do sector de segurança (RSS): a procura da convergência*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- Silva, C. A.** (2014). *Participação das Forças Armadas na Segurança Pública de Cabo Verde: Que Colaboração?* Lisboa: ISCPsi.
- Silva, F. D.** (2003). *Guiné-Bissau: Páginas de História política, rumos da democracia*, Bissau, Firquidja Editora.
- Silva, G. M. da** (2001). *Ética Policial e sociedade democrática*. Lisboa: ISCPsi.
- Simões, L. F. C. de S.** (2010). *As Forças Armadas na Segurança Interna. A Participação do Exército: discursos e percepções*. Trabalho de investigação final do Curso de Defesa Nacional, Lisboa, IDN.
- Sousa, P. M. L. F. L. de** (2009). *Segurança Interna e Defesa Nacional: Uma evolução para o conceito de Segurança Nacional?* In Estudos Comemorativos dos 25 anos do ISCPsi em Homenagem ao Superintendente-Chefe Afonso de Almeida, Coimbra, Almedina, pp. 125-142.
- Tomé, L.** (2010). *Segurança e Complexo de Segurança: conceitos operacionais*. Maputo. http://janus.ual.pt/janus.net/pt/arquivo_pt/pt_vol1_n1/pt_vol1_n1_art3.html.
- Torres, J. E. de M.** (2012). *O papel das forças armadas na prevenção e repressão do terrorismo - Subsídios para uma maior clarificação*. In Valente, M. M. (coord.), *Politeia – Revista do ISCPsi*, pp. 81 - 98. Lisboa.
- Torres, J. E. de M.** (2015). *Gestão de Riscos: no planeamento, execução e auditorias de segurança*. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. Lisboa.
- UA** (2012). *Estratégia Marítima Integrada de África 2050*. Addis Abeba: União Africana.

Vala, J. (2009). *A Análise de Conteúdo in Metodologia das Ciências Sociais*. Silva, A. S. & Pinto, J. M. (orgs.); (15ª ed.), Porto, Edições Afrontamento.

Valente, M. M. G. (2012). *Desafios aos Fundamentos do Estado de Direito Democrático*. In Correia, E. P. & Duque, R. dos S. (coord.); *O Poder Político e a Segurança*, Lisboa, Fonte da Palavra, Lda.

Valente, M. M. G. (2013). *Segurança um Tópico Jurídico em Reconstrução*. Âncora Editora. Lisboa.

Valente, M. M. G. (2014). *Teoria Geral do Direito Policial*, (4.ª ed.), Coimbra, Lisboa: Almedina.

Vicente, P. A. R. (2011). *As Forças Armadas e a Segurança Interna. O Caso Nacional*. In Revista Militar N.º 2512 - Maio, pp 771 – 789.
http://www.revistamilitar.pt/art_texto_pdf.php?art_id=661

Zeveirino, G. (2005). *O Conflito Político-Militar na Guiné-Bissau, (1998 à 1999)*, IPAD: Centro de Documentação e Informação, Lisboa.

Sítios

<http://database.jornaldefesa.pt>

<http://www.autoridademaritim.marinha.pt>

<http://www.emgfa.pt>

<http://www.exercito.pt>

<http://www.gnr.pt>

<http://www.marinha.pt>

<http://www.psp.pt>

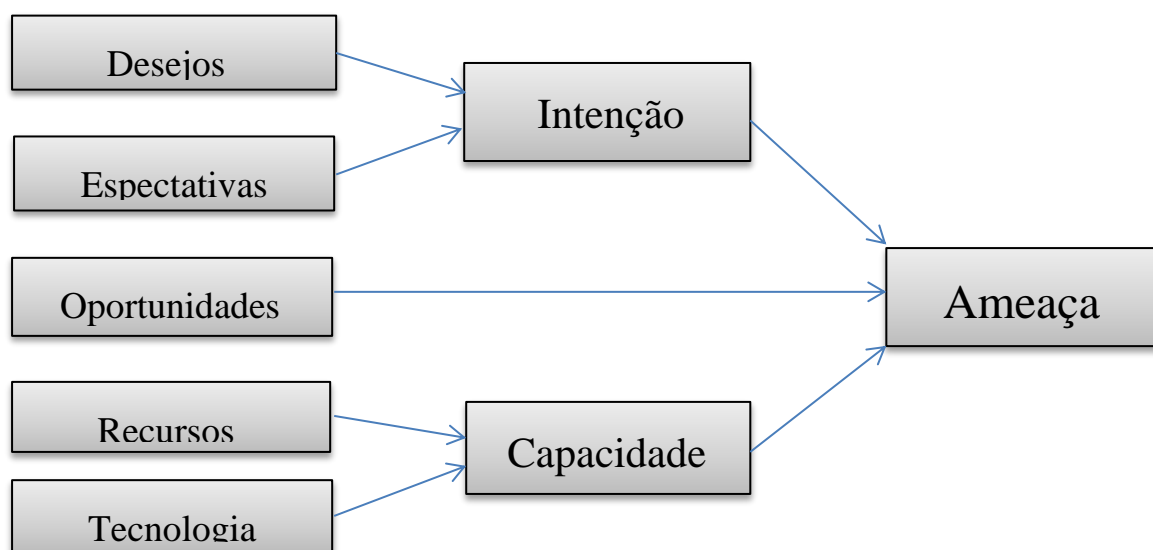
<http://www.odemocratagb.com>

<http://www.operacional.pt>

<http://www.revistamilitar.pt>

Anexos

Anexo 1- Componentes da ameaça



(Fonte: Torres, 2015)

Anexo 2- Escala oficial de grau de ameaça vigente em Portugal, com base na doutrina da União Europeia.

| Grau de Ameaça | | Significado |
|-----------------------|----------------------|---|
| 5 | Reduzido | “Quer no âmbito interno, quer no âmbito externo, a execução, por parte de organizações ou pessoas singulares, de qualquer atentado contra uma pessoa, instalação ou evento, teria resultados nulos ou contraproducentes.” |
| 4 | Moderado | “Quer internamente, quer externamente, a execução de um atentado contra uma pessoa, instalação ou evento, conduz a obtenção de vantagens pouco significativos.” |
| 3 | Significativo | “No âmbito interno, as condições são para as já referidas para o grau B, porém, internacionalmente, estão criadas as condições para que a exploração do sucesso de qualquer atentado obtenha resultados significativos.” |
| 2 | Elevado | “Quer internamente, quer no campo internacional, o sucesso do atentado contra uma pessoa, instalação ou evento obtém vantagens muito significativas |
| 1 | Imediato | “As condições gerais são as definidas para o grau anterior. Além disso, surgem informações seguras da existência de um plano para desencadear um atentado, estando já identificados os meios humanos e materiais que o levarão a efeito.” |
| Z | Ameaça Real | “Poderá ser utilizada para assinalar a existência de uma ameaça real de actos hostis contra uma alta entidade, sem por em causa sua vida.” |

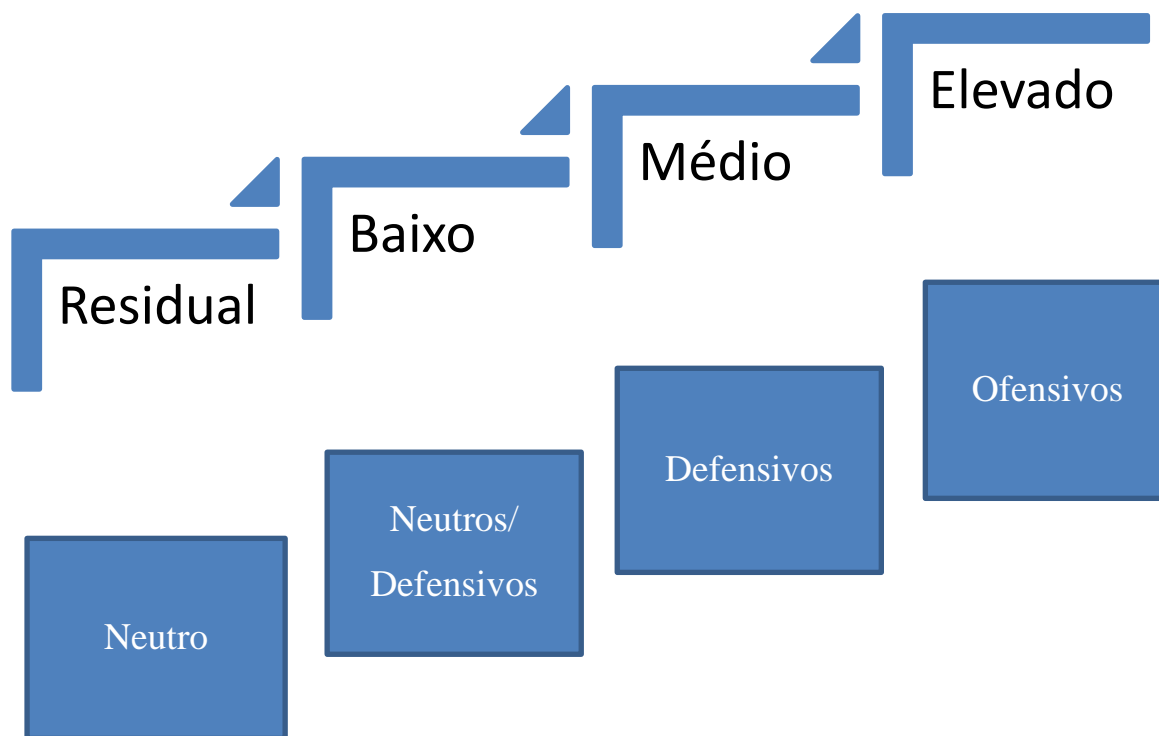
(Fonte: Luís Fernandes, 2014)

Anexo 3- Simulação de matriz auxiliar de avaliação qualitativa de cenários de ameaça pelo método multiplicativo ou da probabilidade combinada.

| Refª | Cenários de ameaça | Grau de ameaça | Grau de vulnerabilidade | Probabilidade qualitativa |
|-----------|--|----------------|-------------------------|---------------------------|
| C1 | Claques organizadas lançam artefactos explosivos com fins intimidatórios | Elevado | Elevado | Média/Elevada |
| C2 | Fonte desconhecida envia <i>drone</i> com mensagem a provocar um dos contendores | Baixo | Crítico | Baixo |
| C3 | Empresários de marketing bem referenciados vão tentar invadir o campo durante o desafio para mostrar t-shirt publicidade | Crítico | Irrelevante | Irrelevante |
| C4 | Terrorista tipo «lobo solitário» faz-se explodir na bancada | Baixo | Médio | Irrelevante |
| C5 | Grupo organizado de carteiristas do Leste da Europa vai «infiltrar-se» na claque visitante | Elevado | Crítico | Elevado |

(Fonte: Torres, 2015)

Anexo 4- Classificação dos serviços e das operações de manutenção da ordem pública em função da avaliação da ameaça, estado de segurança e avaliação de risco.



(Adaptado de Oliveira, 2015)

Anexo 5- Tabela auxiliar de seleção dos ativos críticos

| Ativos Críticos | | Valoração dos ativos | | | | | |
|-----------------|---------|---------------------------|--|---|---------------------------|---------------------------|--------------------|
| | | Importância para a missão | Dificuldade de substituição/perda de produtividade | Importância para a posição de liderança | Diferenciação tecnológica | Outro tipo de Valorização | Importância global |
| Pessoas | Ativo 1 | | | | | | |
| | Ativo 2 | | | | | | |
| | Ativo n | | | | | | |
| Atividades | (...) | | | | | | |
| Informação | (...) | | | | | | |
| Infraestruturas | (...) | | | | | | |
| Equipamentos | (...) | | | | | | |
| Goodwill | (...) | | | | | | |

(Fonte: Torres, 2015)

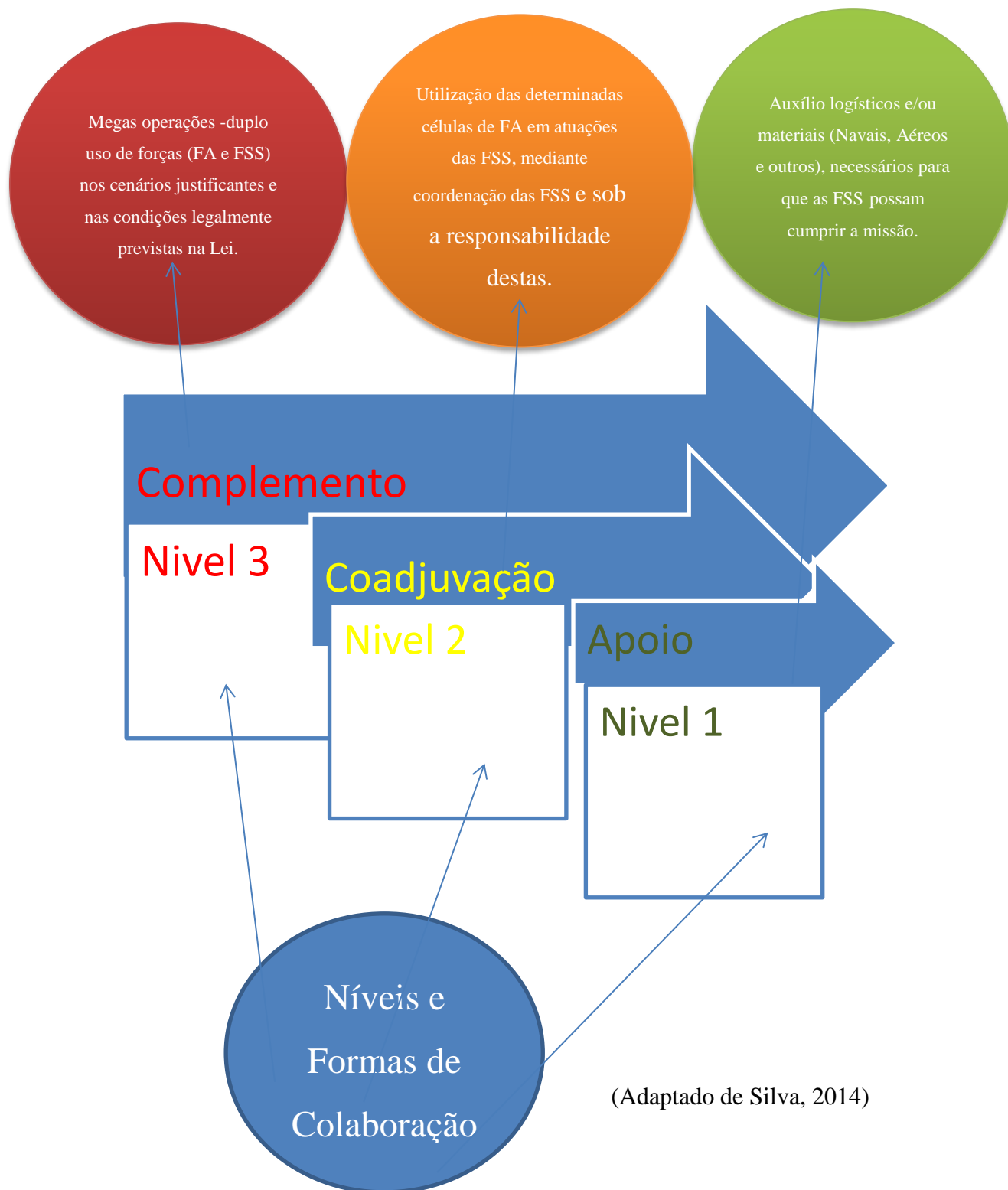
De acordo com Torres (2015), para leitura deste quadro deve-se:

1. Elencar de forma indiscriminada todos os ativos à partida considerados críticos, tendo presente o posicionamento e os desígnios estratégicos da entidade em causa;
2. Identificar sumariamente eventos indesejáveis e impactos espectáveis com eles relacionáveis;
3. Valorar e graduar os ativos com base nas consequências da sua eventual perda total ou parcial.

No entanto, contribuem para grau de valoração de um ativo fatores como a importância para o cumprimento da missão, os custos de substituição e/ou reconfiguração (incluindo as perdas de produtividade associadas), o contributo para posição de liderança no mercado ou similares, a vantagem tecnológica que proporciona ou outros geralmente secundarizados por terem fraco significado material em termos de mercado, não obstante compensarem com elevado valor simbólico e ou afetivo. Na opinião deste autor, para uma

instituição secular, um objeto fútil pertencente ao seu fundador pode ter valor do mercado residual mas mesmo assim ser considerado um ativo de elevado simbolismo e algo de um grande afeto e carinho por parte dos quadros e funcionários, representando a sua perda um prejuízo enorme em termos de motivação e coesão interna. (Torres, 2015).

Anexo 6- Níveis e formas de colaboração



Anexo 7- Pedidos de autorização formal de entrevista

POLÍCIA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA

DIREÇÃO DE ENSINO

SECRETARIA ESCOLAR



Exmo. Senhor
General Antero João Correia
Diretor Geral do Serviço de Informações de
Segurança da Guiné-Bissau
Guiné-Bissau

Sua Referência:

Sua Comunicação:

Nossa Referência: 525/SECDE/2015

Classificador: 080.10.02

Processo: 3/GB - 800035

Data: 2015-12-29

Assunto: PEDIDO DE COLABORAÇÃO EM TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS

1. O Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais (CMICP), no 5.º ano - Estágio - compreende a elaboração de uma dissertação/trabalho de projeto que deverá, obrigatoriamente, incidir sobre um tema das áreas científicas de Ciências Policiais, Ciências Jurídicas, Ciências Sociais e Humanas e/ou Ciências de Desenvolvimento e Adaptação Motora.

2. Neste sentido, o Aspirante a Oficial de Polícia (AOP) Agostinho Toneca Djata irá realizar o seu estudo numa daquelas áreas científicas, subordinado ao tema "Intervenção das Forças Armadas na Segurança Interna Guineense", do qual é Orientador o Prof. Doutor José Joaquim Antunes Fernandes.

3. Deste modo, solicita-se a V.ª Ex.ª a concessão de uma entrevista, da qual se envia o guião em anexo.

4. A necessidade da aplicação da entrevista prende-se com o facto de vir a constituir um capítulo essencial à elaboração da dissertação, sustentando todo o trabalho de investigação realizado.

5. Mais se informa V.ª Ex.ª que o AOP Agostinho Djata se compromete ao dever de confidencialidade e anonimato, relativamente aos dados recolhidos, fora do âmbito do seu trabalho académico.

Com os melhores cumprimentos

O Diretor

Pedro José Lopes Clemente
Superintendente-Chefe



R. 1.º de Maio, nº3 1349-040 Lisboa Tel.: 213613900 Fax: 213610535 www.iscpsi.pt |
iscpsi@psp.pt

135573
Página 1/1

POLÍCIA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA

DIREÇÃO DE ENSINO

SECRETARIA ESCOLAR



Exmo. Senhor
General Daba na Walna
Chefe do Gabinete do CEMGFA e Porta-Voz do
Estado-Maior General das Forças Armadas da
Guiné-Bissau
Guiné-Bissau

Sua Referência:

Sua Comunicação:

Nossa Referência: 526/SECDE/2015

Classificador: 080.10.02

Processo: 3/GB - 800035

Data: 2015-12-29

Assunto: PEDIDO DE COLABORAÇÃO EM TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS

1. O Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais (CMICP), no 5.º ano - Estágio - compreende a elaboração de uma dissertação/trabalho de projeto que deverá, obrigatoriamente, incidir sobre um tema das áreas científicas de Ciências Policiais, Ciências Jurídicas, Ciências Sociais e Humanas e/ou Ciências de Desenvolvimento e Adaptação Motora.


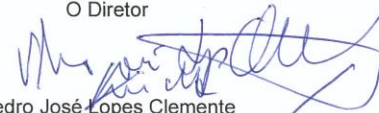
2. Neste sentido, o Aspirante a Oficial de Polícia (AOP) Agostinho Toneca Djata irá realizar o seu estudo numa daquelas áreas científicas, subordinado ao tema "Intervenção das Forças Armadas na Segurança Interna Guineense", do qual é Orientador o Prof. Doutor José Joaquim Antunes Fernandes.

3. Deste modo, solicita-se a V.ª Ex.ª a concessão de uma entrevista, da qual se envia o guião em anexo.

4. A necessidade da aplicação da entrevista prende-se com o facto de vir a constituir um capítulo essencial à elaboração da dissertação, sustentando todo o trabalho de investigação realizado.

5. Mais se informa V.ª Ex.ª que o AOP Agostinho Djata se compromete ao dever de confidencialidade e anonimato, relativamente aos dados recolhidos, fora do âmbito do seu trabalho académico.

Com os melhores cumprimentos


O Diretor

Pedro José Lopes Clemente
Superintendente-Chefe



R. 1.º de Maio, nº3 1349-040 Lisboa Tel.: 213613900 Fax: 213610535 www.iscpsi.pt |
iscpsi@psp.pt

135573
Página 1/1

Anexo 8- Exemplos de perguntas do guião de entrevista

- 3- Há quem defende que uma das soluções para resolver os problemas da criminalidade na Guiné-Bissau passa por emprego das FA na SI. Acha que os militares estão preparados para desempenhar tarefas policiais? Isso não faz passar alguma imagem de ineficiência e ineficácia na prestação de serviços por parte das Forças e Serviços de Segurança (FSS)?
- 8- Na sua opinião, estão reunidas todas as condições legislativas para que as FA possam intervir na SI? Qual é a apreciação que faz da inexistência de uma Lei da Segurança Interna (LSI)?

Anexo 9- Quadro categorial

A) – Categoria “**Perceção que se tem da Intervenção das Forças Armadas na Segurança Interna Guineense**”. Nesta categoria, pretende-se recolher toda a informação sobre a legitimidade da intervenção das Forças Armadas (FA) na Segurança Interna (SI): os procedimentos atuais, a sua legalidade e o que pode ser melhorado.

A.1 – Subcategoria “**Definição de modo de atuação dos militares**”. Nesta subcategoria, pretende-se informações acerca da delimitação da intervenção das Forças Armadas na Segurança Interna, os procedimentos, habitualmente, utilizados para o efeito e a noção sobre os preceitos legais que justificam o Estado de Direito.

Ex.: “*Num Estado de Direito Democrático, como é o caso da República da Guiné-Bissau, é ilegal a actuação das Forças Armadas na Segurança Interna*”.

A.2 – Subcategoria “**Níveis, formas e princípios de colaboração e a unidade do comando**”. Nesta subcategoria, pretende-se recolher informações sobre motivos capazes de justificar uma intervenção das Forças Armadas na Segurança Interna e quem deve exercer o comando numa intervenção conjunta.

Ex.: “*Se não houver uma situação da perturbação da ordem pública, que transcenda as capacidades das Forças da Ordem interna, não se justificará a entrada das FARP em acção. A sua intervenção deve ser subsidiária e como a último **ratio***”.

A.3 – Subcategoria “**Formação**”. Nesta Subcategoria, pretende-se recolher informações acerca de preparação das Forças Armadas e as Forças de Segurança na matéria da Segurança Interna.

Ex.: “*Do ponto de vista de Segurança Interna essa solução é anormal e inconstitucional, ineficiente e ineficaz isso passa imagem de instabilidade e de estarmos perante um clima de conflito político-militar, e quem está preparado táctica e tecnicamente para a manutenção da ordem e com suporte jurídico é a POP e a GN*”.

A.4 – Subcategoria “**Meios**”. Nesta subcategoria, pretende-se recolher informações sobre a insuficiência dos meios policiais em detrimento dos meios militares e como estes podem ser uteis para as tarefas das Forças e Serviços de Segurança.

Ex.: “Se olharmos pela conjuntura económica do país, e tendo em conta aos princípios de solidariedade, acho normal recurso das FSS aos meios logísticos militares”.

B) – Categoria “Definição Conceptual”. Nesta categoria, pretende-se recolher toda informação relativa a definição conceptual da Segurança Interna e Defesa Nacional e a noção sobre o estado de normalidade e o estado de exceção.

B.1 – Subcategoria “Atores da Segurança Interna”. Nesta subcategoria, pretende-se recolher as informações sobre a percepção que se tem sobre as tarefas da segurança interna e defesa nacional e os atores que nelas atuam.

Ex.: *“Na minha opiniao, por motivos de escassez logísticos, não era necessario a criação da GN. Até porque a sua atuação, para elem de ser eneficaz, é geradora de conflitos normativos. E não há necessidade das FARP, que atuam na defesa nacional, fazerem parte da segurança interna”.*

B.2 – Subcategoria “Estado Intermédio e estado de exceção”. Nesta subcategoria, pretende-se recolher informações sobre a noção que se tem sobre os estados de exceção (estado de sítio e de emergência) e de normalidade e a possibilidade de criação de um estado intermédio.

Ex.: *“Salvo melhor opinião, defendo a necessidade para a criação de um estado intermédio que sirva de espaço de concertação e de coordenação das operações”.*

C) – Categoria “Legislação”. Nesta categoria, pretende-se informações sobre as legislações que regulam a intervenção das FA na SI e informações sobre o que podia ser preceituado para que essa intervenção possa ser legítima e salutar.

C.1 – Subcategoria “Lei atual”. Nesta subcategoria, pretende-se recolher informações sobre as leis que regem pelo emprego das Forças Armadas na Segurança Interna.

Ex.: *“Não existe uma legislação que regule os justos termos em que deve consistir a colaboração das FARP com as Forças da Ordem Interna”.*

C.2 – Subcategoria “Necessidade de legislar”. Nesta subcategoria, pretende-se recolher informações sobre as lacunas que devem ser preenchidas nas legislações que dizem respeito a intervenção das Forças Armadas na Segurança Interna.

Ex.: *“Factores que proporcionam atropelos e desordens na própria cadeia de comando, é a inexistência da referida Lei [Lei de Segurança Interna], associada com as turbulências políticas cíclicas que o país vive até aqui. Essa realidade dificulta imenso que sejam criadas legislações que permitam que as FA possam intervir na SI”.*

D) – Categoria **“Mudança de paradigma de segurança”**. Nesta categoria, pretende-se informações sobre as influências dos riscos e ameaças na mudança do paradigma de segurança.

D.1 – Subcategoria **“Surgimento de novas ameaças”**. Nesta subcategoria, pretende-se recolher informações sobre o surgimento de novas ameaças e as suas influências na mudança de paradigma de segurança.

Ex.: *“Tal como em qualquer País do mundo, deveria constituir as principais ameaças à Segurança Interna da Guiné- Bissau o terrorismo, narcotráfico e crimes cibernéticos. Ora, por ser um País atípico, as verdadeiras ameaças do Estado da Guiné- Bissau são: corrupção, impunidade, desrespeito das Leis e fraco nível do ensino”.*

D.2 – Subcategoria **“Influência da conflitualidade na deterioração da Segurança”**. Nesta subcategoria, pretende-se recolher toda a informação sobre a influência de conflitos na degeneração da segurança interna guineense e impacto da intervenção das Forças Armadas neste contexto de um país atípico

Ex.: *“Qualquer conflito dessa natureza traz sempre consequências negativas e series de vulnerabilidades, principalmente de ponto de vista logístico, porque o policial necessita e quem lhe dá é o governo e este governo deve ser estável”.*

Anexo 10- Exemplo das respostas dadas às perguntas do guião de entrevista

Na sua perspectiva, geralmente, quais são as principais ameaças à Segurança Interna da Guiné-Bissau?

Entrevistado 5. “Tal como em qualquer País do mundo, deveria constituir as principais ameaças à Segurança Interna da Guiné- Bissau o terrorismo, narcotráfico e crimes cibernéticos. Ora, por ser um País atípico, as verdadeiras ameaças do Estado da Guiné-Bissau são: corrupção, impunidade, desrespeito das Leis e fraco nível do ensino.”

Entrevistado 2. “A segurança é um fim, em si mesma, e a defesa é um seu instrumento. Ou seja, entre a segurança e a defesa existe uma relação instrumental. Numa comunicação corrente, dir-se-ia que defesa de um país visa a sua segurança interna. Sem querer ser conceptualista, diria que a segurança é um estádio da estabilidade interna e externa. Um país estável é um país seguro. E todos os factores que possam pôr em causa à sua estabilidade constituem a ameaça. Tais factores podem ser de várias ordens e naturezas, pelo que se torna inútil enumera-los aqui posto que a realidade é mais fecunda que a imaginação.

No caso concreto da Guiné-Bissau, a avaliar pelos dados sociais, económicos, culturais e políticos, diria que uma das ameaças à segurança e à estabilidade do país é a tremenda desorganização do aparelho do Estado, que promove as injustiças sociais de toda estirpe, e estas por sua vez, geram conflitos que abalam os fundamentos do Estado guienense.”

Para si, numa situação de normalidade, quando é que se justifica a intervenção das FA na SI?

Entrevistado 1. “De acordo com a lei vigente a intervenção das FA na SI, só é possível se for solicitada, o que habitualmente é denominada de Comando Conjunto, sob coordenação do SIS, POP e GN, garantes da Segurança e Ordem Interna.

Entrevistado 3. “Na minha modesta opinião, na situação normal não é admissível a actuação das Forças Armadas na segurança interna. A não ser nas seguintes situações:

- 1- Estado de sítio (agressão efetiva e iminente de uma força estrangeira);
- 2- Estado de Emergência (perturbação da Ordem Constitucional e da Calamidade Política);
- 3- Quando Forças de Segurança entenderem que já perderam o controlo da ameaça efectiva de certa matéria que lhes dizem respeito.”

Entrevistado 4. “Numa situação em que se manifestou o esgotamento completo de todos os meios das FSS. Neste sentido, é necessário estabelecer sempre um Estado-Maior para tomar medidas necessárias para articulação operacional entre as FA e as FSS”.

Anexo 11- Codificação

| Tema principal | Tema secundário | Texto |
|---|---|---|
| (A) Perceção que se tem da Intervenção das Forças Armadas na Segurança Interna Guineense | (A.1) Definição de modo de atuação dos militares | <p>A missão permanente das Forças Armada é a de garantir a segurança externa do país. Trata-se de uma defesa esboçada do interior para o exterior, antecedida de uma planificação operacionalizada pelos órgãos responsáveis pela defesa do país, com maior destaque para o Ministério da Defesa Nacional e o Conselho da Defesa Nacional. Este último é um órgão de composição híbrida e de competências transversais. Na sua composição entram os seguintes elementos: O Presidente da República, Primeiro-Ministro, Ministros/as da Defesa, do Interior, das Finanças, dos Negócios Estrangeiros, das Obras Pública, dois deputados da ANP, Chefe do Estado-Maior General das FARP e Chefes de Estado-maior dos três ramos.</p> <p>O conselho Nacional da Defesa Nacional é um órgão de consulta do Presidente da República, que o preside, e do governo no qual as Forças Armadas tomam parte ativa, participando deste modo na política da segurança interna e externa. Além do mais a Constituição da República é clara ao dispor que as FARP, em circunstâncias dadas, poderão ser chamadas para coadjuvar as Forças da ordem interna na manutenção da paz social interna.</p> <p>Não existe em situação normal a atuação das Forças Armadas na segurança interna, e não é normal sem prévia solicitação das entidades</p> |

| | | |
|--|--|--|
| | | <p>competentes neste caso as forças de ordem.</p> <p>No tocante esta questão, a nossa (CRGB) no seu art. 20ª admite a colaboração estreitamente com os serviços Nacionais e específicos na garantia e manutenção da Segurança Enterna e da Ordem Publica ainda em esforço aquela lei magna, o suplemento Bolitim Ofical nº 26 de 28 de Junho de 2011, no seu artigo 4º aleneas c) e e) respectivamente, admitem a execução de missoes militares destinados a garantir a liberdade e a segurança das pessoas e bens contra ameaças externas, colaborar alias cooperar com as forças de segurança tendo em vista o cumprimento conjugado das respetivas missoes no combate a agressões ou ameaças transnacionais.</p> <p>Ora na minha opiniao, o fundamento de qualquer ato institucional, tem que se basear na Lei ou seja prevalece o princípio da competencia. Só é possível fazer o que a lei autoriza.Sendo assim normalmente enquanto estado de direito ,na minha opiniao, não é normal essa situação. A lei admitti a intervenção da F.A.R.P nos casos onde é necessario não quando a convém como tem vindo a acontecer. E só deve acontecer quando for formalmente pedida e não de uma forma voluntaria. Na situação normal (quando as instituicoes estatais) tiveram a funcionar na sua plenitude com respeito a separação de poderes, as F.A.R.P deve so intervir quando a lei assim quiser caso contrario não pode intervir na (S.I).</p> |
|--|--|--|

| | | |
|--|---|--|
| | | <p>Num Estado de Direito Democrático, como é o caso da República da Guiné-Bissau, é ilegal a atuação das Forças Armadas na Segurança Interna.</p> <p>É admitida a intervenção das Forças Armadas na Segurança Interna em alguns casos. Porque as Força Aérea e a Marinha de Guerra possuem meios especiais capazes de colmatar as insuficiências dos meios policiais, sobretudo, nas abordagens das embarcações suspeitas por motivos criminais relacionados com o tráfico de drogas, de armas de fogo e/ou de tráfico de pessoas.</p> <p>Não sendo este o caso, a intervenção dos militares em matéria da defesa interna do país é desaconselhável.</p> |
| | <p>(A.2) Níveis, formas e princípios de colaboração e a unidade do comando</p> | <p>Sempre que a situação o exige. Há mecanismo que regula como e quem deve assumir o Comando nessa situação. Verifica-se, assim, que o grau de colaboração das FA será tanto mais intenso quanto o grau de necessidade e não disponibilidade dos meios por parte das FSS, ou seja, numa situação em que se manifestou o esgotamento completo de todos os meios das FSS. Neste sentido, é necessário estabelecer sempre um Estado-Maior para tomar medidas necessárias para articulação operacional entre as FA e as FSS.</p> <p>Desde que não haja situação de calamidade natural as Forças Armadas não podem intervir na Segurança Interna em situação de</p> |

| | | |
|--|--|---|
| | | <p>normalidade. As Forças Armadas podem, sim, intervir na Segurança Interna quando houver manifestações violentas suscetíveis de provocar distúrbios que põem em causa o interesse do Estado. Situações em que é atribuída a uma entidade do Ministério de Administração Interna, a responsabilidade de assegurar a articulação operacional com as Forças Armadas. Trata-se de uma articulação fundamental para assegurar o quadro de atuação das FSS com as FA no domínio de colaboração.</p> <p>O art.º 20º da CRGB conjugado com o art.º 26.º, n.º 1 e art.º 4.º, n.º 1.º e alíneas c) e e) ambos do suplemento do Bolim Oficial de 28 junho de 2011 nos permitem concluir que, na minha modesta opinião, nas situações normais não é admissível a atuação das FA na segurança interna.</p> <p>A atuação das FA é só admitida , na minha opinião, nas seguintes situações segundo art.º 21.º, n.º 1 da CRGB e o n.º 2 do mesmo artigo:</p> <p>Estado de sítio (agressão efetiva da emente por força estrangeira); Estado de Emergência (perturbação da Ordem Constitucional e da Calamidade Política) e, por último, quando as FSS entenderem que já perderam controlo da ameaça de certa matéria que lhes dizem respeito.</p> <p>As Forças Armadas deve assumir comando das operações nas situações de exceção (Estado de Sítio e de Emergência).</p> <p>Nos restantes casos, o comando das operações</p> |
|--|--|---|

| | | |
|--|-----------------------|---|
| | | <p>deve ser assumido pela corporação responsável pela área da Segurança Interna.</p> <p>De acordo com a lei vigente a intervenção das FA na SI, só é possível se for solicitada, o que habitualmente é denominada de Comando Conjunto, sob coordenação do SIS, POP e GN, garantes da Segurança e Ordem Interna.</p> <p>Se não houver uma situação da perturbação da ordem pública, que transcenda as capacidades das Forças da Ordem interna, não se justificará a entrada das FARP em ação. A sua intervenção deve ser subsidiária e como o último <i>ratio</i>.</p> <p>Não subscrevo por inteiro esta tese, embora seja tentado a admitir que quando se tratar de uma escalada de violência, em série, pode ser legítimo que as FARP sejam chamadas para coadjuvar a POP. Ou se se tratar da Criminalidade Transnacional Organizada, cujos autores atuam através de rede sofisticada, a conjugação das sinergias, entre órgãos da Defesa e segurança, será um imperativo.</p> |
| | (A.3) Formação | <p>Os militares não são treinados, em regras, para a manutenção da ordem interna, cuja materialização exige o uso de meios não letais. O militar é treinado a combater e aniquilar o inimigo externo. Na questão da ordem interna temos, via de regra, o cidadão como infrator pelo que o uso excessivo da força pode revelar-se desproporcional aos fins da segurança e a ordem interna que se pretende manter.</p> <p>Do ponto de vista de Segurança Interna essa</p> |

| | | |
|--|--|--|
| | | <p>solução é anormal e inconstitucional, ineficiente e ineficaz isso passa imagem de instabilidade e de estarmos perante um clima de conflito político-militar, e quem está preparado tática e tecnicamente para a manutenção da ordem e com suporte jurídico é a POP e a GN, não as Forças Armadas.</p> <p>Apesar de concordar que as FARP não devm intervir na Segurança Interna, tanto as forças armadas, assim como, as força e serviços de segurança não possuem qualidades satisfatorias em termos de aplicação dos instrumentos adequados a combater a criminalidade.</p> <p>Porque quanto a nivel de recursos humanos, há certas qualidades boas ,mas que acaba por ilidir por forte nivel de corrupção. Por exemplo, as investigações criminais começam e não terminam, pois, só poucos casos são levados até ao fim.</p> <p>E quanto a emprego das F.A. tambem não é eficiente visto que não houve uma solida cooperação nesse dominio. Há, portanto, uma situação cinzenta que deve ser acertada nesse aspeto.</p> <p>As F.A. não estao preparadas para missoes policiais. Concordo com a ineficiencia das F.A. Ou seja, não há complementaridade por parte das F.A. que torne eficiente as tarefas policiais, porque as F.A.R.P não oferecem qualidades para essas tarefas.</p> <p>O que se verifica realmente não tem nada a ver com a falta de eficiência ou eficácia na</p> |
|--|--|--|

| | | |
|--|--------------------|--|
| | | <p>prestação de serviços por parte das Forças e Serviços de Segurança, mas sim, de reflexo de sucessivas crises políticas que nos últimos anos, ou seja, de 1999 até a presente data, assolam o país. Razão pela qual, os sucessivos governos acabam por relegar para segundo plano as prioridades orçamentais dotados para o Ministério da Administração Interna, a favor das Forças Armadas.</p> <p>Daí, como consequência, as Forças e Serviços de Segurança, devido a poucos meios, acabam por se tornar, tática e tecnicamente, impotentes face às suas missões.</p> <p>Em alguns Países o ingresso nas Forças e Serviços de Segurança passa pelo cumprimento do serviço Militar. Deste modo, o ingresso nas forças e Serviços de Segurança da Guiné-Bissau, devia passar pelo cumprimento de serviço militar. A colaboração das FA na Segurança Interna, muitas das vezes é justificada pelas situações de descontrolo da segurança pública. As FA entram na cena, tendo em conta o grau de proporcionalidade da situação.</p> |
| | (A.4) Meios | <p>Os meios Logísticos Militares e Policiais são inexistentes. Portanto há toda necessidade de reequipamento. Porém, quando se refere que as FA podem ser confiadas para colaborar em missões de proteção civil, em tarefas relacionadas com a satisfação de necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das</p> |

| | | |
|--|--|---|
| | | <p>populações, era isso que se referia. Recorrer aos meios das Forças Armadas para colmatar as lacunas que iam por em causa as necessidades básicas e qualidade de vida das populações se não fosse essa intervenção, onde as ameaças podem ser indefinidas interno ou externamente.</p> <p>Se olharmos pela conjuntura económica do país, e tendo em conta aos princípios de solidariedade, acho normal recurso das FSS aos meios logísticos militares. Mas, para isso, devia ser as FSS a dizerem quando, porquê e onde é que podem ser aceites uma intervenção das FA na segurança interna numa situação de normalidade, assim como, pelo menos está definido para os Estados de Sítio e de Emergência.</p> <p>Tendo em conta ao principio de territorialidade que se pressupõe a expansão da polícia a todo territorio nacional ou seja a atividade policial ter que abranger 36.125 Km² na sua totalidade não apenas parte dele, é necessário valer-se do princípio de subsidiariedade que implica recorrer as ajudas suplementares com vista a colmatar défices das FSS. Infelizmente, não há meios especiais para tarefas de policiamentos. Por outro lado, mesmo, havendo meios, como o de transporte, não haveria combustível para pô-los andar.</p> <p>Os meios logísticos policiais é extremamente insuficiente, no entanto, em nenhum momento recorreram aos meios militares que é de exclusiva competência no caso do seu uso a</p> |
|--|--|---|

| | | |
|--|--|--|
| | | <p>próprios militares.</p> <p>O Estado da Guiné-Bissau é carente em tudo, incluindo em meios logísticos policiais para fazer face à criminalidade. Esta é uma realidade de constatação empírica, sem necessidade de estudos aprofundados. A razão de ser de tal estado de coisas já é matéria que exige um exame cuidadoso, por se tratar de um problema para cuja existência contribui uma constelação de fatores: políticos, económico-financeiros e a té certo ponto, histórico-culturais, que se resumem numa rúbrica, a saber: a desorganização excessiva do Estado. Uma desorganização, eminentemente, política que por força da primazia de o político, se polariza atingindo outros sectores da vida social de que a área da segurança é uma componente importante.</p> <p>Nada mais sintomático e elucidativo do nível da nossa desorganização política que a atual divergência, entre a presidência da República e a prematura, com a ANP a mistura, por cuja força, não foi possível nomear até agora um Ministro do interior, quando se sabe que é este ministério o responsável pela segurança do país. Agravado com o facto de na Africa Ocidental, como no resto do mundo, estarmos confrontados com os crescentes problemas do terrorismo a escala planetária.</p> <p>No quadro da interoperabilidade entre as FARP e as forças da ordem interna, não seria censurável lançar mão dos meios logísticos</p> |
|--|--|--|

| | | |
|--|---|---|
| | | <p>militares para fins de garantir a segurança interna. Simplesmente, nem as FARP dispõem de meios logísticos dignos desse nome.</p> |
| <p>(B) Definição Conceptual</p> | <p>(B.1) Atores da Segurança Interna</p> | <p>Relativamente a reestruturação e modernização do sector da defesa e segurança para começar diria que aquele documento não passa de mera formalidade com lacunas acentuadas. Afinal quais são as funções ou as missões da Guarda Nacional que acaba por subtrair um pouco de competência de cada corporação originária na área da segurança interna e da defesa nacional.</p> <p>Houve, simplesmente, uma duplicidade de missões entre a Guarda Nacional, Polícia de Ordem Pública, Marinha, Alfandegas, Guarda Floresta, Transitos etc.</p> <p>Para mim, não era necessario a criação da Guarda Nacional, neste contexto. Até porque a sua atuação é ineficaz devido aos conflitos norrativos, além disso, na criação deste ator da SI, não foi levado em consideração a escassez dos meios logísticos e económicos. Não há necessidade de as FARP que atuam na defesa nacional fazerem parte da segurança interna.</p> <p>Não obstante existir vacaturas no documento, também se verifica a falta de observância de alguns dispositivos, nós tínhamos a nossa opinião sobre o documento mas infelizmente não fomos tidos nem achados como técnicos, a quando a sua discussão.</p> <p>Importa dizer que a reforma do Estado, com particular ênfase, para os sectores da defesa e</p> |

| | | |
|--|--|--|
| | | <p>segurança, se impõe. Os vários ensaios de reforma escritos no papel, de que este último é uma continuação, só produzirão efeitos desejáveis, ou não, se forem materializados. Em termos de argumentação teórica arriscaria afirmar que a atual estruturação da polícia é razoável, tendo em conta as possibilidades financeiras do governo. Cada Estado deve funcionalizar as estruturas do seu aparelho de acordo com os meios económico-financeiros disponíveis, sob pena de os seus planos ficarem no papel sem conhecer a luz da materialização.</p> <p>Quanto a bipolaridade, POP e GN, tenho a dizer que a lei que cria cada uma dessas forças separou águas, em termos da definição das competências que são atribuídas a cada uma delas e acho que a existência de uma não impede a de outra.</p> <p>A presente estrutura foi feita isoladamente sem auscultação dos quadros das Forças e Serviços de Segurança. Acho que necessita de uma reformulação profunda de modo a definir a separação das competências de cada uma das FSS. Não há nenhuma necessidade de integrar as FA nessa estrutura.</p> <p>Esta estrutura é a melhor que a atiga ou seja do que nada porque não havia nenhuma estrutura. Mas agora problema é das pessoas capazes de implementar a nova estrutura.</p> |
|--|--|--|

| | | |
|-----------------------|--|---|
| | (B.2) Estado Intermédio e estado de exceção | <p>Não há necessidade de criar um Estado Intermédio entre o Estado de Exceção e o Estado de Normalidade Democrática. A lei da Defesa Nacional é clara nessa matéria. E no âmbito de anunciada reforma da defesa e segurança, sustentada na racionalização de recursos humanos e financeiros e no reforço da operacionalidade que gela pela observância dos direitos, liberdades e garantias das pessoas, é legítimo que se questione uma intervenção das Forças Armadas na segurança interna quando se assiste uma desorganização total do aparelho do Estado Guineense.</p> <p>Salvo melhor opinião, defendo a necessidade para a criação de um estado intermédio que sirva de espaço de concertação e de coordenação das operações.</p> <p>Desconheço outras disposições legais relacionados com este assunto, mas penso que, há, sim, necessidade de criar um estado que eventualmente poderia servir de transição do estado de normalidade ao estado de execução.</p> |
| (C) Legislação | (C.1) Lei atual | <p>Não existe uma legislação que regule os justos termos em que deve consistir a colaboração das FARP com as Forças da Ordem Interna e nem penso que é obrigatório que um tal quadro legislativo exista. Contudo, para cada situação que exija a coadjuvação das Forças da Ordem Interna pelas Forças Armadas, deve criar-se uma estrutura <i>ad hoc</i>, a exemplo dos comandos conjuntos criados para garantir</p> |

| | | |
|--|--|---|
| | | <p>segurança em período da campanha eleitoral, como tem sido hábito, que provou ser muito eficaz.</p> <p>Criar uma estrutura permanente para este fim, para além do Conselho de Segurança e do Conselho da Defesa Nacional, só pode contribuir para a desnecessária sobreposição institucional, com o consequente conflito de competência (positivo ou negativo) que lhe é característico. Por isso deve ser evitado.</p> <p>Essa colaboração é feita na base das orientações da POP, através do comando conjunto instituído para o efeito, o CSN é sim suficiente para assegurar a coordenação visto que a própria estrutura das FA são componentes.</p> <p>Desconheço outras disposições legais, para além da distinção Constitucional do art.º 20.º e do art.º 21.º da CRGB que prevê a colaboração entre as FA e as FSS. Ora, no que diz respeito a manutenção da segurança interna e ordem pública, aceito que, para além do CSN, poderia, sim, haver um outro órgão que garante uma estrutura de coordenação entre estas duas instituições do Estado.</p> <p>Se bem que, essa colaboração, consiste na garantia e manutenção da segurança interna e da ordem pública. Para garantir maior coordenação e interoperabilidade entre as diferentes FSS e entre estas com as FA de modo a evitar incidentes, é necessário criar Estado-Maior conjuntos. Posso até afirmar que foi graças a esse método que se conseguiu realizar</p> |
|--|--|---|

| | | |
|--|--------------------------------------|--|
| | | <p>últimas eleições Presidenciais e Legislativas sem grandes incidentes. Contudo, é bom que seja aprofundada esta ideia de colaboração das FA na Segurança Interna, de modo a poder minimizar as possibilidades de conflitos que muitas vezes surgem por falta dos mecanismos reguladores das tarefas que cabe cada um desempenhar, permitindo assim, que a colaboração das FA possa trazer grandes benefícios para a segurança almejada a nível nacional.</p> <p>O CSN tem algumas lacunas. Se podemos entender a segurança como um processo complexo, podemos também entender que o uso de sinergias para a sua estabilização deve ser, também, um dever de cada um de nós, sob a direção de uma entidade responsável pelo comando, controlo e articulação das forças, capaz de organizar melhor a aptidão desse delicado sector, escusando, deste modo, de pôr em causa os valores centrais que uma pessoa ou uma comunidade pretende salvaguardar! Devemos ter a noção de que o nosso país precisa muito de estar organizado nestas matérias que requerem um empenho conjunto.</p> |
| | (C.2) Necessidade de legislar | <p>Quer na área de defesa nacional, assim como, na área da segurança interna, existem muitas situações obscuras que merecem ser clarificadas, sobretudo, no âmbito de colaboração. A inexistência de uma Lei da Segurança Interna é má, tendo em conta a</p> |

| | | |
|--|--|--|
| | | <p>importantancia como preceito legal para a segurança do País. Visto que através dela, as pessoas em geral saber-se-ão discernir papel de cada instituição no domínio da segurança.</p> <p>Relativamente a inexistência de uma Lei da Segurança Interna, a minha apreciação é negativa. Na medida em que um dos fatores que proporciona atropelos e desordens na própria cadeia de comando, é a inexistência da referida Lei, associada as turbulências políticas cíclicas que o país viveu até aqui. Essa realidade dificulta imenso que sejam criadas legislações que permitam que as FA possam intervir na SI. Uma legislação verdadeiramente necessária.</p> <p>As legislações já apreciadas por mim demonstraram-se insuficientes (embora não tendo acesso a alguma lei da segurança interna), mas de forma como as FA e as FSS têm colaborados na prática, revela-se bastante ineficácia.</p> <p>A falta de legislação da lei da segurança interna, só se resume em situações de disputas de competências, anarquias, enfim, caos, sem lei não há ordem.</p> <p>Há muita falta das legislações em todos quadrantes da defesa e segurança e as FA é só uma delas.</p> <p>Há uma necessidade de criação de um Centro de Estudos Estratégicos.</p> <p>Como já disse, não me parece mister que haja uma legislação neste sentido, já que não seria possível prever todas as situações do caso</p> |
|--|--|--|

| | | |
|---|---|--|
| | | <p>concreto que justifiquem a colaboração entre estas duas forças. Importa, sim que haja uma legislação que regule a atuação da Força da Ordem Interna, sob pena da ilegalidade dos seus atos. Um tal quadro legislativo se aplicaria às FARP, quando convidadas a participar na tarefa da manutenção da ordem interna.</p> |
| <p>(D) Mudança de paradigma de segurança</p> | <p>(D.1) Surgimento de novas ameaças</p> | <p>Tal como em qualquer País do mundo, deveria constituir as principais ameaças à Segurança Interna da Guiné-Bissau o terrorismo, narcotráfico e crimes cibernéticos. Ora, por ser um País atípico, as verdadeiras ameaças do Estado da Guiné-Bissau são: corrupção, impunidade, desrespeito das Leis e fraco nível do ensino.</p> <p>Destaco o Terrorismo e o tráfico de droga com principal ameaça a Segurança Interna Guineense. Embora a Constituição da República da Guiné-Bissau tenha feito uma distinção clara entre a segurança interna e a defesa nacional, cabe especificar situações em que os militares devem intervir na segurança interna, na matéria de colaboração. Na verdade, é difícil um conceito mais consensual mas é necessário um conceito nacional para a nossa Segurança Interna.</p> <p>As principais ameaças a segurança interna na Guiné-Bissau é contrário as que são para resto do mundo.</p> <p>Ao meu ver, as principais ameaças a Guiné-Bissau, são os próprios órgãos da soberania que</p> |

| | | |
|--|--|--|
| | | <p>constantemente engendram instabilidades em todas as vertentes e desnecessariamente por causa das ambições pessoais egocentrismo orgulhos etc. O terrorismo internacional Não é a principal ameaça, mas sim, terrorismo político interno.</p> <p>Não vejo donde retirar um conceito consensual sobre a Segurança Interna, a não ser que haja uma reflexão profunda e seria da qual será posteriormente positivado um conceito através das recomendações dela saída.</p> <p>Posso destacar como potenciais ameaças a Segurança Interna Guineense, o Terrorismo, Tráfico de Drogas e a emigração ilegal.</p> <p>A segurança é um fim, em si mesma, e a defesa é um seu instrumento. Ou seja, entre a segurança e a defesa existe uma relação instrumental. Numa comunicação corrente, dir-se-ia que defesa de um país visa a sua segurança interna. Sem querer ser conceptualista, diria que a segurança é um estágio da estabilidade interna e externa. Um país estável é um país seguro. E todos os fatores que possam pôr em causa a sua estabilidade constituem a ameaça. Tais fatores podem ser de várias ordens e naturezas, pelo que se torna inútil enumerá-los aqui posto que a realidade é mais fecunda que a imaginação.</p> <p>No caso concreto da Guiné-Bissau, a avaliar pelos dados sociais, económicos, culturais e políticos, diria que uma das ameaças à segurança e à estabilidade do país é a tremenda</p> |
|--|--|--|

| | | |
|--|--|---|
| | | <p>desorganização do aparelho do Estado, que promove as injustiças sociais de toda estirpe, e estas por sua vez, geram conflitos que abalam os fundamentos do Estado guineense.</p> |
| | <p>(D.2) Influência da conflitualidade na deterioração da Segurança</p> | <p>Um país multiétnico, como é o nosso caso, deve organizar-se bem, se quiser evitar do clientelismo barato e tráfico de influência, sobretudo nos sectores como o dos recursos humanos. O recrutamento dos servidores do estado deve obedecer aos critérios mais objetivos possível, tendo como o paradigma o mérito. A origem étnica, estatuto social ou a religião não devem pesar neste processo, bem como deve evitar-se a partidarização da vida pública do Estado.</p> <p>Infelizmente, não é o caso da Guiné-Bissau, onde se continua a leiloar cargos públicos em função do grau da participação em campanha eleitoral deste ou aquele partido vencedor, para não falar da solidariedade étnica, que nalguns casos atingem patamares da segregação tribal.</p> <p>Um país com um tal quadro não pode conhecer a estabilidade e segurança. Estará permanentemente sob a ameaça.</p> <p>É que destas conflituadas a polícia acaba por se declinar, deixando de atuar na perspectiva republicana para se tomar parte num partido A ou B. Os políticos nessas condições agem deliberadamente para que este facto aconteça e para fazer prevalecer corrupção intrigas etc. Estando perante esses factos, o policiamento</p> |

| | | |
|--|--|---|
| | | <p>fica fragilizado, arrastando consigo a Segurança Interna.</p> <p>SI torna-se vulneravel por não se conseguir controlar o próprio sistema. Havendo descontrolo, será fácil prevalecerem as ameaças e os riscos deslocados. Estes complimentam-se ou subsidiam-se um ao outro, tendo em conta a vulnerabilidade do sistema.</p> <p>Um conflito dessa natureza traz sempre consequências negativas e séries de vulnerabilidades, principalmente de ponto de vista logístico, porque o policial necessita e quem lhe dá é o governo e este governo deve ser estável.</p> <p>Claro que a conflitualidade registada no nosso país tem repercutido na atividade policial, porque acaba por atingir a cadeia do comando, daí, o surgimento de grupinhos com tendências antagónicas manipulados por partidos políticos de acordo com os respetivos interesses.</p> <p>O constante conflito no País está ligado sem dúvida ao aumento de fragilidade de atividades de todas as instituições do País, incluindo as Policiais.</p> |
|--|--|---|